

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

OS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS E A QUESTÃO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

NOS FUNDOS DE PENSÃO

CRISTINA SCHIMIDT

FLORIANÓPOLIS

2003

CRISTINA SCHIMIDT

OS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS E A QUESTÃO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA
NOS FUNDOS DE PENSÃO

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Santa Catarina como um dos
pré-requisitos para obtenção de grau de
bacharel em Ciências Contábeis.

FLÁVIO DA CRUZ
FLORIANÓPOLIS

2003

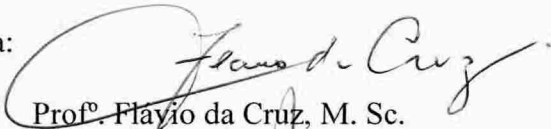
TERMO DE APROVAÇÃO

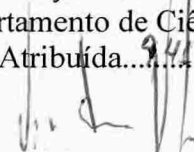
CRISTINA SCHIMIDT

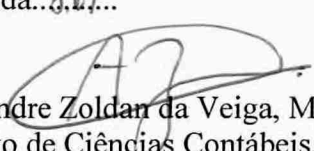
OS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS E A QUESTÃO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA NOS FUNDOS DE PENSÃO

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota de 9,0 atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo mencionados.

Compuseram a banca:


Prof. Flávio da Cruz, M. Sc.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC.
Nota Atribuída...9,4...


Prof. Ari Ferreira de Abreu, Dr.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC.
Nota Atribuída...8,69...


Prof. Alexandre Zoldan da Veiga, M. Sc.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC.
Nota Atribuída...8,85...

Florianópolis, junho de 2003.


Prof. Luiz Felipe Ferreira, M. Sc.
Coordenador de Monografia do CCN

AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar os meus agradecimentos sem reconhecer, primeiramente, a Deus, que está comigo em todas as horas, seja nas alegrias ou nas tristezas, dando-me coragem e perseverança para prosseguir no meu caminho.

Aos meus pais, Gilson e Zilda, que me deram a vida, estando sempre comigo, me amando, apoiando, incentivando e que me deram a jóia mais preciosa do mundo: a educação.

Aos meus irmãos Gilson Henrique e Gisele, pelo auxílio e dedicação e por compartilhar comigo todos os momentos felizes da minha vida, principalmente os da minha infância.

Ao meu filho Fernando, que eu amo.

Ao meu namorado, Felipe, pelo apoio, carinho e amor em todos os momentos desse desafio.

A minha vó Ernestina (in memoriam), por sempre acreditar em mim.

Aos meus amigos de classe que me acompanharam nessa caminhada e, em especial, as minhas amigas-irmãs de toda uma vida: Cléo, Soraya, Dulciane, Daiana, Josiane, Renata e Graciele, Noeli, entre tantos amigos que fazem parte da minha história.

À vó Diva e D. Graça, as quais muito admiro pelos ensinamentos e pelo imenso carinho.

Aos professores do curso, que contribuíram para minha formação acadêmica e, em especial, ao sábio Prof. M. Sc. Flávio da Cruz que, com todo o seu conhecimento e atenção a mim dedicados, orientou-me na execução desta monografia.

A todos que fazem parte da minha vida, muito obrigada.

“Deus me dê a serenidade para aceitar as coisas que não posso mudar, a coragem para mudar o que posso, e a sabedoria para saber a diferença”.

Reinhardt Niebuhr, Oração da Serenidade.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	vi
LISTA DE SIGLAS.....	vii
RESUMO.....	xii
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	1
1.2 OBJETIVOS.....	3
1.3 JUSTIFICATIVA.....	4
1.4 METODOLOGIA.....	5
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1 SISTEMA PREVIDENCIÁRIO.....	10
2.1.1 Origem da Previdência.....	10
2.1.2 Origem da Previdência Social no Brasil.....	12
2.1.3 Conceito e finalidades da Seguridade e Previdência Social.....	19
2.1.4 Tipos de Previdência no Brasil.....	20
2.1.5 Situação da Atual Previdência Social Oficial do País.....	24
2.1.6 Reforma Previdenciária.....	26
2.2 ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA PRIVADA.....	30
2.2.1 Evolução Histórica dos Fundos de Pensão até os Dias Atuais.....	30

2.2.2	Aspectos Gerais dos Fundos de Pensão.....	32
2.2.3	Escândalos Envolvendo Fundos de Pensão.....	38
2.2.4	Impactos do Novo Código Civil nos Fundos de Pensão.....	41
3	IMUNIDANIDADE TRIBUTÁRIA.....	45
3.1	A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA.....	45
3.2	A QUESTÃO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADAS.....	47
3.3	POSICIONAMENTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS À IMUNIDADE TRIBUTÁRIA NAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA....	49
4	ASPECTOS CONTÁBEIS NOS FUNDOS DE PENSÃO.....	55
4.1	OS ASPECTOS CONTÁBEIS CONFORME LEI COMPLEMENTAR 109/2001 E PORTARIA MPAS nº 4858/98.....	55
4.1.1	Histórico.....	55
4.2	REFLEXOS CONTÁBEIS TÍPICOS DA ESTÁTICA PATRIMONIAL NOS FUNDOS DE PENSÃO.....	58
4.3	REFLEXOS CONTÁBEIS TÍPICOS DA DINÂMICA PATRIMONIAL NOS FUNDOS DE PENSÃO.....	65
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74
	ANEXOS.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura Do Sistema Previdenciário Brasileiro.....	24
Quadro 2 – Segregação por programas do Plano de Contas/Portaria nº4.858/98	60
Quadro 3 – Balanço Patrimonial segundo ABRAPP	62
Quadro 4 – Balanço Patrimonial/Portaria nº4.858/98.....	64
Quadro 5 – Demonstração do Resultado do Exercício/Portaria nº4.858/98.....	66
Quadro 6 – Modelo Proposto por SILVA(2001).....	68
Quadro 7 – Fluxo Financeiro/Portaria nº4.858/98.....	69

LISTA DE SIGLAS

ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada

ANAPAR – Associação Nacional de Participantes de Fundos de Pensão

AR – Aviso de Recebimento

CAPEMI – Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios e Beneficentes

CEME – Central de Medicamentos

CF – Constituição Federal

CLPS – Consolidação das Leis da Previdência Social

COFINS – Contribuição para o financiamento da Seguridade Social

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DATAPREV - Empresa de Processamento de Dados do Ministério da Previdência Social.

DLPA – Demonstração do Lucro ou Prejuízo Acumulado

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recurso

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

EFPPs – Entidades Fechada de Previdência Privadas

EPP – Entidade Previdência Privada

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar

FUNBEP – Fundo de Beneficência aos funcionários do Banco do Estado do Paraná S.A

IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência Social

IAPB – Instituto de Aposentadoria e Pensões de Bancários

IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais

IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

IAPM – Instituto de Aposentadoria e Pensões Marítimos

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IR – Imposto de Renda

IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

ISSB – Instituto de Serviços Sociais do Brasil

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

PETROS – Fundação Petrobrás de Seguridade Social

PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres

PIS/PASEP – Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

RET – Regime Especial de Tributação

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SPC – Secretaria de Previdência Complementar

SPC – Secretaria de Previdência Complementar

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

VGBL – Plano Vida Gerador de Benefício

RESUMO

O objetivo desta monografia foi realizar uma análise sobre os aspectos gerais, contábeis e tributários que envolvem as entidades de previdência privada, conhecidas popularmente por Fundos de Pensão.

Por meio dos de Fundos de Pensão é possível garantir ao trabalhador uma complementação de renda durante sua vida de aposentado, compensando, dessa forma, a deficiência da previdência oficial, a qual está vivendo uma crise de enormes proporções.

Os fatores agravantes dessa crise provêm, principalmente, da má administração e da falta de planejamento dos recursos da entidade, de fraudes nas aposentadorias, inadimplência de empresas, aumento da expectativa de vida, privilégios concedidos além da capacidade contributiva e da crise econômica que o país enfrenta, na qual a recessão e desemprego geram o crescente aumento do mercado informal e a redução de contribuintes para a previdência.

De uma forma paralela, os Fundos de Pensão amenizam esse significativo problema, pois, ao mesmo tempo em que geram uma poupança estável de longo prazo, também se tornam um instrumento de socialização de capital. Entretanto, os Fundos de Pensão sofrem pesadas tributações, embaraçando suas atividades.

Pretende-se mostrar, com este trabalho, a forma em que se enquadram os Fundos de Pensão, referente aos seus procedimentos contábeis, e a questão da possibilidade legal da imunidade tributária. Para tanto, serão abordados, inicialmente, o tema e problema, a definição dos objetivos, a justificativa, a metodologia e a organização do estudo.

No segundo capítulo, é apresentada a revisão bibliográfica pertinente ao tema de pesquisa, abordando assuntos como: a origem do sistema previdenciário e da previdência social no Brasil, o conceito e finalidades da seguridade e previdência social, os tipos de previdência no Brasil, a situação em que se encontra a previdência social oficial do país e a

reforma previdenciária. Especificamente, discorrer-se-á sobre a evolução histórica dos Fundos de Pensão, estendendo-se aos aspectos gerais ao relatar a versão da imprensa escrita acerca de alguns escândalos nos quais eles estão envolvidos, e os impactos do novo Código Civil. Essa parte da pesquisa não tem como objetivo fazer um estudo aprofundado; trata-se somente de uma exposição do assunto abordando o necessário para o desenvolvimento do ponto central desta monografia.

No terceiro capítulo são abordados o conceito e a repercussão da questão da imunidade tributária nos Fundos de Pensão, relacionando posicionamentos favoráveis e contrários à imunidade tributária das entidades de previdência privada.

Posteriormente, no quarto capítulo, são analisados os procedimentos contábeis conforme a Lei Complementar 109/2001 e Portaria MPAS 4.858/98. Finalizando este estudo nos reflexos contábeis típicos da dinâmica e estática patrimonial.

Por fim, no quinto capítulo, são apresentadas as considerações finais e recomendações a futuras pesquisas sobre o mesmo tema.

Convém destacar que, no desenvolvimento deste estudo, tomou-se o cuidado de mantê-lo sempre atualizado.

Os temas iniciais são expostos de forma a conduzir o raciocínio para que o leitor possa posicionar-se a respeito do ponto central desenvolvido nesta monografia: os aspectos contábeis e a questão da imunidade tributária das entidades de previdência privada.

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, procurou-se abordar os aspectos gerais da elaboração do projeto de monografia, a fim de proporcionar uma melhor visualização do seu conteúdo, explanando o tema e o problema, os objetivos, a justificativa, a metodologia e a organização do estudo apresentado.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Conforme leitura preliminar sobre o assunto, pode-se constatar que o sistema previdenciário no Brasil está enfrentando uma dura realidade: a crise no sistema previdenciário estatal.

O sistema previdenciário estatal, representado pela previdência oficial, está com dificuldades de suprir as necessidades daqueles que contribuíram durante toda a vida de trabalho almejando obter uma aposentadoria digna, a qual lhes dê a garantia de uma velhice tranqüila e com condições humanas para a sobrevivência. Por conseguinte, a população busca outros meios para que isto aconteça com uma certa segurança.

Os Fundos de Pensão, nos últimos tempos, têm mostrado-se como uma maneira lucrativa de compensar essa lacuna da previdência oficial, tornando-se uma possibilidade de prover seus participantes de um complemento na aposentadoria oficial. Desse modo, os Fundos de Pensão permitem suprir as necessidades da população que contribui para a previdência, visando um futuro melhor, tanto para o beneficiado como para os seus dependentes.

Com a finalidade de atingir eficiente administração e correta aplicação de seus recursos em atividades produtivas, garantindo, assim, aos seus participantes, benefícios justos e seguros, os Fundos de Pensão estão buscando investimentos para obter um retorno elevado, como participações acionárias permanentes e relevantes em empresas.

Essa nova postura de alguns Fundos de Pensão possibilita idealmente atender melhor os dois maiores objetivos do sistema fechado de previdência complementar: fomentar riquezas para a sociedade através da aplicação de seus recursos em atividade produtivas e assegurar aos seus participantes benefícios justos e seguros por modo de uma administração eficiente do seu patrimônio.

Por outro lado, a aplicação dos recursos através de injeção de ativos líquidos na economia favorece o surgimento e a expansão das atividades econômicas. Entretanto, devido aos investimentos serem limitados, o aporte de recursos para a produção em países subdesenvolvidos sofre conseqüências com essa limitação. Portanto, é até possível supor dentre outras hipóteses, que quanto maior for o volume de recursos aplicados através de Fundos de Pensão criados no país, menor será a dependência dos recursos advindos de investidores internacionais.

Apesar de vários estudos evidenciarem que os Fundos de Pensão são uma alternativa lucrativa e estável para o participante, ainda há uma certa resistência por parte da população devido a alguns escândalos ocorridos no setor. Com isso, os Fundos de Pensão mantêm a imagem de ser um negócio sem credibilidade e pouco confiável.

São integrantes dos Fundos de Pensão além dos participantes que são pessoas que toma parte destes fundos, os patrocinadores que são aqueles que patrocinam, protegem e financiam o fundo e os gestores que são responsáveis pela gerência e administração do fundo.

No Brasil e em diversos países do mundo, os Fundos de Pensão são responsáveis pelo acúmulo de uma poupança. Sabe-se que a poupança potencialmente é capaz de criar empregos, novos investimentos e esperança de uma vida melhor aos seus participantes. Mas, para que isso aconteça, é importante que a previdência complementar tenha um tratamento tributário adequado.

A imunidade tributária dos Fundos de Pensão é um dos pontos de constantes divergências tanto no nível doutrinário quanto jurisprudencial. Muitos defensores dessa questão alegam implicação de tributação, ou pelo menos uma forma adequada de tributação, como mais adequada a suas características.

Vale ressaltar que os procedimentos contábeis de apuração de resultado das entidades de previdência privada possuem um tratamento contábil diferenciado das atividades industriais, comerciais ou de prestação de serviço, pois em sua maior parte essas entidades têm como característica principal visar ao lucro.

Nos Fundos de Pensão, por tratar-se de uma entidade sem fins lucrativos onde todos os recursos são aplicados no próprio fundo, os procedimentos contábeis tornam-se ponto crucial para a análise das práticas de gestão de recursos. Isso gera, provavelmente, mais credibilidade e transparência nesses procedimentos, tanto para os participantes, como para a patrocinadora e para o gestor.

Este segmento da pesquisa procurou esclarecer de forma sucinta a maneira de apurar o resultado sob a ótica contábil e quais são os aspectos contrários e os favoráveis à imunidade tributária dos Fundos de Pensão.

1.2 OBJETIVOS

A presente monografia teve como objetivo principal explicar possível questão da imunidade tributária dos Fundos de Pensão no Brasil, e fazer uma análise dos aspectos contábeis das entidades fechadas de previdência privada, relacionando a sua importância para a sociedade através de um breve relato sobre o sistema previdenciário no Brasil e o que gira em torno dos Fundos de Pensão.

Para que esse objetivo fosse alcançado, estudou-se os seguintes tópicos:

- a) descrever as formas de instituições de previdência;

- b) caracterizar a atual situação da previdência oficial no país e a sua reforma;
- c) mostrar a evolução histórica das entidades de previdência complementar fechada no Brasil até os dias atuais;
- d) relatar a versão da imprensa escrita acerca de alguns escândalos envolvendo os Fundos de Pensão e o descrédito provindo da população por falta de conhecimento específico sobre o assunto;
- e) identificar os aspectos contábeis das entidades fechadas de previdência privada;
- f) evidenciar os argumentos contrários e os favoráveis à imunidade tributária das entidades de previdência privada.

1.3 JUSTIFICATIVA

Ao escolher-se um tema para desenvolver uma pesquisa, é importante que o pesquisador tenha uma certa afinidade e interesse pelo assunto escolhido. Foi constatado que geralmente, o pesquisador escolhe determinado tema por acreditar que o assunto deve ser discutido e estudado para uma melhor interpretação e aprofundamento.

O motivo da escolha desse tema para a pesquisa é responder alguns questionamentos sobre um assunto pouco difundido no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, juntamente com a investigação de uma certa relutância que muitos têm nos Fundos de Pensão. Isso ocorre devido ao desconhecimento do seu real papel na economia e na vida das pessoas, entre outros motivos nem sempre mencionados.

Por apresentarem características de poupança estável e de longo prazo e por tratarem de entidades sem fins lucrativos, os Fundos de Pensão estão aplicando seus recursos em investimentos que geram retornos diversificados, procurando garantir aos seus participantes benefícios seguros por meio de uma administração eficiente do seu patrimônio. Essa nova

postura dos Fundos de Pensão possibilita atender melhor aos interesses de quem procura essa forma de previdência para garantir o seu futuro e o da sua família.

Mas, para que isto aconteça, a questão tributária e os procedimentos contábeis de apuração de resultado têm que ser analisados cautelosamente, tanto pelos legisladores e pelos administradores dos fundos.

Portanto, esta pesquisa se fundamenta nos aspectos contábeis e na questão da imunidade de tributação dos Fundos de Pensão no Brasil. Busca, secundariamente, esclarecer as discussões geradas em torno dos fundos de pensão.

1.4 METODOLOGIA

Existem muitas formas de assimilar e compreender os objetos de estudo. Ao longo da vida, o ser humano sempre estará conhecendo algo que será posteriormente agregado a fatos e objetos já assimilados.

Segundo Ferreira, A. (1999), conhecimento é o “processo pelo qual se determina a relação entre sujeito e objeto”, ou ainda, “a apropriação do objeto pelo pensamento, como quer que se conceba essa apropriação: como definição, como percepção clara, apreensão completa, análise, etc”.

A metodologia é o princípio da busca do conhecimento, é fundamental para descrever o procedimento e o caminho que a pesquisa irá seguir.

Há pelo menos quatro tipos fundamentais de conhecimento, cada um deles subordinado ao tipo de apropriação que o homem faz da realidade. Os quatro tipos de conhecimento são: o conhecimento popular, o conhecimento científico, o conhecimento filosófico e o conhecimento religioso (GALLIANO, 1979).

Por meio desses quatro tipos de conhecimento, ao longo da vida, o ser humano sempre estará se auto conhecendo, buscando algo ou agregando mais conhecimento a fatos e objetos já assimilados.

O conhecimento popular está baseado nas experiências adquiridas pelo indivíduo ao longo da sua vivência. De acordo com Ferrari (1982, p. 6):

Esse conhecimento é resultado de suposições e de experiências pessoais. Portanto, é informação íntima, porém não sistematizada, desde que não foi suficientemente refletida para ser reduzida a uma formulação geral. De modo que tais experiências não podem ser transmitidas fáceis e compreensivelmente de uma pessoa para outra. Assim, pelo conhecimento familiar, as pessoas sabem que água é um líquido: mas não podem compreender como se origina e qual é a sua composição molecular, assunto que já corresponde ao domínio da ciência.

A vivência em sociedade faz com que o indivíduo investigue e busque aprimorar os seus conhecimentos e formar a sua opinião.

Para Galliano (1979, p. 19), o conhecimento científico “resulta de investigação metódica, sistemática da realidade. Ele transcende os fatos e o fenômeno em si mesmo analisando-os para descobrir suas causas e concluir as leis gerais que os regem”.

O ser humano, através do conhecimento filosófico, visa à ciência geral dos princípios e aos valores gerais da existência.

Conforme descreve Cervo (1974, p. 20),

O conhecimento filosófico distingue-se do científico pelo objeto de investigação pelo método. O objeto das ciências são os dados próximos, imediatos, perceptíveis pelos sentidos ou por instrumentos, pois, sendo de ordem material e física, são por isso susceptíveis à experimentação. O objeto da filosofia constituído de realidades imediatas, não perceptíveis pelos sentidos e por serem de ordem supra-sensível, ultrapassam a experiência (método racional).

O conhecimento religioso pode ser um instrumento de práticas e princípios que rege as relações entre o homem e a divindade. Faz que o conhecimento seja espiritual e regido pelo conhecimento de si próprio, através de algo desconhecido.

Galliano (1979, p. 19), define como conhecimento como “o produto da fé humana na existência de uma ou mais entidades divinas. Ele provém das revelações do mistério, do oculto por algo que é interpretado como mensagem ou manifestação divina”.

O processo de obtenção de conhecimento científico dá-se através da pesquisa. Muitas teorias organizam-se em torno da definição de pesquisa. “Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem por objeto proporcionar respostas aos problemas propostos” (GIL 1996, p. 19).

Assim, quando se analisa o processo de uma pesquisa, olha-se, primeiramente, a metodologia aplicada para que haja uma compreensão analítica sobre o assunto abordado.

Conforme Lakatos e Marconi (1991, p. 40-41), “o método é um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo -conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e avaliando as decisões do cientista”.

Dentre os diversos tipos de pesquisa científica, foi escolhido para a confecção desta pesquisa a monografia, cuja definição, segundo Bärni (1998, p. 60) é:

Entende-se a montagem de um relatório formal de uma investigação técnica, científica ou acadêmica. Ele pode assumir a forma de um trabalho final de uma disciplina ou curso, um ensaio lido em um seminário, um artigo para uma revista técnica, um relatório de uma investigação ou experimentação científica, uma dissertação ou tese de obtenção de um grau acadêmico, ou ainda um parecer técnico.

A pesquisa aplicada objetiva obter o conhecimento por meio da aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, como a questão tributária dos Fundos de Pensão.

O estudo desta pesquisa segue uma linha de abordagem qualitativa, por apresentar um vínculo entre os aspectos teóricos e práticos relacionados a esse assunto e, também, de certa forma, quantitativa, por envolver valores apresentados no estudo realizado. Assume o papel de uma pesquisa exploratória e explicativa, pois pretende proporcionar uma

ambientação com o problema, a fim de torná-lo explícito e, assim, possibilitando a identificação dos fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência da questão tributária, um assunto de ampla discussão entre os pesquisadores e doutrinários dessa questão.

Os procedimentos técnicos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho são bibliográficos e documentais. A pesquisa foi realizada em fases distintas, para a maior compreensão do tema abordado. Na primeira fase, foram coletados dados pertinentes à realização do estudo, em que se busca mostrar a etapa inicial da previdência oficial e os fundos de pensão, obtendo uma visão geral sobre o assunto, para seu maior entendimento e fundamentação nos conceitos expostos.

Na fase seguinte, foi analisado o que vem ser um Fundo de Pensão, a sua trajetória inicial, as vantagens e desvantagens sobre esse investimento ainda tão questionado pela sociedade.

E, como fase final, o estudo visa à explanação da questão dos procedimentos contábeis e da questão da imunidade tributária dos fundos de pensão, analisando os aspectos legais.

Espera-se que a abordagem desses assuntos gere um conhecimento aprimorado sobre o tema abordado.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A presente monografia encontra-se dividida em cinco capítulos. O primeiro refere-se à introdução do trabalho. Nesta seção foram apresentados o tema e problema da pesquisa realizada, os objetivos que se pretende alcançar, a justificativa para a realização do trabalho, a metodologia empregada na elaboração da monografia e a organização do estudo realizado.

No segundo capítulo, é apresentada a fundamentação teórica. Para que os objetivos desta monografia sejam atingidos, fez-se um breve estudo sobre o sistema previdenciário,

especificamente sobre as entidades de previdência fechada privada, englobando a sua origem, conceito, finalidades e a sua atual conjuntura. O terceiro capítulo mostra os aspectos gerais e a questão da possível imunidade tributária das entidades fechadas de previdência privada e, posteriormente, no capítulo quatro, os aspectos contábeis dos fundos de pensão.

Por fim, o quinto capítulo apresenta as conclusões finais da pesquisa e as recomendações para futuros trabalhos sobre o tema abordado, já que esse tema está em ampla discussão em âmbito nacional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

2.1.1 Origem da Previdência

Do ponto de vista dos autores Balera (1998), Póvoas (2000) e Luquet (2001), os primeiros sistemas de previdência social no mundo surgiram com o advento da industrialização, pois cresceu a necessidade de proteger os idosos e desempregados que não faziam mais parte das atividades produtivas da sociedade, sendo assim, não mais possuíam condições de garantir seu sustento por outros meios. Conseqüentemente, fez-se necessário suprir essas deficiências por meio de um sistema. Nesses moldes, instituiu-se a previdência.

A previdência pode ser caracterizada como um ato de precaução, ou preventivo, a fim de garantir aos indivíduos desprovidos, a sua subsistência. Pode ser considerado também um organismo que tem como objetivo defender e proteger o indivíduo, geralmente no desemprego, na doença, na invalidez e na velhice.

Os ingleses são os responsáveis pela primeira manifestação de auxílio aos pobres e são considerados os pioneiros no surgimento da previdência.

Ensina Ricaldone et al. (2003, p. 6) que, em 1601, foi instituída a Lei dos Pobres, cujo objetivo era a instituição de um esquema assistencial, por meio da criação de imposto sobre os chefes de família a fim de atender as necessidades básicas dessa camada da sociedade desprovida.

Nota-se que esta data é precedente a época em que convencionalmente conhecemos como o surgimento da Revolução Industrial. Entretanto a repercussão maior das Leis dos Pobres foi notada aproximadamente 200 anos depois, vez que naquela época as mudanças não eram tão constantes e a própria velocidade de implementação desta ou daquela lei não é comparável com que vivemos nos dias atuais.

Deste modo percebe-se que, desde aquela época, já havia a preocupação com esta camada da população, haja vista que a falta de condições humanas para a sua sobrevivência acarreta em vários distúrbios para a sociedade. Estes distúrbios podem ser caracterizados como: a fome, a doença, a miséria e roubos, que ocasionam problemas de enormes proporções para o governo.

Somente na década de 1880, na Alemanha, surge o primeiro sistema previdenciário social. Seu objetivo fundamental foi promover o bem-estar social dos trabalhadores. O sistema alemão visava ao provimento de benefícios como aposentadoria por invalidez.

Segundo Póvoas (2000, p. 219-220), no governo de Otto Von Bismarck foram aprovadas três leis:

- a) a lei de 1883 sobre o seguro-doença, que tornou obrigatório este seguro para os operários da indústria cujo salário anualmente considerado não ultrapassasse 2.000 marcos;
- b) a lei de 1884 sobre os acidentes de trabalho, que obrigou os industriais a pagar contribuições às caixas corporativas de onde saíam as indenizações pagas aos operários que ficassem totalmente inválidos ou morressem;
- c) a lei de 1889 sobre seguro velhice-invalidez, pago por caixas corporativas alimentadas pelas contribuições dos empregados e dos trabalhadores em partes iguais.

Essas leis promoveram um programa obrigatório de seguro-saúde para os trabalhadores, dessa forma, eles obtiveram uma garantia para sua subsistência quando, por motivos de doenças, velhice, acidentes ou algum tipo de deficiência, não puderem mais fazer parte da força de trabalho. Outros países passaram, também, a adotar sistemas de seguro social, restringindo-se a determinadas categorias de trabalhadores e oferecendo benefícios proporcionais às contribuições.

Complementa Póvoas (2000, p. 220) que, em 1911, essas leis foram reformuladas, passando a ser conhecidas como o Código de Seguros Sociais de 1911. Essas leis tornaram-se referências para os países evoluídos, promovendo um programa obrigatório de seguro-saúde.

Cabe salientar como referência bibliográfica, a abordagem feita por Domênico De Masi, em seu celebre livro *Ócio Criativo*, que nas grandes civilizações da história antiga, em

alguns povos antigos evoluídos como astecas, incas, maias, gregos, egípcios e mesopotâmicos, pudesse existir alguma forma de iniciação à previdência. Isso torna possível, já que essas civilizações se destacaram na história pelas iniciações de vivência em sociedade, feitos históricos e o surgimento de grandes intelectuais, responsáveis por teorias utilizadas até os dias de hoje.

2.1.2 Origem da Previdência Social no Brasil

O período colonial pode ser citado como o marco inicial da previdência social no Brasil, com o surgimento das primeiras instituições de caráter assistencial, quando Brás Cubas fundou a Casa de Misericórdias de Santos em 1543. Balera (1998, p. 117).

As instituições de caráter assistencial são aquelas que prestam auxílio e proteção, mantendo hospitais, asilos, orfanatos e casas de amparo a seus associados e aos desvalidos.

Na época do Império, surgiram os montepios civis e militares e outras sociedades beneficentes. Segundo Martinez (1996, p. 24), o primeiro montepio foi o “Montepio dos Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha, criado em 2 de setembro de 1795, assinado pelo Príncipe D. João, no Palácio Queluz, em Lisboa”.

Esses montepios eram criados para auxílios mútuos e para custear pensão dos filhos, viúvas, irmãs e mães. Funcionava com a finalidade de garantir aos dependentes dos oficiais o seu sustento. Era uma instituição em que cada membro, mediante o pagamento de cotas mensais, adquiria o direito de, quando falecesse, deixar pensão a sua família ou aos seus dependentes.

Com essa medida, o governo, apesar de não dirigir diretamente o montepio, pôde garantir às famílias e aos dependentes, em caso de morte do trabalhador, a tranquilidade e a segurança para promover o seu próprio sustento.

A partir da primeira instituição de montepios, vários outros foram criados a diversas classes de trabalhadores, com o intuito de garantir, também a eles, os mesmos direitos das classes beneficiadas com os montepios já existentes.

Através da Lei 3.724 de 15 de janeiro de 1919, foi instituída a primeira medida legal de proteção social que estabelecia o seguro de acidentes pessoais de trabalho, tornando obrigatória a indenização, por parte do empregador, dos acidentes ocorridos na execução do trabalho.

Sabe-se que o seguro de acidente de trabalho é incluído nas guias de recolhimento e o ônus cabe a entidade patronal.

Nesta época era comum o trabalho excessivo. Muitos pais de famílias tinham jornadas intensas de trabalho, sem descansos e folgas. Era comum acontecerem acidentes de trabalho, como mutilações, por falta de treinamento no manuseio de máquinas, cansaço e descaso dos próprios patrões em relação às condições físicas e psicológicas de seus funcionários. Muitas vezes o operário ficava inválido para o mercado de trabalho, somando-se à camada inativa da sociedade. Essa lei representou um grande avanço para os trabalhadores, que já não se encontravam mais abandonados pelo governo, garantindo, assim, a sua subsistência.

No entanto, o ponto de partida da previdência social brasileira nasceu há 80 anos com a legislação de autoria do deputado Elói Chaves. Essa lei ficou sendo conhecida como a Lei Elói Chaves (Decreto-Lei nº 4.682 de 24 de janeiro de 1923).

Através da Lei Elói Chaves, a história da previdência social brasileira passa a ser caracterizada pelo surgimento das caixas de pensões, aposentadorias e das primeiras instituições que garantiam benefícios aos trabalhadores. Tais instituições asseguravam o pagamento de aposentadorias, pensões, ajuda médica e auxílio federal aos empregados de empresa ferroviárias existentes na época.

Lembra Pinheiro (1999, p. 26) que, em 1925, os benefícios foram estendidos aos portuários e marítimos, quando o controle das caixas passou para o Conselho Nacional do Trabalho.

Essas caixas de pensões funcionavam com o intuito de garantir aos próprios funcionários uma renda mensal quando não fizessem mais parte da força de trabalho. Isso só era possível após um certo tempo de contribuição e por meio dos recursos provindos do vencimento dos próprios operários.

No ano de 1930, com o impacto do crescimento do trabalho assalariado urbano no país, é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Com a criação desse Ministério e o advento do Decreto nº 20.465 de 1º de outubro de 1931, a legislação é reformulada estendendo-se o regime a todos os prestadores de serviços públicos. (LUQUET, 2001, p.125).

Sabe-se que apesar das conquistas sociais da época ocorreram em paralelo, perseguições político-partidário, patrulhamento ideológico e outras formas de repressão a livre expressão dos intelectuais da época.

Com esse acontecimento, foi exigida do Estado uma maior atenção à previdência social, pois ele estava adquirindo um importante papel, que até então estava obstando da administração de sistemas, ao assumir estritamente a gestão das novas instituições, escolhendo e nomeando seus presidentes.

A partir de 1933, iniciou-se uma nova fase com a criação dos institutos de aposentadorias e pensões, que eram entidades de proteção social, nas quais reuniam-se categorias profissionais.

Conforme citam Balera (1998) e Pinheiro (1999), a partir de junho 1933, com a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), surgem as entidades de Previdência Social de âmbito nacional, tendo por base a atividade genérica das empresas. É nessa época que surgem também o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes

(IAPC), o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), e Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazéns de Café. No ano seguinte é criada a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores e, em 1936, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

Apesar de não ser objetivo da presente dissertação explicar o modo de funcionamento e operação dos fundos citados. Pode-se notar que, a necessidade de proteger os idosos, dependentes e os desempregados está intimamente ligada ao fato do Estado tentar compensar, de alguma forma, essa camada da população que se encontrava fora das atividades produtivas.

Conforme explana a matéria do Jornal Catarinense publicado em 4 de maio de 2003 sobre a previdência social, em 1938, surge o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), que assegurava pensão vitalícia para o cônjuge sobrevivente, pensão para os filhos até a idade de 22 anos, pecúlio, seguro de renda e seguro de morte. Não há contribuição dos servidores públicos para aposentadorias financiadas com recursos do Tesouro. Em 1943, é elaborado o primeiro projeto de Consolidação das Leis de Previdência Social (CLPS).

Com o surgimento desses institutos, que visavam ao suprimento das necessidades básicas das classes trabalhadoras inativas e proporcionavam cobertura a uma grande parcela dos trabalhadores urbanos, ocorriam certas disparidades em relação aos planos de benefícios que cada um deles oferecia.

O problema era que os institutos que representavam as categorias profissionais que possuíam maior remuneração obtinham os maiores recursos, pois os sistemas de contribuição funcionavam com base no salário dos empregados.

Conforme relata Eduardo (2003, p. 3), “a partir de 1945, várias tentativas foram realizadas no sentido de uniformizar e unificar a previdência social brasileira. Através do

Decreto-lei nº6.526 de 7 de maio de 1945, houve a criação do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil (ISSB), no qual seria implementado um plano de contribuições e benefícios”. No entanto, o ISSB nunca chegaria a cumprir sua meta, porque o governo empossado em 1946, do então Presidente da República General Gaspar Dutra tornou sem aplicação o crédito para sua implementação.

Foram necessários 14 anos para que essa situação se revertisse e a previdência social brasileira mudasse o seu quadro, dando prioridade ao bem estar de toda a sociedade.

Ensinam Balera (1998), Póvoas (2000) e Eduardo (2003) que, somente em 1960, após 14 anos tramitando no Congresso Nacional até obter a sua aprovação, é criada a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), Lei nº3.807/60 de 26 de agosto 1960, é que este problema foi resolvido, pois unificou a legislação referente aos institutos de aposentadorias e pensões e uniformizou as contribuições e os planos de benefícios de diversos institutos. Seis anos mais tarde, a unificação institucional foi efetivada com a criação do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), em 21 de novembro de 1966.

Os empregados da agroindústria canavieira são os primeiros trabalhadores rurais a contarem com os benefícios da previdência social. No decorrer da década de 60, foram realizadas duas tentativas de incluir os trabalhadores rurais no sistema previdenciário. Lembra Luquet (2001, p.126) que, em 1963, surgiu o fundo de assistência ao trabalhador rural e, em 1969, o plano básico.

Mas, somente com a Lei Complementar nº11 de 25 de maio de 1971, é que foi criado um programa de assistência do trabalhador rural, conhecido também por Pró-Rural, que procurou atender satisfatoriamente às necessidades desses trabalhadores. Essa lei tinha como objetivo estender a cobertura previdenciária a todos os trabalhadores rurais.

Na década de 70, a previdência social brasileira deu um salto significativo, abrangendo todas as pessoas com atividades remuneradas no país. Dessa forma, foi possível garantir níveis mínimos de rendimentos para toda a população registrada e contribuinte.

Citam Balera (1998) e Luquet (2001) que, em 1972, os empregados domésticos foram também incluídos no sistema previdenciários. No ano de 1973, aconteceu a regulamentação da inscrição dos autônomos em caráter compulsório. A instituição do amparo previdenciário aos maiores de 70 anos de idade e aos inválidos não-segurados foi estabelecida em 1974, e a extensão dos benefícios de previdência e assistência social aos empregados rurais e seus dependentes, em 1976. Em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), cuja responsabilidade foi de elaborar e executar as políticas de previdência, assistência social e médica.

Pode-se notar que a década de 70 é um dos ápices da previdência social brasileira, pois englobou no sistema previdenciário toda a sociedade pertencente ao meio devido às importantes inovações na legislação previdenciária.

Com o decreto nº 77.077 de 24 de janeiro de 1976, houve a Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS), que era a reunião de todas as normas legais em vigor relacionadas à previdência social.

A Lei nº 6.439 de 1º de setembro de 1977 cria o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), a qual determinava que cada função do sistema passasse a ser exercida por um órgão específico, compreendendo o INPS, INAMPS, IAPAS, LBA, FUNABEM, DATAPREV e CEME (PINHEIRO, 1996, p.26).

Essa lei reestruturou a previdência social, revendo as formas de concessão e manutenção de benefícios e serviços, reorganizando a gestão administrativa, financeira e patrimonial.

Assim, coube ao INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) a responsabilidade exclusiva de concessão e manutenção de benefícios, ao INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) a prestação de assistência médica e ao IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência Social) a gestão administrativa, financeira e patrimonial do sistema.

Desse modo, pode-se observar que a seguridade social no Brasil procurava amenizar o empobrecimento daqueles que, por motivos de doença, invalidez, velhice ou morte, não faziam parte da massa trabalhadora.

Segundo Pinheiro (1999, p.27), “O sistema de Seguridade Social foi institucionalizado, no Brasil, pela atual Constituição da República, através da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, abrangendo Previdência Social, Saúde e Assistência Social”.

Através do decreto nº 99.350 de 27 de junho de 1990, surgiu o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), resultado da fusão do INPS e do IAPAS, vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

O INSS tem como atribuição promover a arrecadação, a fiscalização e a cobrança das contribuições sociais destinadas ao financiamento da previdência social, além de reconhecer o direito ao recebimento de benefícios por ela administrados, assegurando agilidade, comodidade aos seus usuários e ampliação do controle social.

A Emenda Constitucional nº 20, regulamentada pelo Decreto nº 3.048 de 6 de maio de 1999, trouxe profundas mudanças para o sistema de previdência social. As mudanças mais significativas foram: a determinação de benefício salário-família a famílias de baixa renda, proibição do trabalho para o menor de 16 anos, a exigência de que o sistema previdenciário apresente equilíbrio financeiro e atuarial e as regras para a concessão de aposentadorias passam a combinar tempo de serviço e de contribuição.

Com a implementação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro 1998, buscou-se a melhoria das condições relacionadas aos sistemas previdenciários, uma vez que, a partir de 1995, déficits constantes passaram a fazer parte da previdência brasileira. Através do material bibliográfico consultado, pode-se afirmar que um dos fatores para o agravamento deste problema foi devido ao envelhecimento da população que contribuiu para o aumento do número de inativos em relação à população economicamente ativa.

A Lei nº 8.212 de 27 de julho de 1991, que instituiu o Plano de Custeio da Previdência Social e a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, que se referia ao Plano de Benefícios, foram modificadas pela Lei nº 9.876 de 26.11.1999, a qual implementou um fator previdenciário no cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade. Esse fator leva em conta a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar.

2.1.3 Conceito e finalidades da Seguridade e Previdência Social.

O conceito de seguridade social tem um significado diverso do conceito de previdência social. Ensina Viana (2002), que

Previdência é um sistema de cobertura dos efeitos de contingências associadas ao trabalho, resultante de imposição legal e lastreado nas contribuições dos afiliados para seu custeio; tem por objetivo ofertar benefícios aos contribuintes previdentes quando, em ocasião futura, ocorrer perda ou redução da capacidade laborativa dos mesmos. Já a Seguridade é um sistema de cobertura de contingências sociais destinado a todos os que se encontram em estado de necessidade, não restringindo os benefícios nem aos contribuintes nem à perda da capacidade laborativa; auxílios a famílias numerosas, pensões não-contributivas, complementações de renda constituem benefícios de seguridade porque ou não resultam de perda/redução da capacidade laborativa ou dispensam a contribuição pretérita.

A evolução da previdência social para a seguridade social parte da constatação de que as necessidades individuais não atendidas repercutem não só sobre os indivíduos ou seus dependentes, mas sobre todos os integrantes da sociedade. Isso exige que um seguro social

evolua para um sistema de seguridade social, fazendo com que a sociedade, em geral, seja favorecida com serviços sociais, seguro e outros benefícios que ofereçam uma vida digna.

A constituição de 1988 proporcionou um notável avanço no campo dos direitos sociais, pois houve a possibilidade de transformação da previdência para a seguridade social.

Segundo a Constituição de 1988, a seguridade social visa à garantia do direito à saúde, à previdência e à assistência social ao indivíduo e, ou, seu grupo familiar quando decorrente de morte, doença, invalidez, idade avançada, desemprego ou incapacidade econômica.

Conforme a Lei 8.212 de 24 de julho de 1991, o sistema de seguridade social no Brasil é segmentado em três partes. Cada componente da seguridade social esta ligada a um determinado ministério. A assistência médica fica a encargo do Ministério da Saúde, representado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A previdência social, representada pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), está vinculada ao Ministério da Previdência Social. Por fim, tem-se a assistência social, vinculada ao Ministério do Bem Estar Social, cuja função é auxiliar pessoas de baixo poder aquisitivo.

Nesta seção, procurou-se evidenciar a parte relacionada à previdência social. A Lei 8.213 de 24 de julho de 91, que dispõe dos planos de benefícios da previdência social, estabelece em seu art.1º que

A Previdência Social, mediante a contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

2.1.4 Tipos de Previdência no Brasil

O sistema previdenciário no Brasil é formado por dois tipos de agentes que operam a previdência e que objetivam proporcionar aos seus contribuintes uma forma segura de garantir

a sua subsistência quando não estiverem mais trabalhando. O agente que vai atuar sobre previdência pode ser público ou privado.

A previdência social básica, ou chamada também de previdência oficial, tem como agente operacional a gestão pública, na forma do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), de filiação compulsória e também de filiação facultativa e sob regime de repartição, possuindo caráter obrigatório a todos os trabalhadores registrados no sistema de previdenciário.

A previdência oficial é definida conforme Luquet (2001, p.66) como sendo um “conjunto de instituições estatais destinadas a prestar assistência aos trabalhadores e suas famílias”.

Esse tipo de previdência proporciona aos seus contribuintes um programa de pagamentos que beneficia o indivíduo, ou seus dependentes, na forma de uma compensação da perda de capacidade de trabalho, seja por idade, invalidez ou morte. Esse benefício é estipulado pelo governo sob um teto. No Brasil, o teto está estipulado no valor de R\$ 1.869,34, podendo-se afirmar que ele só atende às expectativas de quem tem renda até esse valor.

O Decreto nº 3.048, republicado em 12 de maio de 1999, traça os tipos e formas de aposentadoria na previdência oficial, que são: por idade, por tempo de contribuição, a especial e a por invalidez.

A aposentadoria por idade, conforme o art. 51, estabelece idade mínima de 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres para que se tornem beneficiários desses proventos, cumpridas as carências mínimas. No caso de trabalhadores rurais, bem como para os segurados garimpeiros que trabalhem em regime de economia familiar, essa idade mínima é reduzida em cinco anos, tanto para homens quanto para as mulheres.

No art. 56, é estabelecido um tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria. O art 201, § 7º, I e II da Carta Magna prevê que o tempo é diferenciado de acordo com o sexo do trabalhador, sendo que para homens é 35 e para mulheres é 30 anos. Na Emenda Constitucional nº 20, passa a ser instituído aos professores universitários o tratamento igual ao dos trabalhadores em geral. Já os professores de ensino fundamental e médio aposentam-se com cinco anos a menos de contribuição.

No que se refere à aposentadoria especial, o art.64 estabelece um tempo menor de contribuição para os trabalhadores submetidos a condições que possam comprometer a sua saúde ou integridade física. Esse tipo de aposentadoria pode levar em consideração o tempo de contribuição que, dependendo do caso, pode ser de 15, 20 ou trinta 25 anos. Não se admite a conversão do tempo de atividade especial em comum, com exceção ao tempo de serviço em atividade especial anterior a 05 de março de 1997 e cumprida a carência mínima de 20% do tempo necessário para a aposentadoria no regime especial, conforme explícito no artigo 70, parágrafo único.

No art.43 e § 1º, é estabelecida a aposentadoria por invalidez por meio da apresentação de exame médico, a cargo da previdência social. Se o assegurado for considerado incapaz para o trabalho e impossibilitado de reabilitação para atividade que lhe garanta a subsistência, o benefício será concedido-lhe.

A previdência complementar possui como agente operacional a gestão privada e optativa, que visam complementar os benefícios que não são supridos pela previdência oficial, podendo, dessa forma, beneficiar a camada da população com renda mensal superior a 10 salários de contribuição .

Dentro da previdência complementar, existem dois tipos de planos de benefícios: o formado por entidades fechadas, também chamado Fundos de Pensão, e o formado por entidades por entidades abertas, conhecido como Previdência Privada Aberta.

Os Fundos de Pensão são entidades fechadas de previdência privada que têm como principal característica a ausência de finalidade lucrativa, visando a uma alternativa para complementar a aposentaria oferecida pela previdência oficial. Esses operam sob o regime de capitalização, no qual os recursos acumulados ao longo da vida do trabalhador é que irão financiar seus benefício. Os fundos são fiscalizados pela Secretaria de Previdência Complementar, a qual é subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, e podem ser patrocinados por uma empresa, ou grupo de empresas coligadas, e fundos multipatrocinados, os quais admitem o patrocínio de empresas que não tenham qualquer vínculo entre si.

Como as entidades fechadas destinam-se somente às pessoas vinculadas às empresas patrocinadoras, resta para os trabalhadores que não possuem acesso a esse tipo de previdência complementar, buscar auxílio nas entidades de previdência aberta que são franqueadas ao público em geral.

As entidades de previdência privada aberta, administradas, geralmente, por bancos e seguradoras, têm como finalidade a instituição de planos e de concessão de pecúlios ou de rendas. Além disso, possuem caráter lucrativo e objetivam agir como administradoras de poupanças de pessoas físicas, captando o dinheiro do público e oferecendo-o em troca de planos de capitalização que vão complementar a renda da aposentadoria.

Segundo Luquet (2001, p.38):

Nos planos abertos, a empresa de previdência garante uma rentabilidade mínima ao participante, em geral IGP-M, mais de 6% ao ano. Essa rentabilidade é que capitaliza as contribuições ao longo do tempo, assim o trabalhador ao se aposentar, vai ter o valor acumulado convertido em renda vitalícia. Esse modelo foi muito utilizado no passado, mas atualmente existem planos mais modernos, em que a gestão financeira dessas contribuições é mais transparente e a rentabilidade, repassada integralmente ao detentor do plano.

Os planos mais conhecidos são o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Plano Vida Gerador de Benefício (VGBL).

Esse tipo de previdência complementar é fiscalizado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que zela pelo cumprimento das normas que norteiam o funcionamento do mercado de seguros e da previdência privada.

No quadro abaixo é apresentada a estrutura do sistema previdenciário no Brasil atualmente:

Quadro 1 - Estrutura Do Sistema Previdenciário Brasileiro

ESTRUTURA DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO			
Trabalhadores do setor privado	Funcionários Públicos	Militares Federais	Previdência Complementar
- Obrigatório, nacional, público, sistema de repartição, subsídios sociais, benefícios definido.	- Obrigatório, público, níveis federal, estadual e municipal, sistema de repartição, benefício definido que é igual à última remuneração.	- Obrigatório, público, nível federal, sistema de repartição, benefício definido que é igual a última remuneração com promoção para uma patente acima daquela em que se dá disponibilidade.	- Optativo, privado, administrado por fundos de pensão aberto ou fechados, sistema de capitalização, fiscalizado pelo MPS e MF.
Administrado pelo INSS	Administrado pelos respectivos governos	Administrados pelo governo	Empresas, bancos e seguradoras.

Fonte: Adaptado do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

2.1.5 Situação da Atual Previdência Social Oficial do País

No Brasil, todos os trabalhadores registrados são obrigados a contribuir para o sistema de previdência oficial. Consistiria em transportar a renda de hoje para o futuro, garantindo a subsistência quando o indivíduo não estiver mais trabalhando. O agente que vai operacionalizar a previdência oficial é o Estado.

Atualmente, o sistema previdenciário no Brasil está enfrentando umas das piores crises da sua história. Provinda de diversos fatores, a crise afeta diretamente o governo, que, por sua vez, encontra-se com dificuldade em garantir e suprir as necessidades da população que contribui para previdência visando um futuro tranquilo para si e para os seus dependentes.

Um dos problemas da crise na previdência oficial provém do regime adotado a fim de formar o recurso gerador do pagamento de benefícios. A previdência oficial brasileira

funciona sob regime de repartição, o que é compatível com economias com alta taxa de natalidade, pois é caracterizada como um contrato de gerações, haja vista que quem contribui paga o benefício do outro que está aposentado.

Segundo Luquet (2001, p.60), a previdência social do Brasil sustenta-se em uma estrutura totalmente antiga, ainda nos moldes de 50 anos atrás, quando os fatores econômicos possuíam outras características. Nos últimos anos, a população brasileira vem passando por um processo de redução da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida da população adulta, dismantelando, assim, a estrutura desse modelo. O regime de repartição obtém melhores resultados quando o número de aposentados é escasso, pois, em contrapartida, a massa de trabalhadores contribuintes será maior. Já que essa não é a situação brasileira, cada vez mais ficará difícil atender às necessidades da população contributiva, gerando, assim, um colapso financeiro de proporções incalculáveis.

Outros fatores que envolvem essa crise, segundo se depreende de leitura preliminar sobre o assunto nos materiais bibliográficos utilizados, são a má administração dos recursos das entidades, a corrupção que impera nas aposentadorias e dentro do INSS, as concessões de benefícios por tempo de serviço sem limitação de idade e a sonegação de contribuição previdenciária.

A crise econômica atual pode ser considerada um dos fatores agravantes da situação da previdência oficial brasileira, pois a recessão e a falta de emprego acabam jogando os trabalhadores para o mercado informal que, desde modo, não contribuem mais, o que acaba gerando um desequilíbrio no sistema previdenciário e provocando a evasão fiscal.

O sistema de previdência para servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios, juntamente com o Regime Jurídico Único, também é um dos fatores que proporcionam essa crise, “No caso do Legislativo e do Judiciário” destaca Oliveira et al. (1997) que “as distorções são ainda mais acentuadas, pois os valores médios das

aposentadorias são de 35,2 e 36,6 salários mínimos, respectivamente, enquanto o valor médio da aposentadoria do setor privado urbano é de 2,1 salários mínimos”.

Na Lei nº 9.783, de 28 de janeiro de 1999, foi promulgada a contribuição dos servidores inativos (funcionários aposentados) e o aumento na alíquota dos servidores ativos. Entretanto, o que geralmente acontece é a concessão de centenas de liminares pelo Judiciário Federal suspendendo a cobrança dessas alíquotas majoradas. Essa é a providência tomada pelo juiz no início do processo, fundamentada, principalmente, no direito adquirido (inativos) e na proibição do confisco (ativos).

O Brasil é um dos poucos países a oferecer aposentadoria por tempo de serviço sem limitação de idade e sem a necessidade de afastamento do trabalho.

Grande maioria dos aposentados continuam trabalhando, pois fica inviável sobreviver somente com os baixos proventos oferecidos pelo o INSS.

Relata Luquet (2001, p.70) que, “Um trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 64,72% dos homens e 72,55% das mulheres aposentam-se com até 55 anos de idade, o que constituiria um padrão extremamente precoce da inatividade da força de trabalho”. Na realidade, grande parte desses aposentados continua nas forças de trabalho, utilizando a aposentadoria concedida como um instrumento de complementação de renda para a viabilização de seu sustento.

2.1.6 Reforma Previdenciária

Cinco anos após a última reforma, o Governo Federal apresentou ao Congresso Nacional um amplo pacote previdenciário, conhecido popularmente com a reforma previdenciária.

As reformas da previdência são as mudanças, algumas já implementadas e outras ainda em tramitação no Congresso, ao sistema previdenciário, ao sistema previdenciário atual

para que o objetivo geral do Governo seja atingido. Esse objetivo é garantir a solvência do sistema, vinculando cada vez mais a contribuição ao pagamento do benefício.

As reformas, segundo o Governo, visam à redistribuição de renda no País. Atualmente, cada real que falta para o pagamento de aposentadorias e pensões no Brasil é coberto com tributos arrecadados de toda a população, inclusive, da parcela mais pobre. Por esse motivo, a previdência é também considerada um dos epicentros dos problemas fiscais do País. A elevação do déficit do sistema motivou o governo a iniciar um processo de reforma compreendendo um conjunto de mudanças constitucionais e legais implementadas desde 1998.

Através de leitura preliminar sobre o assunto de concessões de aposentadoria, pode-se constatar o período compreendido entre 1988 e 2001, como sendo a expansão da política previdenciária, caracterizado pelo aumento expressivo da quantidade e do valor médio dos benefícios pagos pelo sistema.

Esta expansão da previdência social tem condicionado a redução nos níveis observados de pobreza. À parte dos efeitos sociais, a situação financeira da previdência deteriorou-se de maneira expressiva após 1994, registrando-se déficits crescentes.

Em dezembro de 1998, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 20, que modificou o sistema previdenciário brasileiro ao alterar a regra de cálculo do valor dos benefícios e introduzir uma série de mudanças e inovações, tendo como meta principal, segundo Luquet (2001, p.71), “o estreitamento entre contribuições e benefícios, a equalização de contribuições e a simplificação e ampliação da cobertura do sistema”.

A promulgação da Emenda Constitucional nº 20 constituiu-se no eixo da reforma da Previdência. Paralelamente, um conjunto de medidas provisórias que tratam do tema foi convertido em leis e, posteriormente, em 1999, foi enviada ao Congresso Nacional uma série de projetos de leis ordinárias e complementares a fim de regulamentar as alterações

constitucionais, alterando os planos de custeio, benefícios e organização do regime geral da previdência social (RGPS).

Com as medidas implementadas, permitiu-se a reversão da tendência explosiva do déficit do RGPS. Com relação à despesa, as modificações realizadas buscaram fortalecer o caráter contributivo e atuarial do sistema, estreitando-se a relação entre o que os segurados contribuem e o quanto deverão receber em benefícios.

Do lado da receita, em razão das medidas de reforma da previdência implementadas desde 1999, verificou-se um aumento da arrecadação previdenciária superior ao crescimento da massa salarial.

Os problemas atuais de financiamento da previdência são explicados, principalmente, pela baixa cobertura do sistema, o que nos remete às modificações que têm ocorrido no mercado de trabalho na última década – deterioração do trabalho formal.

O principal desafio atual da política previdenciária é resolver um problema de enormes proporções, provocado pela combinação entre a baixa cobertura do sistema, trabalhadores que ganham mais que um salário mínimo e não possuem carteira assinada e o acelerado processo de envelhecimento populacional.

Segundo discursou o Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, no seminário proposto pela ABRAPP em fevereiro de 2003 em São Paulo:

Os tratamentos favorecidos dados às entidades filantrópicas, às microempresas e aos trabalhadores das atividades esportivas, além de uma política de distribuição de renda por meio de aumentos reais concedidos ao salário mínimo, são as causas estruturais do déficit do regime geral da previdência social. (ABRAPP, nº 281, p.23-24)

Primeiramente, é fundamental conscientizar a população acerca da importância da filiação à previdência e criar atrativos para que isso aconteça.

A cartilha elaborada por auditores fiscais da previdência social de Minas Gerais intitulada “A verdade sobre a previdência social”, Ricaldone et all. (2003, p.11-12), enumera algumas reformas já implementadas e outras ainda em tramitação propostas pelo governo:

- a) redução do limite de 20 salários mínimos para 10 salários de referência, com conseqüente achatamento dos benefícios;
- b) extinção do auxílio funeral e auxílio natalidade,
- c) mudança na contagem de tempo para efeito de aposentadoria;
- d) aumento do período de carência para aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
- e) o salário família que era devido ao segurado empregado e ao trabalhador avulso, sem limite salarial, foi totalmente alterado. Agora, só favorece aquele que tem uma remuneração inferior ou igual a 3/10 do limite máximo;
- f) exigência de idade mínima para aposentadorias proporcional (53 anos para homens e 48 para mulheres);
- g) extinção da aposentadoria proporcional para quem se ingressou no mercado de trabalho a partir de 16/12/98;
- h) maior dificuldade para recuperar a qualidade de segurado;
- i) instituição do fator previdenciário para diminuir o valor das aposentadorias por tempo de contribuição e idade;
- j) instituição de pedágio na aposentadoria proporcional, implicando aumento de tempo de serviço e contribuição;
- l) retroação de julho de 1994 do período a ser computado para cálculo de benefício, prejudicando seu valor;
- m) aplicação de índices diferentes para corrigir o benefício em seu valor máximo e mínimo;
- n) profundas alterações na concessão de aposentadorias especiais.

Caso as mudanças sejam aprovadas, o servidor público irá se aposentar sete anos mais tarde – aos 60 anos – e as mulheres aos 55 anos, como exige a Constituição de 1988, no artigo 40.

“O buraco nas contas da Previdência estimado para 2030 é de um déficit de 6,9% do Produto Interno Bruto (PIB), o que equivale hoje a mais de R\$ 58,6 bilhões”. (LUQUET 2001, p.71).

Concluindo, a viabilidade do sistema previdenciário depende da conjugação de políticas a curto prazo, que promovam a inclusão social ao aumentar a cobertura do sistema, com políticas a longo prazo, de ajustes no desenho do seu plano de benefícios e de custeio, de modo a ajustá-lo às mudanças do mercado de trabalho e populacional.

2.2 ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA PRIVADA

2.2.1 Evolução Histórica dos Fundos de Pensão até os Dias Atuais

No Brasil, o surgimento dos Fundos de Pensão ocorreu na época do Império, quando empresas estatais amparavam seus funcionários, estendendo-se, posteriormente, a outros grupos. Segundo Coelho (1996, p.216) as primeiras manifestações legais foram:

- a) a Lei nº 3.397, de 24.11.1888, relativa à despesa geral do Império para o exercício subsequente, na qual foi prevista a criação de uma caixa de socorros para os ferroviários das empresas estatais;
- b) o Dec. Nº 9.212-A, de 26.03.1889, que instituiu o montepio obrigatório dos empregados dos correios;
- c) o Dec. Nº 10.269, de 20.07.1889, que instituiu as pensões para os trabalhadores das oficinas da Imprensa Régia.

É possível observar que as bases de sustentação das entidades de previdência privadas têm como origem o setor público, pois essas visavam, de alguma forma, à proteção do futuro e inspiravam-se no princípio da solidariedade, no qual o empregador contribuía com o custeio dos benefícios dos empregados ou servidores públicos.

Após o período das caixas de socorro para os ferroviários das linhas do Estado, foi instituída a Lei nº 3.397, de 1888, que previa a constituição de dois fundos que se destinavam a socorrer os funcionários durante a invalidez e estabelecer pensão para o pessoal inutilizado para o serviço, e bem como para as famílias dos empregados quando o seu falecimento (art. 31, § 6º: inciso II). Houve, então, a partir da década de 30, o desenvolvimento acelerado de vários institutos de pensões e aposentadorias, constituídos de acordo com a área profissional do seu beneficiário e desprovidos de uma desejável harmonização das normas regulamentares. Isso evidencia que os fundos de pensão, já naquela época, mostravam o seu papel social à população.

Segundo Martinez (1996, p.26), o primeiro Fundo de Pensão com características de fundo fechado, aos moldes atuais, surge em 16 de abril de 1904, denominado “Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil S/A” (PREVI) que, em 1996, tornou-se o maior fundo de pensão brasileira com patrimônio de 14 bilhões de reais.

Essa características de fundo de pensão fechado refere-se a empresas que formam reservas técnicas mediante a um processo interrupto de capitalização e de contribuições mensais dos participantes e das empresas, visando ao pagamento de benefícios aos seus contribuintes. Como o próprio nome já define, os Fundos de Pensão destinam-se a um público alvo limitado, ou seja, só aos trabalhadores das empresas participantes, que utilizam esta forma de complementar os proventos oferecidos pela previdência social.

Vários Fundos de Pensão se formam buscando dar melhores condições de vida aos seus funcionários a fim de garantir seu futuro. Em 1967, surge o Fundo de Beneficência aos Funcionários do Banco de Estado do Paraná S.A. (FUNBEP) e, em 1970, é criada a Fundação Petrobrás de Seguridade Social (PETROS). Na década de 70, foram criadas a maioria dos Fundos de Pensão das empresas estatais e suas subsidiárias, destacando-se a Vale do Rio Doce, Eletrobrás e a Telebrás. (MARTINEZ, 1996, p.27).

Até a década de 70, não existia lei ou órgão regulamentador sobre previdência privada, a qual já vinha sendo praticada com o objetivo de combater a defasagem dos benefícios da previdência oficial em relação ao custo de vida.

Relata Leite (1986, p.153) que, nessa época, acentuou-se o crescimento da previdência privada obrigando o Governo a regulamentar o Sistema Nacional de Previdência Privada, incluindo-o como uma das metas do Executivo na área social. Foi designada uma comissão interministerial, que, juntamente com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, elaborou um projeto que culminou na Lei nº 6.435/77.

A partir do final da década de 70, a previdência complementar deu um salto significativo com a edição da Lei nº 6435, de 15 de julho de 1977, que dispõe sobre entidades de previdência privada e dá outras providências. Certamente, através dessa lei, regulamentada pelo Decreto nº 81.240, de 20 de janeiro de 1978, consubstanciou-se um segmento do bem-estar social.

Com o crescimento do sistema de previdência complementar, as diretrizes conferidas pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, não se adequavam mais às necessidades do segmento. Com o intuito de modernizar o sistema complementar, ao fazer persuadir uma lei mais abrangente que a anterior que atuasse sobre o regime de forma global, e não apenas sobre as entidades, e aprimorando os preceitos legais norteadores, foi editada a Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001. Essa lei regula a relação dos entes públicos com suas entidades fechadas de previdência e o regime de previdência complementar em geral. No mesmo ano, registra-se a tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei Complementar nº 09, de 1999, que dispõe das normas gerais para a instituição do regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

2.2.2 Aspectos Gerais dos Fundos de Pensão

As instituições de previdência privada, conforme a Lei Complementar 109/2001 no seu artigo 2.º, roga que “O regime de previdência complementar é operado por entidades de previdência complementar que têm por objetivo principal instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário”. Essa Lei Complementar estabelece a forma de operacionalização do regime de previdência complementar, que tem como finalidade instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário.

O objetivo da previdência complementar, conforme explana Martinez (1996 p.50):

Pode ser lucro para a seguradora, melhorar as relações laborais segundo a ótica da patrocinadora, e para a economia do país, estimular a poupança individual e aplicar os capitais em investimentos. Subjetivamente, para o segurado, garantir-lhe renda adicional à oficial, fazendo o resultado aproximar-se o mais possível da última retribuição.

Essas entidades podem ser classificadas de acordo com a relação entre a entidade e os participantes dos planos de benefícios. Deste modo podem ser classificadas como: entidades de previdência aberta e entidades de previdência fechada. Para fins deste estudo, o enfoque será dado nas entidades de previdência fechada.

As entidades de previdência privada fechada, também conhecidas como Fundos de Pensão, são reguladas pela legislação geral, pela legislação de previdência e assistência social e, e em especial, pelas disposições da Lei Complementar 109/2001.

Os Fundos de Pensão deverão organizar-se sob a forma de fundação e sociedade civil, sem fins lucrativos, e ter como objeto a administração e execução de planos de benefícios previdenciários (art. 31 e art.32), caracterizando-se, dessa forma, como uma alternativa lucrativa de complementação da aposentadoria oferecida pela previdência oficial.

As entidades de previdência privadas, por terem fins lucrativos, são proibidas de distribuir os ganhos com as suas aplicações para os gestores ou patrocinadores e destinam-se a um público alvo específico. O ingresso nessas entidades privadas é permitido somente a empregados das empresas patrocinadas, que são organizadas por uma empresa ou grupos de empresas e dirigidas aos empregados que desejam nelas inscrever-se em caráter facultativo.

A autorização para o funcionamento, a normatização, coordenação, supervisão, fiscalização e o controle das atividades das entidades de previdência complementar serão realizados por órgão regulador e fiscalizador, conforme disposto em lei, observado-se o no art. 84, inciso VI da Constituição Federal. (art.5º). Já o art. 33, inciso I, que compete às entidades fechadas, esclarece:

Art. 33. Dependerão de prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador:

I - a constituição e o funcionamento da entidade fechada, bem como a aplicação dos respectivos estatutos, dos regulamentos dos planos de benefícios e suas alterações;

O artigo 37 da Lei nº 6.435/77 atribuía a competência para a autorização de funcionamento das entidades fechadas ao Ministro da Previdência e Assistência Social, bem como o art. 35, inciso I, alínea “b”, estabelecia a competência ao órgão normativo, Secretaria de Previdência Complementar (SPC) do MPAS, a fim de regular a constituição, promovendo a organização, o funcionamento e a fiscalização das entidades fechadas.

Essa Lei Complementar inovou ao deslocar a competência de autorização para funcionamento ao órgão regulador e fiscalizador, que é o Ministro da previdência e assistência social. No art. 64 da supracitada lei, o órgão fiscalizador competente, o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários ou a Secretaria da Receita Federal, constatando a existência de práticas irregulares ou indícios de crimes em entidades de previdência complementar, noticiará ao Ministério Público, enviando-lhe os documentos comprobatórios.

Qualquer alteração nos regulamentos dos planos de benefício dependerá de autorização prévia pelo órgão regulador e fiscalizador, observando o direito acumulado de cada participante (art.17). Esse artigo estabelece norma aplicável às alterações nos regulamentos dos planos de benefícios, prevendo que essas produzirão efeitos para todos, todavia, com a devida observância do direito acumulado de cada participante, distinguindo tratamento a ser dado ao direito adquirido e à expectativa de direito.

Para que aconteça o cumprimento de todas as obrigações assumidas com o participante, a entidade fechada de previdência tem que constituir reservas técnicas, fundos especiais e provisões de acordo com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme roga o art. 09º.

As reservas técnicas são a parte destinada à cobertura da soma das reservas de benefícios concedidos e benefícios a conceder, diminuída do eventual déficit técnico.

No artigo 10º, são delimitadas as condições dos planos de benefício, possibilitando ao participante esclarecimento sobre o funcionamento do fundo de pensão ao qual pretenda filiar-se. Quanto ao regulamento do plano de benefícios, a lei estabelece que:

Art. 10. Deverão constar dos regulamentos dos planos de benefícios, das propostas de inscrição e dos certificados de participantes condições mínimas a serem fixadas pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 1º A todo pretendente será disponibilizado e a todo participante entregue, quando de sua inscrição no plano de benefícios:

I - certificado onde estarão indicados os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de participante, bem como os requisitos de elegibilidade e forma de cálculo dos benefícios;

II - cópia do regulamento atualizado do plano de benefícios e material explicativo que descreva, em linguagem simples e precisa, as características do plano;

III - cópia do contrato, no caso de plano coletivo de que trata o inciso II do art. 26 desta Lei Complementar; e

IV - outros documentos que vierem a ser especificados pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 2º Na divulgação dos planos de benefícios, não poderão ser incluídas informações diferentes das que figurem nos documentos referidos neste artigo.

Com o intuito de modernizar o sistema, aprimorando os preceitos legais norteadores, a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que regula as entidades de previdência complementar, faz o elo entre o bem estar social, com a relação dos entes públicos com suas entidades fechadas de previdência, e o regime de previdência complementar em geral.

No mesmo ano, registra-se a tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei Complementar nº 09 de 1999, que dispõe das normas gerais para a instituição do regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Para o perfeito funcionamento desse sistema, os planos oferecidos pelos Fundos de Pensão devem apresentar um nível de capitalização compatível com o financiamento dos benefícios estipulados.

Assim, os planos de benefícios ofertados e seu respectivo custeio são estruturados por atuário credenciado ao MPAS. O benefício oferecido pelos Fundos de Pensão funciona pelo regime de capitalização e é calculado conforme descreve Luquet (2001, p.38): “fator multiplicador vezes a média salarial do trabalhador vezes o número de anos que ele contribuiu para o plano. O fator multiplicador é o quanto do seu salário o plano irá repor na sua aposentadoria. Quanto maior o fator, mais generoso é o plano”.

Através de um processo contínuo de capitalização e de mensalidades dos participantes e das patrocinadoras, formam-se os patrimônios das reservas, especificamente chamados de Fundos de Pensão. Com o montante do patrimônio e dentro dos limites estabelecidos pelo Banco Central, são realizadas as aplicações em imóveis, renda fixa e ações na forma de participações acionárias permanentes e relevantes em empresas para que haja uma alavanca de ativos líquidos com a finalidade de garantir a seus participantes o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial.

Com a resolução n.º 2.829/01 do Banco Central, foi possível disciplinar a aplicação dos fundos de pensão, num esforço conjunto do grupo de trabalho de mercado de capitais, envolvendo o Banco Central, a SPC, a CVM, a SUSEP, o Ministério da Fazenda e do Planejamento. O princípio que norteou a elaboração desse regulamento foi proporcionar segurança e proteção aos recursos dos participantes e beneficiários dessas entidades. Isso foi conseguido com a adoção de melhores práticas observadas no mercado brasileiro e internacional.

As contribuições para o Fundo devem vir tanto da empresa como dos empregados, existindo casos em que só a da empresa deve corresponder, no mínimo, a 30% das contribuições totais. A despesa da empresa referente à contribuição para o fundo, para ser dedutível no cálculo do imposto de renda, não deve ultrapassar a 20% da folha de salários. As contribuições dos empregados são dedutíveis da renda bruta, no cálculo do imposto de renda,

até o limite de 12% do rendimento anual tributável. A Medida Provisória nº 2.222 de 04 de setembro de 2001, estabeleceu um limite máximo para o valor do imposto a ser pago igual a 12% das contribuições das patrocinadoras referente ao Imposto de Renda. As entidades com insuficiência de capitalização devem passar por um processo de adequação atuarial de seus planos ao patrimônio.

Vale ressaltar que o responsável pela estratégia dos investimentos realizados pelo fundo não é a empresa patrocinadora, cabendo essa responsabilidade a um gestor, que é um profissional ligado a essa área, ou a uma equipe de técnicos contratados pela empresa para administrar o patrimônio do fundo, a fim de que ele renda frutos que compensem as necessidades futuras dos seus participantes. Ele é o responsável pela estratégia dos investimentos realizados pelo Fundo.

Os gestores, ou os técnicos são obrigados a prestar contas aos participantes periodicamente. No artigo 22 é estabelecida às entidades fechadas a obrigação de, no final de cada exercício coincidente com o ano civil, levantar as demonstrações contábeis e as avaliações atuariais de cada plano de benefícios por pessoa jurídica ou profissional legalmente habilitado. Os resultados desse levantamento devem ser encaminhados ao órgão regulador e fiscalizador e divulgados aos participantes e aos assistidos. Quando o empregado perde o vínculo empregatício com a empresa antes de ser elegível a receber um benefício de aposentadoria, é garantido-lhe o direito de resgatar o total ou parte das contribuições por ele feitas. Recentemente, passou a haver a possibilidade de receber também parte ou toda a contribuição feita pela empresa.

No Brasil, existem Fundos de Pensão que podem ser constituídos por sociedades de economia mista ou empresas públicas como a PREVI, do Banco do Brasil, ou por empresas privadas como PREVI-GM da General Motors.

2.2.3 Escândalos Envolvendo Fundos de Pensão

Reconhecido internacionalmente como uma das formas mais eficientes de se guardar dinheiro para aposentadoria, os Fundos de Pensão despertam interesse em pessoas que visam, através do Fundo, à garantia de uma aposentadoria digna para a sua sobrevivência. E, por se tratar de um meio de investimento que envolve quantias substanciais de ativos, geram interesse também em pessoas que desfrutam do dinheiro alheio para investimentos fora do propósito do Fundo e em benefício próprio.

Em Julho de 1983, uns dos maiores pecúlios e montepios do país foi interditado por suspeitas de desvio de dinheiro dos participantes. Fundada em 1960 por devotos do kardecismo e especializada em pecúlios e aposentadorias de militares, a Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios e Beneficentes (CAPEMI) atraiu uma legião de 1,1 milhão de pessoas para seus planos de previdência privada e tornou-se a maior empresa no ramo em números de segurados.

O problema da CAPEMI começou com o escândalo da madeira de Tucuruí, em 1983, quando uma das empresas-irmãs do grupo ao qual se ligava a caixa de pecúlios, a CAPEMI Agropecuária, decidiu aceitar a empreitada de desmatar 65 mil hectares de floresta tropical no Pará, limpando o terreno para o que viria a ser o lago formado pela hidrelétrica de Tucuruí. Entretanto, três anos depois, o sonho da CAPEMI Agropecuária tornou-se o maior problema da empresa. A empresa faliu, ferindo a autonomia do pecúlio, permanecendo intacta a maior parte da mata, o que resultou em um rombo de mais de 100 bilhões de cruzeiros (VEJA, 05/10/1983, p.43). Convertendo este valor monetário para os dias de hoje, obtém-se o valor de R\$ 0,04 (quatro centavos de real).

Isto se explica, por causa da economia hiperinflacionária, conforme relata Kassai (1999, p. 138) :

a partir 1981 passamos a ter um índice de inflação anual superior a 100%. Por esse motivo à contabilidade brasileira foi obrigada a se adequar a essa

realidade e desenvolveu um modelo de reconhecimento da inflação considerada como um dos mais avançados do mundo. E a nossa moeda corrente mudou de nome e significância ao longo do tempo.

Para saber até que ponto os prejuízos da CAPEMI Agropecuária colocaram todo o sistema do grupo CAPEMI em risco, o governo nomeou um auditor e a empresa ficou suspensa por seis meses. Durante esse período, o técnico de seguros Carlos Alberto Soares dos Santos, nomeado pelo diretor da Superintendência de Seguros Privados, Francisco de Assis Figueira, fez uma ampla devassa nos negócios e investigou as perdas da CAPEMI no desmatamento de Tucuruí.

No dia 06 de julho de 1983, o então Ministro Ernane Galvêas anunciou que o governo decretava a intervenção por mais 180 dias na CAPEMI. Negociada no Palácio do Planalto, a decisão foi acompanhada de garantias de que os direitos dos associados seriam inteiramente preservados. No dia seguinte à intervenção, o diretor da Superintendência de Seguros Privados, Francisco de Assis Figueira, responsável pela fiscalização do setor, admitiu um desvio de 5 bilhões de cruzeiros, (convertendo este valor monetário para os dias de hoje, obtém-se o valor de R\$ 0,0018) originários das contribuições de associados e destinados a pagar benefícios no futuro para os seus associados para investimentos de diversificação do grupo (VEJA 13/07/1983, p.101).

A desorganização da empresa, o método utilizado para gerar reservas em investimentos pesados, a falta de condições dos seus diretores em administrá-la e os escândalos de fraude e corrupção, geraram descrédito perante à sociedade, fazendo com que muitos desistissem de pagar e de acreditar que iriam receber o fundo destinado a sua sobrevivência no futuro. Até hoje muitos desconfiam dessa maneira de complementação da previdência oficial devido aos escândalos ocorridos no setor.

Até mesmo no exterior, onde os Fundos de Pensão tem mais tradição do que no mercado brasileiro, há casos de fraudes cometidas contra o patrimônio de trabalhadores aplicado em Fundos de Pensão.

No início da década de 1990, o empresário Robert Maxwell, controlador do Mirror Group of Newspapers, um dos maiores grupos de comunicação da Inglaterra, aplicou um golpe em seus funcionários ao apropriar-se do patrimônio que formava o fundo de pensão na tentativa de salvar o seu próprio império, que se encontrava em colapso. Esse caso teve repercussão internacional por ser matéria dos principais jornais de economia do mundo. Apesar do empresário Robert Maxwell ser o agente patrocinador do fundo, esse era controlado e presidido por um conselho de agentes fiduciários e totalmente separado da empresa. Este fiduciário tinha a função legal de salvaguardar os recursos que serviriam para pagar os benefícios dos empregados, o que, na verdade, não ocorreu.

As investigações de um jornalista inglês resultaram em denúncias de que uma parte do dinheiro do fundo passou a ser utilizada em aplicações nas empresas que o Sr. Maxwell tinha interesse próprio. Vários problemas se sucederam, como atrasos nas publicações de seu balanço e na prestação de contas. Conforme relata Luquet (2001, p.63), “O balanço mostrou que, dos 20 maiores investimentos realizados pelo fundo de pensão, que correspondiam a um total de 160 milhões de libras esterlinas, um não estava em nenhuma das 100 maiores empresas inglesas e tinha relação com o grupo Maxwell Communications”.

O grupo de Maxwell entrou em decadência quando, para cumprir os débitos e continuar aparentando uma saúde financeira estável em suas demonstrações, começou a buscar empréstimos em bancos oferecendo como garantia os ativos dos Fundos de Pensão de seus funcionários, acumulando, assim, muitas dívidas.

Na época, foi calculado que 458 milhões de libras esterlinas foram desviadas dos fundos, causando problema para cerca de 16 mil trabalhadores que perderam a esperança de garantir uma subsistência justa quando não estiverem mais na força de trabalho.

Não mais suportando essa situação, em 5 de novembro de 1991, Robert Maxwell suicida-se.

2.2.4 Impactos do Novo Código Civil nos Fundos de Pensão

Um dos fatos marcantes no ano de 2002 no âmbito nacional foi a aprovação, em 10 de janeiro de 2002, da Lei nº 10.406. Essa lei refere-se ao Novo Código Civil, que é formado por 2.046 artigos que tratam de vários aspectos da vida civil dos brasileiros.

Após tramitar no Congresso Nacional durante 27 anos, essa lei foi aprovada para entrar em vigência um ano depois, substituindo o antigo Código Civil (Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916). Assim, a partir de 10 de janeiro de 2003, todos os atos da vida civil no Brasil passaram a ficar sujeitos aos dispositivos da nova lei.

O novo texto introduz inovações importantes no regime de bens e casamento, na maioridade civil e em várias outras questões que afetam diretamente o dia-a-dia dos brasileiros, adequando-os às amplas mudanças que a sociedade passou nesses 87 anos.

Embora os Fundos de Pensão sejam regulamentados por leis específicas, a previdência complementar também está sujeita às novas regras do Código Civil. Um dos principais reflexos nos Fundos de Pensão é a questão da maioridade, que foi reduzida de 21 para 18 anos.

A dúvida levantada é saber como deverá ser a ação das patrocinadoras na questão dos pagamentos das pensões. A maioria das patrocinadoras consta nos seus contratos que as pensões devem ser pagas até os 21 anos, sem especificar que essa idade se refere à maioridade. A controvérsia é se as patrocinadoras continuam pagando as pensões até os 21

anos como era previsto no antigo Código Civil, ou passam, agora, a pagar conforme estabelecido no novo código, a idade de 18 anos.

Conforme orientou Lotufo em entrevista, apud Revista Fundos de Pensão (2003, p.6)” sobre os impactos do novo Código Civil nos Fundos de Pensão:

Se o contrato estiver especificado que o pagamento da pensão deve ser feito até a maioridade, o problema cessa. Deve prevalecer o que está em contrato. Se estiver estabelecido a idade de 21 anos e o fundo deixar de pagar, certamente terá problemas, porque o beneficiário deverá recorrer.

Se o regulamento de um plano de benefícios estabelece que o dependente tem direito à pensão até atingir à maioridade, o benefício passará a ser pago até os 18 anos e não mais até os 21. Se, no entanto, o regulamento estabelece que o direito do dependente vai até os 21 anos, o mesmo não poderá recorrer dessa medida. Assim, os pensionistas com mais de 18 anos, por serem maiores de idade, terão que receber diretamente suas pensões, a menos que outorguem procuração para a mãe continuar recebendo em seu nome.

Em relação aos contratos especificados à questão da maioridade, Nogueira, em artigo publicado no Jus Navigandi de maio de 2003, afirma:

No art. 9º, do Código Civil de 1916, cujo texto diz que a menoridade cessa aos 21 anos completos, quando a pessoa então está habilitada para todos os atos da vida civil, ou seja se considera plenamente capaz. No novo Código Civil nele a maioridade foi diminuída para 18 anos, fato que, ao primeiro olhar, autorizaria dizer que os dispositivos do regulamento, acima aludidos, estariam irremediavelmente modificados, vale dizer revogados (derrogados).

Nesse aspecto, as patrocinadoras devem ater-se ao que está escrito na lei, pagando as pensões até os 18 anos.

Expõe Nogueira (2003) que essa nova lei preocupa os juristas, conforme explana no seu artigo:

Vejamos a seguinte situação: determinado jovem de 17 anos, recém ingresso na faculdade, perdeu o pai, servidor público federal. O beneficiário habilita-se e passa a receber a pensão provisória normalmente. Com o advento do Novo Código Civil, ao completar 18 anos perderá automaticamente o benefício. Ora, no país do desemprego e do analfabetismo, não seria justo, nem jurídico, a Administração interromper o pagamento do benefício apenas por que o dependente atingiu certa idade e presumivelmente adquiriu capacidade plena de reger seus atos ou prover sua subsistência. Para nós, a capacidade plena não constitui o único pressuposto de fato para a concessão da pensão, mas sim, tese que pugnamos, a comprovação de que o dependente necessita do benefício e não possui outro meio de prover sua subsistência. Claro que este benefício não pode ser fruído perpetuamente.

A questão ainda está em constantes divergências a respeito de que forma as patrocinadoras irão agir depois da implantação do novo Código Civil. Ao entendimento, essa questão será discutida pelos tribunais pátrios para chegar-se a uma decisão.

Esse ponto, levantado por Nogueira, é de extrema importância, pois os Fundos de Pensão têm como característica instituir o bem social aos seus participantes.

Outro ponto ainda não esclarecido gerando muitas dúvidas é o fato do Novo Código Civil extinguir a figura da sociedade civil e restringir a atividade da fundação.

A polêmica foi levantada a partir do art. 31º, § 1º da Lei Complementar 109/2001, que dispõe que as entidades de previdência privada serão organizadas em sociedades civis ou fundações quando desprovidas de fins lucrativos. A dúvida paira em como as entidades privadas fechadas de previdência se encaixarão daqui pra frente.

Explica Lotufo (2003, p.7):

Os modelos de sociedades ou associações adotados pelo novo Código Civil são modelos muito estreitos [...]. As pessoas jurídicas de direito privado se limitaram às associações, às sociedades e às fundações. Às sociedades foi dado caráter exclusivamente econômico, no sentido empresarial, de remuneração com intuito de lucro, onde existem também, entre os sócios, direitos e obrigações recíprocas.

A saída para os Fundos de Pensão, segundo Lotufo (2003, p.7-8), é que: “essas entidades terão de se encaixar no que está previsto no Código [...]. Estou mais propenso ao entendimento de que se a Constituição permite a liberdade de associação, a solução estaria

fora do âmbito desta regulação estreita do Código Civil para ficar naquelas existentes nas leis especiais”.

Assim, essa questão fica a encargo do governo para que a medida mais correta seja positiva para ambos os lados.

3 IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

3.1 A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

No Brasil, o poder de tributar é conferido à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios. A imunidade tem caráter permanente, só podendo ser alterada através de mudança no próprio texto constitucional, consistindo em uma garantia ao contribuinte.

Carraza (1994, p. 241-242) mostra sua visão nesse sentido:

O Estado, ao exercer a tributação, deve observar os limites que a ordem constitucional lhe impôs, inclusive no que atina com os direitos subjetivos públicos das pessoas [...]. Em outros termos, a União, os Estados-membros, os Municípios e o Distrito Federal, ao fazerem uso de suas competências tributárias, são obrigados a respeitar os direitos individuais e suas garantias.

A imunidade tributária é uma limitação da competência tributária estabelecida na Constituição, sendo indivisível ao não admitir ressalvas na Carta Magna nem por parte do legislador, seja complementar ou ordinário, nem aplicador (juiz ou agente fiscal). O conceito de Imunidade conforme Carvalho (1991, p.117) é

a classe finita e imediatamente determinável de normas jurídicas, contidas no texto da Constituição Federal, e que estabelecem, de modo expresse, a incompetência das pessoas políticas de direito constitucional interno para expedir regras instituidoras de tributos que alcancem situações específicas e suficientemente caracterizadas.

Alguns termos, às vezes, podem causar confusões para o legislador, pois as restrições ao poder de tributar recebem nomes diversos devido as suas características próprias. Esses termos são imunidade, isenção e não incidência.

Para que o conceito de imunidade seja claramente compreendido, é de extrema importância que esses termos sejam bem diferenciados.

Coelho (1999, p. 348) explica que, “Teleologicamente, a imunidade liga-se a valores caros que se pretende sejam duradouros, enquanto a isenção veicula interesses mais comuns, por si só mutáveis”.

A imunidade limita o poder de tributar, sendo de competência tributária. Já a não incidência é a ausência de situação de fato tributável, identificado por exclusão. É a ausência do suporte fático da norma de tributação.

Assim, Silva (1996, p. 161) consigna uma forma simples de diferenciação entre imunidade e não incidência:

A imunidade, sendo uma vedação ao poder de tributar, será sempre uma não-incidência especial, constitucionalmente qualificada. Difere da não-incidência simples, pois nela, a lei poderia ter tributado e não o quis, enquanto na imunidade a lei não tributa porque a Constituição o proíbe.

No art.150, inciso VI da Constituição Federal, a imunidade tributária é classificada como subjetiva, a que versa pessoas pela sua própria natureza jurídica, como objetiva, a que se relaciona com determinados fatos, bens e situações e a mista, aquela que alcança pessoas por sua natureza jurídica, com concomitante relação de fatos, bens ou situações (art.153, § 4º da CF).

Além de ser classificada por formas, a imunidade é também classificada por classes. Segundo Barreto (1999, p.21), a classificação dá-se em incondicionais e condicionadas. As incondicionais são aquelas que não dependem de qualquer integração de norma infraconstitucional para concretizar-se, de forma a estabelecer requisitos ou condições para que seja eficaz. As imunidades condicionadas, por outro lado, são subordinadas a certas condições para eficácia plena.

3.2 A QUESTÃO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADAS

Por tratar-se de entidades sob forma de fundação ou entidades civis sem fins lucrativos e que têm por objetivo complementar a atividade auxiliar direta do próprio Estado-segurador, as entidades de previdência privada merecem regras estáveis, tratamento específico quanto aos aspectos de natureza tributária.

As discussões geradas centralizam-se a fim de saber qual a real essência das entidades de previdência privada.

A Constituição de 1967, em seu art.19, inciso III, alínea “c”, previa a imunidade das instituições de assistência social. Ensina Ferreira, P. (1992, p.38) que:

As instituições de assistência social compreendem também as entidades fechadas de previdência privada. Há dois modelos de assistência social. O modelo *lato sensu* abrange a previdência, a saúde e a assistência social propriamente dita. O modelo *stricto sensu* engloba tão somente a assistência social e não a previdência e a saúde. As instituições de assistência social mencionada no art.150, VI, c, são de assistências entendidas *lato sensu*, conforme já decidiu o TFR em seção plena por maioria (DJ, 31 de outubro de 1988). As instituições em apreço não devem ter fins lucrativos.

Nesta seção, o que cabe julgar é se as entidades de previdência privada destinatárias de contribuições de seus participantes e assistidos, poderiam ser ou não enquadradas na categoria de entidades assistenciais e, portanto, imunes aos impostos, conforme prevê a norma constitucional.

Conforme afirma Coelho (1998, p.363), dentre as instituições de assistência social, despontam, pela sua importância, os fundos de pensão ou instituições de assistência social.

As entidades fechadas de previdência privada concernem ao fato que as instituições de assistência social, para fazerem jus à imunidade, não podem ter finalidade lucrativa e, ao mesmo tempo, devem atender aos requisitos estabelecidos pela Lei.

Por definição legal, as entidades fechadas de previdência privada são instituições de assistência social, pois a Lei nº 6.435/77 expressamente declara no art. 39, § 3º que “As entidades fechadas são consideradas instituições de assistência social, para os efeitos da letra c do item II do artigo 19 da Constituição”.

As entidades de previdência privadas fechadas possuem um papel importante no contexto sócio-econômico brasileiro, pois prestam à sociedade benefícios estritamente necessários e auxiliam suprir a lacuna deixada pelo poder público, proporcionando aos seus participantes o bem-estar e segurança que a previdência oficial está cada vez mais longe de assegurar.

Segundo Jobim (1994, p.120), em parecer para a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP), as entidades fechadas são abrangidas pelo conceito de assistência social e gozam da imunidade prevista por várias razões:

- a) são entidades sem fins lucrativos e complementares do sistema oficial de previdência e assistência social;
- b) auxiliam o Estado na prestação de assistência social aos que necessitam;
- c) executam programas assistenciais, mesmo que exclusivamente para participantes das entidades, conforme faculdade do art.39, § 2 da Lei 6.435/77.

Busca-se, portanto, neste segmento da pesquisa, evidenciar que a finalidade dos Fundos de Pensão é assegurar aos seus contribuintes o pagamento do benefício de uma vez só ou mensalmente até o fim da vida, sem tirar proveito de benefícios e interesses particulares. É muito comum pensar que tais entidades fechadas detêm alta capacidade econômica por serem grandes investidoras no mercado financeiro, em nada se distinguindo, portanto, de uma seguradora qualquer.

Assim, verifica-se que as atividades previdenciárias complementares estariam necessariamente relacionadas aos direitos fundamentais, provendo a assistência social na sua acepção mais geral e que, por essa razão, devem ser protegidas dos atos do poder fiscal.

3.3 POSICIONAMENTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS À IMUNIDADE TRIBUTÁRIA NAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA.

O tratamento tributário destinado aos fundos de pensão é uma questão em constante discussão tanto em nível doutrinário, quanto jurisprudencial.

As questões levantadas sobre esse assunto referem-se à Lei nº 6.435/77 no seu art. 39, § 3º, a qual prevê que “As entidades fechadas são consideradas instituições de assistência social, para os feitos da letra c do item III do artigo 19 da Constituição” Esse artigo refere-se o da Constituição de 1967, a qual já previa a imunidade das instituições de assistência social.

A polêmica veio à tona, novamente, com a criação da Constituição de 1988, no art.150, VI, “c”, que disciplina a não exigência de impostos em relação a “patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive a suas fundações das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei” (MARTINEZ ,1996, p.264).

Essa última norma gerou uma das maiores polêmicas no segmento fechado de previdência privada, justificando um sem-número de ações na Justiça Federal e a emissão de pareceres de autoridades em Direito (Imunidade Tributária das Entidades Fechadas de Previdência Privada). Isto é se a Constituição Federal de 1988 abrigou o mencionado decreto-lei, qual a entidade assistenciária aludida, e se a expressão constitucional “assistência” indica previdência e, finalmente, se as EFPP têm assento nessa hipótese.

Grande parte dos doutrinadores famosos acredita que as entidades de previdência privada fechada merecem ser imunes ao tratamento tributário.

Declara Coelho (2003):

Os Primus: os fundos de pensão, embora movimentem somas altíssimas, não possuem capacidade contributiva, por definição legal não visam ao lucro (no profits). Seus ganhos são reinvestidos e, ao final, incorporados às reservas necessárias ao pagamento das aposentadorias e pensões (fim último dessas instituições). Secundus: Os fundos não possuem “dinheiro próprio”. Em verdade, seus administradores lidam com recursos alheios. São administradores de bens de terceiros, são como os trastes do direito norte-americano. Tertius: Por força de lei, são sujeitos ao Ministério da Previdência e Assistência Social e visam a

“complementa” o sistema oficial, daí possuem a mesma natureza jurídica e a mesma finalidade.

Os defensores da imunidade tributária para as entidades de previdência privada fechada alegam que, embora as patrocinadoras cobrem pelos seus serviços, o dinheiro aplicado por seus participantes são revertidos integralmente para suas finalidades, que é garantir aos seus participantes um complemento da aposentadoria oferecida pelo o INSS, desenvolvendo suas atividades paralelas e auxiliares aos objetivos do Estado. Assim, não tendo fins lucrativos as entidades de previdência privada fechada merecem a imunidade tributária.

As opiniões dos doutrinários sobre a questão da imunidade tributária nos fundos de pensão estruturam-se, especificamente, no entendimento da Constituição de 1988, art.150, VI, “c”, na Lei 6.435/77, art.39 e no Código Tributário Nacional – Lei nº 5.172 de 25.10.1966 – que rogam a imunidade tributária e explanam a idéia de assistência social.

No Código Tributário Nacional, em seu art.14, são estabelecidos os requisitos para que a entidade assistencial seja considerada imune ao sistema tributário:

Art. 14. O dispositivo na alínea c do inciso IV do artigo 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas”:

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

II – aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III – manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1º na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § do artigo 9º, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

§ 2º Os serviços a que se refere a alínea c do inciso IV do artigo 9º são exclusivamente os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata esta artigo, previsto nos respectivos estatutos ou atos constitutivos”.

A partir do pressuposto supracitado, é que os doutrinadores defensores da questão, também fundamentam as suas opiniões. Segundo Coelho (1996, p.235) em Revista Forense:

Ora cumpridos os requisitos do CTN, características especiais legitimam o enquadramento dessas instituições fechadas privadas dentro do conceito de assistência social ou de assistência previdenciária explicam, coerentemente, as razões pelas quais a Constituição permite aos Estados e Municípios cobrar contribuições de servidores públicos para finaciar-lhes a previdência e assistência social: a total ausência de finalidade lucrativa, a prevalência do espírito da solidariedade entre os participantes das entidades fechadas, que leva a empresa a contribuir com parcela considerável par ao financiamento dos benefícios concedidos, amplos ou de complementação àqueles da seguridade estatal, prestando atividades de relevante valor social, a ausência de capacidade contributiva real e legal, e finalmente, a confiança na lei que disciplina o regime especial dessas instituições.

Aqueles que se posicionam contra a imunidade da previdência privada fechada, fundamentam-se no art.194 da Constituição de 1988, que afirma que a estrutura da Seguridade Social está dividida em três partes que são: a saúde, a previdência e a assistência social. Essa, baseia-se no fato de que a previdência social está inserida no gênero de seguridade social, portanto, não é um segmento da assistência social.

Para que o exposto seja compreendido, Cretella Jr. (1993, p.4373) comenta:

Ao contrário da assistência social, prestada a quem dela necessite, independentemente de contribuição aos cofres da seguridade social, a previdência social somente presta serviços aos segurados, inscritos como contribuintes previdenciários. Apenas mediante contribuição, os planos da previdência social atenderão aos necessitados.

Os doutrinários que se posicionam contra a imunidade alegam que, para caracterizar-se como um segmento da assistência social e, conseqüentemente, exigir a imunidade tributária, as entidades de previdência privada fechada teriam que prestar atendimento geral e irrestrito, independentemente de contribuição por parte de seus beneficiários.

As controvérsias nessa questão aumentam com a edição da Lei Complementar nº109 de 29 de maio de 2001 que, em seu art.69, enuncia:

Art. 69. As contribuições vertidas para as entidades de previdência complementar, destinadas ao custeio dos planos de benefícios de natureza previdenciária, são dedutíveis para fins de incidência de imposto sobre a renda, nos limites e nas condições fixadas em lei.

§ 1º Sobre as contribuições de que trata o caput não incidem tributação e contribuições de qualquer natureza.

Através da Medida Provisória nº 2222, de 4 de setembro de 2001, o Governo Federal estabeleceu regras sobre tributação pelo imposto de renda dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme roga o artigo 1º da supracitada lei:

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2002, os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de entidades abertas de previdência complementar e de sociedades seguradoras que operam planos de benefícios de caráter previdenciário, ficam sujeitos à incidência do imposto de renda de acordo com as normas de tributação aplicáveis às pessoas físicas e às pessoas jurídicas não-financeiras.

Parágrafo único. O imposto correspondente à parcela do rendimento ou ganho apropriada ao participante ou assistido pelo plano não pode ser compensado com qualquer imposto ou contribuição devido pelas pessoas jurídicas referidas neste artigo ou pela pessoa física participante ou assistida.

Essa regra é válida apenas para as entidades abertas, igualando-se com as regra que regem as entidades de previdência privada fechados.

A partir de 1º de janeiro de 2002, os fundos de pensão ficaram sujeitos à tributação sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de seus fundos e recursos das provisões e reservas técnicas. Esses rendimentos e ganhos serão tributados pelo IR segundo as regras de tributação aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas – alíquota de 20%.

Conforme enfoca Reis no artigo do Valor Online de 2 de janeiro de 2003, “Depois de 20 anos de questionamentos na Justiça, no ano passado, os Fundos de Pensão foram obrigados a pagar Imposto de Renda, Cofins e Pis, após verem seu pleito de imunidade tributária ser derrotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF)”.

Com o fim da imunidade tributária nos Fundos de Pensão pelo Supremo Tribunal Federal, o governo, no art. 2 da Medida Provisória nº 2.222, criou um regime especial de tributação (RET).

Art. 2º A entidade aberta ou fechada de previdência complementar, a sociedade seguradora e o administrador do Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI poderão optar por regime especial de tributação, no qual o resultado positivo, auferido em cada trimestre-calendário, dos rendimentos e ganhos das provisões, reservas técnicas e fundos será tributado pelo imposto de renda à alíquota de vinte por cento.

§ 1º O imposto de que trata este artigo:

I - será limitado ao produto do valor da contribuição da pessoa jurídica pelo percentual resultante da diferença entre:

- a) a soma das alíquotas do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, inclusive adicionais; e
- b) oitenta por cento da alíquota máxima da tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física;

II - será apurado trimestralmente e pago até o último dia útil do mês subsequente ao da apuração;

III - não poderá ser compensado com qualquer imposto ou contribuição devido pelas pessoas jurídicas referidas neste artigo ou pela pessoa física participante ou assistida.

§ 2º A opção pelo regime de que trata este artigo substitui o regime de tributação do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos por entidade fechada de previdência complementar e pelo FAPI, previsto na legislação vigente, bem assim o de que trata o art. 1º, relativamente às entidades abertas de previdência complementar e às sociedades seguradoras.

Como alternativa, os fundos de pensão poderão optar pelo RET, no qual o resultado positivo apurado em cada trimestre, em decorrência da aplicação dos recursos garantidores das provisões, reservas técnicas e fundos, será tributado pelo IR à alíquota de 20%. O IR incidente sobre as contribuições das pessoas jurídicas patrocinadoras será limitado à alíquota de 12% , atentando às alterações de alíquota (IRPJ e IRPF).

Os aportes destinados à constituição de provisões ou reservas técnicas dos Fundos de Pensão não integram as bases de cálculo das contribuições aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/ PASEP) e da Contribuição para a Seguridade Social (COFINS). São dedutíveis da base de cálculo das mencionadas contribuições dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas ao pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgates, restringindo - se aos rendimentos de aplicações financeiras proporcionados pelos ativos garantidores das provisões técnicas.

Conforme a Portaria MPAS nº 4858/ 98, anexo c, item 3, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é devida pelos fundos de pensão, e a sua base de cálculo é o

resultado positivo (superávit) entre as adições e as exclusões – previstas na legislação da CSLL.

Sasserom, presidente da Associação Nacional de Participantes de Fundos de Pensão (ANAPAR), em artigo no Jornal Gazeta Mercantil de 26 de fevereiro de 2002, considera uma investida contra o bolso do trabalhador a implementação desse artigo, pois

O rendimento das aplicações é a principal fonte das reservas que garantirão a aposentadoria dos trabalhadores. Com a tributação, os trabalhadores terão que aumentar suas contribuições mensais ou então seus benefícios serão reduzidos quando se aposentarem. Esses benefícios pagarão, ainda, Imposto de Renda.

Atualmente, os fundos de pensão sofrem pesadas tributações e, desse modo, não supram a sua finalidade social, que é a garantia de uma complementação de aposentadoria justa aos seus participantes.

4 ASPECTOS CONTÁBEIS NOS FUNDOS DE PENSÃO

4.1 OS ASPECTOS CONTÁBEIS CONFORME LEI COMPLEMENTAR 109/2001 E PORTARIA MPAS nº 4858/98.

4.1.1 Histórico

A ciência contábil pode ser considerada como uma atividade antiga regulamentada no Brasil, sendo responsável por registrar os fatos ocorridos na entidade de modo a fornecer informações padronizadas para a avaliação do patrimônio.

Ensina Marion (1998, p.27) que:

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Para que as decisões sejam acertadas e tragam credibilidade aos seus usuários através das demonstrações contábeis apresentadas, julga-se necessário que sejam seguidas várias regras técnico-comportamentais, que servirão para orientar e disciplinar a atividade contábil.

Essas regras são conhecidas por Princípios Fundamentais da Contabilidade. A resolução nº 750/93 enumera princípios como: entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, atualização monetária, competência e prudência. As entidades de previdência fechada, desde a sua implementação, estão obrigadas a adotar as regras contábeis como todas as empresas, sejam elas com ou sem fins lucrativos.

Com a edição da Lei Complementar 109/2001, que dispõe sobre as entidades de previdência privada e dá outras providências, foram instituídas normas para que as entidades de previdência privada seguissem um processo padrão de contabilização de seu patrimônio.

O art. 23 atribuiu ao órgão regulador e fiscalizador, vigiar a execução das normas gerais de contabilidade.

Nos Fundos de Pensão, por se tratarem de entidades sem fins lucrativos e todos os recursos são aplicados no próprio fundo, a auditoria contábil torna-se um ponto crucial para a análise das práticas de gestão de recursos. As entidades de previdência privada também estão submetidas a auditores independentes, que terão que estar registrados no Banco Central do Brasil, divulgando, anualmente, entre os participantes, o parecer respectivo juntamente com o balanço geral e demonstração de resultado do exercício.

O artigo 22 roga que:

Art.22. Ao final de cada exercício, coincidente com o ano civil, as entidades fechadas deverão levantar as demonstrações contábeis e as avaliações atuariais de cada plano de benefícios, por pessoa jurídica ou profissional legalmente habilitado, devendo os resultados ser encaminhados ao órgão regulador e fiscalizador e divulgados aos participantes e aos assistidos.

Os artigos 47 e 48 da Lei 6.435/77 dispunham, respectivamente sobre a auditoria a que deveriam se submeter as entidades de previdência e os levantamentos contábeis que deveriam proceder. A nova lei retirou do ordenamento jurídico a necessidade de balancetes trimestrais para encaminhamento ao órgão executivo do MPAS (SPC), criando desta forma a obrigatoriedade de divulgação dos levantamentos contábeis e avaliações atuariais juntos aos participantes e assistidos – ao passo que a legislação anterior rezava apenas a divulgação da auditoria independente anual – e, por fim, instituiu levantamentos contábeis e avaliações atuariais por plano e não pela entidade, como previsto anteriormente.

A Secretaria de Previdência Complementar (SPC) tem introduzido normas cada vez mais rígidas para os Fundos de Pensão, exigindo a contratação de empresas de auditoria independentes para analisar não só os balanços da entidade, mas também os números referentes às práticas de gestão de recursos, principalmente, quanto aos limites de investimentos. Por meio dessas medidas, o resultado é a maior segurança, tranquilidade e

transparência dos demonstrativos tanto para os participantes como para os próprios dirigentes da fundação.

Ainda nessa mesma lei, o art.23 contempla sobre procedimentos contábeis:

Art. 23. As entidades fechadas deverão manter atualizada sua contabilidade, de acordo com as instruções do órgão regulador e fiscalizador, consolidando a posição dos planos de benefícios que administram e executam, bem como submetendo suas contas a auditores independentes.

Parágrafo único. Ao final de cada exercício serão elaboradas as demonstrações contábeis e atuariais consolidadas, sem prejuízo dos controles por plano de benefícios.

Esse artigo está relacionado com o art. 35, I, "e", da Lei 6.435/77, que estipulava a competência do MPAS para estabelecer as normas gerais de contabilidade, ao passo que o dispositivo sob comento estabelece a obrigação de atualização da contabilidade segundo normas ou instruções a serem fixadas pelo órgão regulador e fiscalizador. O parágrafo único segmenta o controle por plano da entidade, constituindo-se em uma grande mudança em relação às disposições anteriores, com profundo impacto operacional para as entidades.

A Portaria MPAS nº 4.858, de 26 de novembro de 1998, dispõe sobre as normas de contabilidade aplicadas às entidades fechadas de previdência privada. Essa portaria prevê a necessidade de atualização das normas gerais de contabilidade, que regulam os procedimentos contábeis, exigindo uma planificação contábil padrão e o controle da função e funcionamento das contas.

Essa portaria dispõe também de modelos e instruções propostos de preenchimento das demonstrações contábeis e do plano de custeio administrativo.

Segundo essa portaria, as demonstrações contábeis e os pareceres exigidos são:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração de Resultados;
- c) Demonstração do Fluxo Financeiro - todas com comparativo com o exercício anterior;

- d) Notas explicativas às Demonstrações Contábeis – com os resumos das práticas contábeis adotadas;
- e) Parecer do Atuário;
- f) Parecer dos Auditores Independentes;
- g) Ata (s) da (s) reunião (ões) ou respectivo (s) extrato (s) do (s) órgão (s) deliberativo (s) competente (s) que tenha (m) aprovado as Demonstrações Contábeis e
- h) Parecer do Conselho Fiscal.

Serão considerados como livros obrigatórios a uma EFPP, o livro diário, que deverá estar devidamente registrado em cartório, e o livro razão. Serão obrigatórias também as fichas individuais de controle dos bens pertencentes ao ativo permanente e daqueles integrantes dos investimentos imobiliários.

As demonstrações contábeis, juntamente com os pareceres de remessa obrigatória ao SPC, deverão ser encaminhadas em vias originais ou cópias autenticadas até o dia 10 de março do exercício subsequente a que se referirem. A comprovação da remessa dessa documentação, quando solicitada, deverá ser efetuada mediante apresentação do recibo de protocolo da SPC-MPAS, aviso de recebimento (AR) ou outro meio legal.

4.2 REFLEXOS CONTÁBEIS TÍPICOS DA ESTÁTICA PATRIMONIAL NOS FUNDOS DE PENSÃO

Para que se possa elaborar as demonstrações contábeis é preciso ter conhecimento de sua estrutura, assim como dos mecanismos de escrituração. As demonstrações contábeis são técnicas expositivas, sintéticas e equacionais dos componentes patrimoniais e suas variações.

Ensina Franco (1991, p.139) que "A demonstração estática do patrimônio em determinado instante é chamada de balanço patrimonial" .

O balanço patrimonial é a reunião de todas as contas representativas dos componentes de patrimônio, quantitativa e qualitativamente. Ele reflete a posição financeira em determinado momento de uma empresa e é constituído pelo ativo, que se compõe de bens e direitos aplicados na entidade, e pelo passivo e patrimônio líquido, que registram todas as entradas de recursos da empresa.

A estática patrimonial é o estudo do patrimônio considerado sem movimento, em um dado momento, na sua estrutura qualitativa e quantitativamente. As demonstrações de balanço orçamentário (compara despesa e receita), o balanço patrimonial (reflete a posição financeira e patrimonial) e o plano de contas são exemplos de reflexos contábeis típicos da estática patrimonial. (FRANCO, 1991, *passim*).

A Portaria MPAS nº 4.858 de 26 de novembro de 1998 instrui, em seu anexo A, que o plano de contas é formado por codificação alfanumérica. A parte numérica (código) é formada por oito dígitos, enquanto a parte alfabética (título) destina-se à descrição da conta. Essa codificação não poderá, em hipótese alguma, ser alterada pelas entidades sem a autorização expressa da Secretaria da Previdência Complementar, a qual compete, com exclusividade, a decisão e a determinação relativa a quaisquer modificações a serem introduzidas na planificação contábil padrão. É permitindo somente o detalhamento em função das respectivas necessidades operacionais.

A contabilização é mantida separadamente dos programas previdencial, assistencial, administrativo e de investimentos. as transferências interprogramas são permitidas, e devem ser obrigatoriamente registradas. a migração de recursos do programa previdencial para o programa assistencial observará o disposto na legislação vigente e deverá ser detalhada em notas explicativas às demonstrações contábeis.

A formulação do plano de contas deverá constar as contas que serão movimentadas pela contabilidade em decorrência das operações da entidade. Pode haver também contas que, embora não estejam sendo utilizadas no momento, poderão ser utilizadas no futuro.

A Portaria MPAS nº 4.858 de 26 de novembro de 1998 também dispõe, em seu anexo A, sobre os modelos para a estruturação de plano de contas contábeis, conforme a Portaria determina. Desse modo foi adotada a seguinte estrutura de formação de contas:

Quadro 2 – Segregação por programas do Plano de Contas

ESTRUTURA DE CONTAS		PROGRAMAS DE ORIGEM
1	- Ativo	
1.1	- Disponível	Investimento
1.2	- Realizável	
1.2.1	- Programa Previdencial	Previdencial
1.2.2	- Programa Assistencial	Assistencial
1.2.3	- Programa Administrativo	Administrativo
1.2.4	- Programa de Investimentos	Investimento
1.3	- Permanente	Administrativo
2	- Passivo	
2.1	- Operacional	
2.1.1	- Programa Previdencial	Previdencial
2.1.2	- Programa Assistencial	Assistencial
2.1.3	- Programa Administrativo	Administrativo
2.1.4	- Programa de Investimentos	Investimento
2.2	- Contingencial	
2.2.1	- Programa Previdencial	Previdencial
2.2.2	- Programa Assistencial	Assistencial
2.2.3	- Programa Administrativo	Administrativo
2.2.4	- Programa de Investimentos	Investimento
2.3	- Reservas Técnicas	Previdencial
2.4	- Fundos	
2.4.1	- Programa Previdencial	Previdencial
2.4.2	- Programa Assistencial	Assistencial
2.4.3	- Programa Administrativo	Administrativo
2.4.4	- Programa de Investimentos	Investimento
3	- Programa Previdencial	
3.1	- Receitas	Previdencial
3.2	- Despesas	Previdencial
3.3	- Transferências Interprogramas	Previdencial
3.4	- Constituições Líquidas	Previdencial

3.5	- Atualização/Ver. Dos Res. Exercícios Anteriores	Previdencial
3.6	- Destinação do Resultado do Exercício	Previdencial
3.7	- Operações Transitórias	Previdencial
4	- Programa Assistencial	
4.1	- Receitas	Assistencial
4.2	- Despesas	Assistencial
4.3	- Transferências Interprogramas	Assistencial
4.4	- Constituições Líquidas	Assistencial
4.7	- Operações Transitórias	Assistencial
5	- Programa Administrativo	
5.1	- Receitas	Administrativo
5.2	- Despesas	Administrativo
4.3	- Transferências Interprogramas	Administrativo
5.4	- Constituições Líquidas	Administrativo
5.7	- Operações Transitórias	Administrativo
6	- Programa de Investimentos	
6.1	- Receitas	
6.2	- Despesas	Investimento
6.3	- Transferências Interprogramas	Investimento
6.4	- Constituições Líquidas	Investimento
6.7	- Operações Transitórias	Investimento
7	- Encerramento do Exercício	

Fonte: Anexo A da A Portaria MPAS nº 4.858 de 26.11.98

No anexo são apresentadas, na íntegra, a planificação contábil e a forma de contabilização padrão exigidas pelo órgão regulador e fiscalizador, de acordo com a Portaria MPAS nº 4.858 de 26.11.98. Essa mesma portaria dispõe, em seu anexo C, sobre os modelos para a estruturação dos demonstrativos contábeis, conforme a Portaria determina, além da forma de contabilização aplicada às entidades fechadas de previdência privada.

Diferentemente das estruturas típicas da estrutura das sociedades anônimas que estudamos no decorrer do curso. Nota-se neste plano de contas ao invés de adotar a conta dentro de cada subgrupamento a estrutura ditada pela Portaria 4858/98 situa em cada um dos programas as respectivas contas. Por outro lado a Lei nº 6.404/76 privilegia a liquidez e uma denominação direta como, por exemplo, clientes, estoques, etc.

Na palestra sobre a “Contabilidade como Instrumento Gerencial” (maio/2001), proferida por José Antônio da Silva, foi apresentado o modelo proposto pela Comissão Técnica de Contabilidade e Controle da ABRAPP para a elaboração do Balanço Patrimonial.

Quadro 3 – Balanço Patrimonial segundo ABRAPP

ATIVO	PASSIVO
Disponível	Exigível Operacional
Realizável	Exigível Contingencial
Investimentos	Reservas técnicas
Renda Fixa	Reservas Matemáticas
Renda Variável	Benefícios Concedidos
Imobiliários	Benefícios a Conceder
Operações com Patrocinadores	(-) Reservas a amortizar
Operações com Participantes	Resultado Acumulado
	Fundos
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

Fonte: Palestra “ A contabilidade como instrumento de gestão (2001)”

Segundo a Portaria MPAS nº 4.858/98, a contabilidade das EFPP será segregada em 04 (quatro) programas, formando um conjunto de informações consistentes e transparentes, com o objeto na caracterização de atividades destinadas a realização de funções pré-determinada.

A identificação de cada item foi possível através dos anexos da Portaria MPAS nº 4.858/98. Portanto, os itens do Balanço Patrimonial podem ser assim explicados:

ATIVO

A – Disponível: Essa denominação é usada para designar dinheiro em caixa e/ ou em bancos, bem como valores equivalentes, como cheques em tesouraria e numerários em trânsito.

B – Realizável – Programa Previdencial: É o programa básico da entidade e de existência obrigatória, pois refere-se a complementação de aposentadorias e/ou outros benefícios assemelhados aos da previdência oficial.

C – Realizável – Programa Assistencial: Destinado a contabilização dos fatos relativos aos planos de benefícios assistenciais da entidade, como por exemplo: plano de benefícios assistenciais de saúde.

D – Realizável – Programa Administrativo: Funciona como prestador de serviços para os demais programas da entidade. Tem como atribuição a manutenção das atividades necessárias ao funcionamento de uma entidade previdência privada (EPP) e pela aquisição, controle, manutenção e baixa dos bens pertencentes ao ativo permanente.

E – Realizável – Programa de Investimentos: Destinado ao gerenciamento da aplicação dos recursos existentes na entidade.

F – Permanente: Registra bens, direitos, imobilizados e aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício.

PASSIVO

A – Operacional: Registra as obrigações decorrentes de: direitos a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da entidade, prestações de serviços por terceiros (pessoa física ou jurídica), obrigações fiscais, financiamentos de aplicações de recursos em renda fixa ou variável, investimentos imobiliários, operações com participantes, operações com patrocinadora (s), financiamentos para aquisição de direitos do ativo permanente, recebimentos de receitas antecipadas e etc.

B – Contingencial: Contingências são incertezas que, dependendo dos eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeiro da entidade. Quanto à probabilidade de sua ocorrência, podem ser classificadas como: prováveis, possíveis ou remotas.

C – Reservas Técnicas: Registra o valor atual do total das reservas matemáticas, de acordo com a nota técnica atuarial, incluindo benefícios concedidos e a conceder e reservas a amortizar, calculando com base nos planos de benefícios aprovados pela SPC. Registra também, os resultados acumulados obtidos pela entidade, demonstrados nas contas “Superávit Técnico ou Déficit Técnico”.

D – Fundos: Os fundos serão constituídos pelo programa previdencial que será calculado pelo atuário; o programa administrativo que na ocorrência de resultado positivo apurado, sendo

obrigatório somente no caso de existência de saldo do ativo permanente e o programa de investimento que possui características específicas, sendo que sua constituição ocorre em situações especiais, tais como: cobertura de garantia de empréstimos e financiamentos a participantes, nas situações de invalidez, morte, demissões, etc.

De acordo com Portaria MPAS, o balanço patrimonial deve seguir o seguinte modelo proposto:

Quadro 4 – Balanço Patrimonial

ATIVO	EXECICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR	PASSIVO	EXECICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
DISPONÍVEL			OPERACIONAL		
REALÍZAVEL			Programa Previdencial		
Programa Previdencial			Programa Assistencial		
Programa Assistencial			Programa Administrativo		
Programa Administrativo			Programa de Investimento		
Programa de Investimento			CONTINGENCIAL		
Renda Fixa			Programa Previdencial		
Renda Variável			Programa Assistencial		
Investimentos Imobiliários			Programa Administrativo		
Operações com Participantes			Programa de Investimento		
Operações de Empréstimos a Patrocinadora (s)			RESERVAS TÉCNICAS		
Outros Investimentos			RESERVAS MATEMÁTICAS		
PERMANENTE			Benefícios Concedidos		
Imobilizado			Benefícios a Conceder		
Diferido			Reservas a Amortizar (-)		
			RESULTADO ACUMULADO		
			SUPERÁVIT TÉCNICO		
			Reserva de Contingência		
			Reserva p/ajustes do Plano		
			Fundo de Oscil. Riscos Dec 606/92		
			DÉFICIT TÉCNICO (-)		
			FUNDOS		
			Programa Previdencial		
			Programa Assistencial		
			Programa Administrativo		
			Programa de Investimento		
TOTAL DO ATIVO			TOTAL DO PASSIVO		

Periodicidade Anual, âmbito de divulgação a SPC, Participantes e Patrocinadora (s), expresso em unidade monetária de real.

4.3 REFLEXOS CONTÁBEIS TÍPICOS DA DINÂMICA PATRIMONIAL NOS FUNDOS DE PENSÃO

Dinâmicas são as variações provenientes das operações com os sócios. A dinâmica patrimonial estuda essas variações com a finalidade demonstrar como os fatos que ocorrem em um determinado período podem provocar alterações na situação líquida das entidades. Essas variações podem ser provenientes das operações com os sócios, como o aumento ou retirada de capital, retenção ou distribuição de lucro, ou provenientes das operações da empresa, que provocam modificações no patrimônio derivando de uma série de transações como: receitas operacionais, despesas operacionais, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais.

As dinâmicas patrimoniais são representadas por um conjunto de demonstrações contábeis, cada qual com uma finalidade específica, objetivando demonstrar a evolução dos fenômenos patrimoniais.

O elenco de demonstrações que fazem parte dos reflexos contábil típico da dinâmica patrimonial é: Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Lucro ou Prejuízo Acumulado (DLPA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e Demonstração do Fluxo Financeiro (demonstra o fluxo do caixa).

Os procedimentos contábeis de apuração de resultado das entidades fechadas de previdência privada são diferentes dos procedimentos contábeis das atividades industriais, comerciais ou de prestação de serviço, que têm por finalidade principal visar o lucro.

Uma das principais características dos Fundos de Pensão é que, na verdade, eles não possuem um patrimônio, mas sim ativos ganhadores de um exigível de longo prazo.

A remuneração expressa na forma de receita, que poderá ser de contribuições previdenciárias e de investimentos, é a fonte de recursos de que a entidade dispõe para o custeio do seu plano de benefícios.

A Portaria MPAS nº 4.858 de 26 de novembro de 1998, em seu anexo C, evidencia como devem proceder as patrocinadoras na confecção das demonstrações típicas da dinâmica patrimonial.

A demonstração do Resultado do Exercício dos fundos de pensão serve para evidenciar o superávit, já que as mesmas não possuem fins lucrativos e destinam-se somente a capitalizar o patrimônio em prol dos pagamentos das aposentadorias aos seus participantes.

O quadro a seguir traz o modelo proposto pela Portaria MPAS nº 4.858/98:

Quadro 5 – Demonstração do Resultado do Exercício.

DISCRIMINAÇÃO		Exercício Anual	Exercício Anterior
	<u>PROGRAMA PREVIDENCIAL</u>		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(+/-)	RECURSOS ORIUNDOS/TRANSFERIDOS PARA PROG. ASSISTENCIAL		
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO		
(+)	RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+/-)	RESULTADO DOS INVESTIMENTOS PREVIDENCIAIS		
(=)	SALDO DISPONÍVEL PARA CONSTITUIÇÕES		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS MATEMÁTICAS		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS		
(-/+)	OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS		
(-/+)	ATUALIZAÇÃO/REVERSÃO DOS RESULT. DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
(=)	RESULTADO DO EXERCÍCIO		
(-/+)	SUPERÁVIT/DEFICIT TÉCNICO		
	<u>PROGRAMA ASSISTENCIAL</u>		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(+/-)	RECURSOS ORIUNDOS/TRANSFERIDOS PARA PROGRAMA PREVIDENCIAL		
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO		
(+)	RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+/-)	RESULTADO DOS INVESTIMENTOS ASSISTENCIAIS		
(=)	SALDO DISPONÍVEL PARA CONSTITUIÇÕES		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS		

(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS		
(-/+)	OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS		
	<u>PROGRAMA ADMINISTRATIVO</u>		
(+)	RECURSOS ORIUNDOS DE OUTROS PROGRAMAS		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(-)	RECURSOS TRANSFERIDOS PARA OUTROS PROGRAMAS		
(+/-)	RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS ADMINISTRATIVOS		
(=)	SALDO DISPONÍVEL PARA CONSTITUIÇÕES		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS		
(-/+)	OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS		
	<u>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</u>		
(+/-)	RENDA FIXA		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(+/-)	RENDA VARIÁVEL		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(+/-)	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(+/-)	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(+/-)	OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS COM PATROCINADORA (S)		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(+/-)	OUTROS INVESTIMENTOS		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(+/-)	RELACIONADAS COM O DISPONÍVEL		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(+/-)	OUTRAS		
(+)	RECEITAS		
(-)	DESPESAS		
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO		
(+/-)	RESULTADOS RECEBIDOS/TRANSFERIDOS PARA OUTROS PROGRAMAS		
(=)	SALDO DISPONÍVEL PARA CONSTITUIÇÕES		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS		
(-/+)	FORMAÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS		
(-/+)	OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS		

Periodicidade anual, prazo para remessa à SPC: Até o dia 10 de março do ano subsequente.
 Âmbito De Divulgação: Secretaria da Previdência Complementar e - Participantes e Patrocinadora (s)
 Unidade Monetária: R\$ Mil

Fonte: Anexo C da Portaria MPAS nº 4.858 de 26.11.98

Segundo o modelo proposto pelo membro da Comissão Técnica de Contabilidade e Controle da ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechada de Previdência Privada), José Antonio da Silva na sua palestra “Contabilidade como Instrumento Gerencial” (maio/2001), a demonstração de resultado do exercício terá:

Quadro 6 – Modelo Proposto por Silva (2001)

(+) RECEITAS
(-) DESPESAS
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO
(+/-) RESULTADO DOS INVESTIMENTOS PREVIDENCIAIS
(=) SALDO DISPONIVEL PARA CONSTITUIÇÕES
(-/+) FORMAÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS MATEMATICAS
(-/+) FORMAÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS
(=) RESULTADO DO EXERCICIO
(+/-) SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO

Fonte: Palestra “A contabilidade como instrumento de gestão” (2001).

Nota-se que, tanto no anexo da Portaria MPAS nº 4.858 de 26.11.98 quanto no material utilizado pela ABRAPP, as demonstrações contábeis estão configuradas com simbologias para auxiliar leigos que não possuem o conhecimento contábil de débito e crédito, proporcionando um melhor entendimento dos procedimentos de lançamentos contábeis.

Conforme orienta a Portaria MPAS nº 4.858, o fluxo financeiro das entidades de previdência complementar tem que ser expresso em unidades monetárias de real, ter

periodicidade anual, a âmbito de divulgação para a SPC, participantes e patrocinadoras, além de apresentar os seguintes aspectos:

Quadro 7 – Fluxo Financeiro

DISCRIMINAÇÃO		Exercício Anual	Exercício Anterior
(+/-)	PROGRAMA PREVIDENCIAL		
(+)	ENTRADAS		
(-)	SAÍDAS		
(+/-)	PROGRAMA ASSISTENCIAL		
(+)	ENTRADAS		
(-)	SAÍDAS		
(+/-)	PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+)	ENTRADAS		
(-)	SAÍDAS		
(+/-)	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+/-)	RENTA FIXA		
(+/-)	RENTA VARIÁVEL		
(+/-)	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		
(+/-)	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		
(+/-)	OPERAÇÕES DE EMPRESTIMOS COM PATROCINADORA (S)		
(+/-)	OUTROS INVESTIMETOS		
(+/-)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		
(+/-)	RELACIONADAS COM O DISPONÍVEL		
(+/-)	CONTINGÊNCIAS		
(=)	FLUXO NAS DISPONIBILIDADES		
(=)	VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES		

Fonte: Anexo C da A Portaria MPAS nº 4.858 de 26.11.98

Os procedimentos contábeis de apuração de resultado das atividades industriais, comerciais ou de prestação de serviços, com fins lucrativos, são diferentes dos procedimentos contábeis de uma entidade fechada de previdência privada, que possui como característica principal não ter fins lucrativos.

Nas entidades fechadas de previdência privada, o critério de apuração de seus resultados evidencia que as contribuições previdenciárias são consideradas receitas por representarem as contribuições vertidas pelos empregados e empregadores, as quais são investidas na própria entidade para o pagamento dos benefícios de seus participantes no

futuro. Os pagamentos de benefícios são considerados despesas, pois são o cumprimento dos compromissos assumidos pela entidade em relação aos participantes.

Por serem entidades sem fins lucrativos, o lucro gerado recebe o nome de superávit, que é a acumulação de remuneração dos ativos garantidores dos benefícios já concedidos e outros a conceder.

A Portaria 4858/98, no anexo C, evidencia sobre os balancetes mensais, que são planificações contábeis padrão que deverão ser elaboradas com base nos saldos contábeis existentes no final de cada mês, identificado-se a movimentação mensal, sempre comparativa com o mês anterior. O modelo desse demonstrativo consta do sistema informatizado de captação de dados, enviado a todas as EFPPs. .

A periodicidade desse demonstrativo é mensal, e o prazo para remessa à SPC é até o 20º dia útil do mês subsequente, em unidade monetária de real, considerando os centavos.

Todo esse processo de controle e administração do patrimônio faz-se necessário devido às quantidades substanciais de ativos líquidos envolvidos, que devem ser acumulados de forma a atualizar o capital original e cobrir os juros atuariais formando reservas gerando, assim, a formação de riqueza para garantir o benefício aos seus participantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todo o exposto, pode-se considerar que, com a dificuldade do sistema oficial de previdência cumprir com as suas obrigações para com os cidadãos brasileiros, os mesmos buscam outros meios de complementação a baixos proventos oferecidos pelo INSS procurando, dessa forma, obter uma aposentadoria digna para garantir uma velhice tranqüila e com condições humanas para a sua sobrevivência. Atualmente, no Brasil, existem várias entidades de previdência privada fechada conhecidas popularmente por “Fundos de Pensão”, organizados por empresas que visam à garantia de um futuro melhor aos seus funcionários e aos seus dependentes, exercendo um importante papel social.

Mas, para que os Fundos de Pensão continuem cumprindo com as sua finalidade e oferecendo aos seus participantes o benefício de complementação da previdência oficial, seria necessário que a questão tributária fosse analisada cautelosamente por parte do Poder Legislativo.

Na presente monografia o objetivo geral foi explicar a questão da imunidade tributária dos Fundos de Pensão no Brasil, e fazer uma de análise dos aspectos contábeis das entidades fechadas de previdência privada, relacionando a sua importância para a sociedade através de um breve relato sobre o sistema previdenciário no Brasil e o que gira em torno dos Fundos de Pensão. E em relação ao mesmo considera-se que este objetivo foi atingido

Conforme rege a Constituição de 1988 no seu art.150, IV, “c”, as instituições de assistência social gozam de imunidade tributária e a previdência é considerada uma assistência social preventiva.

O primeiro dentre os objetivos específicos tratava-se de descrever as formas de instituições de previdência, para qual adotou-se como uma metodologia exploratória com procedimentos bibliográficos e documentais aplicados, para que haja uma compreensão analítica sobre o assunto abordado.

Contudo, esta mesma Constituição determina que as entidades beneficiadas com a imunidade serão, somente aquelas sem fins lucrativos, ou seja, aquelas que não utilizam o representativo do excedente dos valores destinados para honrar custos e despesas.

Nos Fundos de Pensão o excedente não é considerado como lucro, mas como superávit que não será distribuído entre os gestores do fundo ou para os seus participantes. Na realidade, todo o montante após o cumprimento de suas obrigações será revertido à manutenção e ampliação dos serviços da entidade, garantindo aos seus participantes o pagamento dos benefícios. Desse modo, inexistindo lucro e, conseqüentemente, capacidade contributiva.

Pelo enfoque dado no decorrer desta monografia, evidenciando o caráter sócio-assistencial dos Fundos de Pensão, podemos enquadrá-los como instituições de assistência social, que gozam da imunidade tributária prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A exclusão das entidades fechadas de previdência privada da imunidade assistencial pode gerar um grave abalo financeiro nas contas dos fundos, não suportando a enorme carga tributária brasileira, podendo ocorrer a insolvência do fundo.

Quanto ao desenvolvimento segundo o objetivo específico na identificação dos aspectos contábeis das entidades fechadas de previdência privada; houve uma certa dificuldade em coletar material para pesquisa, devido ao pouco material bibliográfico específico sobre este assunto.

Com a edição da Portaria MPAS nº 4.858 de 26 de novembro de 1998, que dispõe sobre as normas de contabilidade aplicadas às entidades fechadas de previdência privada e da Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar e dá outras providências, os procedimentos e demonstrações contábeis foram normatizados para a análise das práticas de gestão de recursos. Gerando, assim, mais credibilidade e transparência nestes procedimentos tanto para os participantes, como para a

patrocinadora e para o gestor, mostrando para a sociedade que os Fundos de Pensão podem ser um ótimo investimento de complementação da aposentadoria.

Por não serem entidades com fins lucrativos, os procedimentos contábeis de apuração de resultado das entidades fechadas de previdência privada possui um tratamento contábil diferenciado das atividades industriais, comerciais ou de prestação de serviço.

Por ocasião da identificação dos aspectos contábeis dos Fundos de Pensão, deparou-se com a estrutura bastante diferenciada dos aspectos contábeis em relação aos ensinamentos dos livros em que tivemos acesso durante o curso de Ciências Contábeis. Por se tratar de um assunto abrangente e de importância para a sociedade, recomenda-se aos futuros trabalhos dar continuidade a este estudo. Por ser um tema em constantes modificações, a sua atualização se torna crucial e se achar necessários um aprofundamento maior das seções apresentadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALERA, Wagner, e Reis, Ernesto José Pereira dos. **Curso de Direito Previdenciário**. 4.ed. 1998. LTr, São Paulo

BARRETO, Aires. **Imunidades tributárias**: limitações constitucionais ao poder de tributar. São Paulo: Dialética, 1999.

BERNI, Duilio de Avila; ABEGG, Claides. **Técnicas de pesquisa em economia**: transformando curiosidade em conhecimento. Florianópolis: Ganges, 1998, 258p.

Berzoini mostra números e estratégias para o RGPS.ABRAPP, **Revista dos Fundos de Pensão**, São Paulo, n. 281, p. 23-24, fev. 2003.

BRASIL. **Lei nº 3.397, de 24 de novembro de 1888**. Dispõe e fixa a despesa geral do império para o exercício de 1889 e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919**. Regula as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923**. Cria, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados.

BRASIL. **Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960**. Dispõe sobre a lei orgânica da previdência social.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicável à União, Estados e Municípios.

BRASIL. **Constituição do Brasil em 24 de janeiro de 1967**. Dispõe da Constituição de 1967.

BRASIL. **Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971**. Institui o programa de assistência ao trabalhador rural, e da outras providencias.

BRASIL. **Decreto nº 77.077, de 24 de janeiro de 1976**. Expede a Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS).

BRASIL. **Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977**. Dispõe sobre as entidades de previdência privada.

BRASIL. **Decreto nº 81.240, de 20 de janeiro de 1978**. Regulamenta as disposições da lei 6.435, de 15 de julho de 1977, relativas as entidades fechadas de previdência privada.

BRASIL. **Constituição do Brasil em 05 outubro de 1988**. Dispõe sobre a Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. **Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990**. Cria o instituto nacional do seguro social (INSS), define sua estrutura básica e o quadro distributivo de cargos e funções do grupo direção e assessoramento superiores de suas unidades centrais e da outras providencias.

BRASIL. **Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre o custeio da Seguridade Social.

BRASIL. **Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC)

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998**. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e da outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.783, de 28 de janeiro de 1999**. Dispõe sobre a contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos, ativos e inativos, e dos pensionistas dos três poderes da união, e da outras providencias.

BRASIL. **Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999**. Aprova o regulamento da previdência social, e da outras providencias.

BRASIL. **Lei nº 9.876 de 26 de novembro de 1999**. Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das leis 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e da outras providencias.

BRASIL. **Resolução nº 2829, de 30 de março de 2001**. Aprova regulamento estabelecendo as diretrizes pertinentes à aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência privada.

BRASIL. **Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001**. Dispõe sobre o regime de previdência complementar e dá outras providências.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001**. Dispõe sobre a tributação, pelo imposto de renda, dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o código civil.

BRASIL, Ministério da Previdência Social. **A Previdência Social e a Revisão Constitucional Brasileira**: CEPAL. Escritório do Brasil, 1994 , vl.2

BRASIL, Ministério da Previdência, Assistência Social e Assessoria de Comunicação Social. **Planos de Benefícios da Previdência Social. Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, e Decreto nº 2.172 de 05.03.97, atualizados até 30.03.97**. 6º edição. Brasília: MPAS, ACS, 1997.

CAMPOS, Poti Silveira. A guerra dos números da Previdência. **Jornal Diário Catarinense**, n. 62431, p.27, Florianópolis: 04/05/2003.

CAPEMI Empresa tem prejuízos no desmatamento de Tucuruí e o governo nomeia auditor para investigar. **Revista VEJA**. São Paulo: Editora Três, n. 753 p. 83-85, fev. 1983.

CAPEMI Ponto Final, juiz decreta falência da agropecuária. **Revista VEJA**. São Paulo: Editora Três, n. 764 p. 115, abr.1983.

CAPEMI Último tiro. **Revista VEJA**. São Paulo: Editora Três, n. 775, p.101, jul. 1983 .

CAPEMI Fim do sonho. **Revista VEJA**. São Paulo: Editora Três, n. 787 p. 36-37, dez. 1983.

CAPEMI Ele está de volta. **Revista VEJA**. São Paulo: Editora Três, n. 872 p. 26-27, maio 985.

CARRAZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1974. 158p.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. A imunidade tributária das entidades fechadas de previdência privada (fundos de pensão) e a Constituição de 1988. **Revista Forence**, Rio de Janeiro, v. 333, jan./fev.1996.

_____. **Comentários à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Forence, 1998.

_____. **Curso de direito tributário brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forence, 1999.

_____. **Tributação e Fundos de Pensão**. Estudos e análises da ABRAPP. Disponível em <<http://www.abrapp.org.com.br>>. Acesso em 02 de maio de 2003.

CRETELLA JUNIOR, José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1993.

DE MASI, Domênico; PALIERI, Maria Serena. **O Ócio criativo**. 4. ed Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 336p

EDUARDO, Ítalo Romano. **Origem e Evolução Legislativa da Previdência Social no Brasil**. Disponível em <<http://www.vemconvursos.com/aulas>> . Acesso em: 24 de maio de 2003.

FERRARI, Alfonso Trujilo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982. 318p

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, 2128 p.

FERREIRA, Pinto. **Manual de direito constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992, 464 p.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 22.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Haper & How do Brasil, 1979, 200 p.

GIL, Carlos Antonio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

JOBIM, Nelson. **Imunidade das Entidades Fechadas de Previdência Privada**. Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas. São Paulo, RT, n.9, p.114-120, out./dez.1994.

KASSAI, José Roberto, SANTOS, Ariovaldo dos, Neto, Alexandre Assaf. et al. **Retorno de investimento: abordagem matemática e contábil do lucro empresarial**. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3a ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991. 270p.

LEITE, Celso Barroso. **A proteção social**. São Paulo: LTR, 1986.

LUQUET, Mara. **Guia valor econômico de planejamento da aposentadoria**. São Paulo: Globo, 2001.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 8º edição. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Primeiras Lições de Previdência Complementar**. São Paulo: LTR, 1996.

MPAS **Portaria n 4.858, de 26 de novembro de 1998 e Anexos da Portaria 4.858**. Dispõe sobre as normas de contabilidade aplicadas às Entidades Fechadas de Previdência Privada.

NOGUEIRA, André Márcio Costa. **Pensão estatutária e o novo Código Civil**. Jus Navigandi, Teresina, a.7, n.65, mai. 2003. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4071>>. Acesso em: 06 jun. 2003.

OLIVEIRA, Francisco de, BELTRÃO, Kaizô I. e FERREIRA, Mônica G. **Reforma da Previdência**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

Os impactos do novo Código Civil nos Fundos de Pensão. **ABRAPP, Revista dos Fundos de Pensão**, São Paulo, n. 281, p 05-08, fev.2003.

PINHEIRO, Waldomiro Vanelli. **A reforma da Previdência**. Rio Grande do Sul: Ed. da URI, 1999.

PÓVOAS, Manoel Soares. **Na Rota das Instituições do Bem-Estar** : Seguro e Previdência. São Paulo: Editora Green Forest do Brasil, 2000.

REIS, Adacir. **Novo titular da SPC quer rediscutir tributação dos fundos de pensão.** Valor Online, São Paulo. 02 de janeiro de 2003. Disponível em <<http://www.valoronline.artigo/fundo~df.> > Acesso em 02 de fev.2003.

RICALDONE, Sandra Maria, TORQUATO, Maria Eliane. et al. **A verdade sobre a previdência social** : Por que você precisa conhecer ?.1º ed. Belo Horizonte: Cartilha, 2003.

SASSERON, José Ricardo. Contradições estabelecidas por lei. **Jornal Gazeta Mercantil**, Brasília, agosto 2002. Disponível em<http://www.gazeta_mercantil.artigos.asp=2003> Acesso em: 01 jan. 2003.

VIANA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **Programas não-contributivos da seguridade social no Brasil.** Disponível em: <[http://www.ufrj.idpm.man.ac.uk/ncpps/papers/workingpaper1.pdf.](http://www.ufrj.idpm.man.ac.uk/ncpps/papers/workingpaper1.pdf) > Acesso em: 25 de maio de 2003.

SILVA, José Antônio. **A contabilidade como Instrumento Gerencial.** Palestra da ABRAPP, maio de 2001.

SILVA, Marcelo. **Direito Tributário didático.** Belo Horizonte: Inédita, 1996.

ANEXO

Portaria MPAS Nº 4.858, de 26 de novembro de 1998 (*)

O Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, no uso de suas atribuições, "ad Referendum", do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, previstas no inciso II, do art. 3º, combinado com as alíneas "a" e "e" do inciso I, do art. 35 da Lei n.º 6.435, de 15.07.77; e,

CONSIDERANDO a necessidade de atualização das normas gerais de contabilidade, que regulam os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Privada – EFPP;

CONSIDERANDO as sugestões dos contabilistas e demais profissionais integrantes do sistema de previdência complementar privada;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a transparência da gestão das EFPP; e
CONSIDERANDO a contínua necessidade de obtenção de informações, com segurança e precisão, resolve:

Art. 1º Aprovar os anexos a esta Portaria, abaixo relacionados:

I ANEXO A - Planificação Contábil Padrão;

II ANEXO B - Função e Funcionamento das Contas;

III ANEXO C - Modelos e Instruções de Preenchimento das Demonstrações Contábeis;

IV ANEXO D - Modelo e Instruções de Preenchimento do Plano de Custeio Administrativo; e

V ANEXO E - Normas de Procedimentos Contábeis.

Art. 2º Revogar a Portaria MTPS n.º 3.671, de 23/10/90; Portaria MTPS n.º 3.254, de 24/05/91; Portaria SPC n.º 146, de 23/11/95, retificada em 28/03/96 e 10/07/96; Portaria SPC n.º 168, de 30/01/96; Portaria SPC n.º 176, de 26/03/96, republicada em 28/03/96 e retificada em 10/07/96 e 23/01/97; Portaria SPC n.º 252, de 20/11/96, Resolução

MPAS/CPC/nº 04, de 11/12/80 e demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1999.

WALDECK ORNELAS

(*) republicada em 17/02/99, no D.O.U nº 31, Seção I, páginas 36 a 59, por ter saído com incorreção, do original, no D.O.U nº 233, de 04/12/98, Seção I, págs. 78 a 102 e Retificada em 17/12/99, no DOU, nº 241-E, Seção 1, Página 23.

ANEXO A

Planificação Contábil Padrão

A - CARACTERÍSTICAS

O Plano de Contas está formado por codificação alfanumérica. A parte numérica (código) é formada por oito dígitos, enquanto a parte alfabética (título) destina-se à descrição da conta. Essa codificação não poderá, em hipótese alguma, ser alterada pelas Entidades sem a autorização expressa da Secretaria da Previdência Complementar, a quem compete, com exclusividade, a decisão e a determinação relativa a quaisquer modificações a serem introduzidas na Planificação Contábil Padrão, permitindo-se somente o detalhamento em função das respectivas necessidades operacionais.

B - Segregação entre Programas

Mantém-se a contabilização em separado dos Programas Previdencial, Assistencial, Administrativo e de Investimentos. As transferências interprogramas são permitidas, e devem ser obrigatoriamente registradas.

A migração de recursos do Programa Previdencial para o Programa Assistencial observará o disposto na legislação vigente e deverá ser detalhada em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

PLANIFICAÇÃO CONTÁBIL PADRÃO

1.0.0.0.00.00 ATIVO
 1.1.0.0.00.00 DISPONÍVEL
 1.1.1.0.00.00 IMEDIATO
 1.1.2.0.00.00 VINCULADO
 1.2.0.0.00.00 REALIZÁVEL
 1.2.1.0.00.00 PROGRAMA PREVIDENCIAL
 1.2.1.1.00.00 RECEITAS A RECEBER
 1.2.1.1.01.00 CONTRIBUIÇÕES DO MÊS
 1.2.1.1.01.01 PATROCINADORA (S)
 1.2.1.1.01.02 PARTICIPANTES
 1.2.1.1.02.00 CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO
 1.2.1.1.02.01 PATROCINADORA (S)
 1.2.1.1.02.02 PARTICIPANTES
 1.2.1.1.03.00 CONTRIBUIÇÃO SOBRE ABONO ANUAL/13º SALÁRIO
 1.2.1.1.03.01 PATROCINADORA (S)
 1.2.1.1.03.02 PARTICIPANTES
 1.2.1.1.04.00 CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS
 1.2.1.1.99.00 OUTRAS
 1.2.1.2.00.00 DESPESAS FUTURAS
 1.2.1.3.00.00 OUTROS REALIZÁVEIS
 1.2.2.0.00.00 PROGRAMA ASSISTENCIAL
 1.2.2.1.00.00 RECEITAS A RECEBER
 1.2.2.1.01.00 CONTRIBUIÇÕES DO MES
 1.2.2.1.01.01 PATROCINADORA (S)
 1.2.2.1.01.02 PARTICIPANTES
 1.2.2.1.02.00 CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO
 1.2.2.1.02.01 PATROCINADORA(S)
 1.2.2.1.02.02 PARTICIPANTES
 1.2.2.1.03.00 CONTRIBUIÇÃO SOBRE ABONO ANUAL/13º SALÁRIO

- 1.2.2.1.03.01 PATROCINADORA(S)
- 1.2.2.1.03.02 PARTICIPANTES
- 1.2.2.1.04.00 CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS
- 1.2.2.1.99.00 OUTRAS
- 1.2.2.2.00.00 DESPESAS FUTURAS
- 1.2.2.3.00.00 OUTROS REALIZÁVEIS
- 1.2.3.0.00.00 PROGRAMA ADMINISTRATIVO
- 1.2.3.1.00.00 RECEITAS A RECEBER
- 1.2.3.2.00.00 DESPESAS FUTURAS
- 1.2.3.3.00.00 OUTROS REALIZÁVEIS
- 1.2.4.0.00.00 PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
- 1.2.4.1.00.00 RENDA FIXA
- 1.2.4.1.01.00 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL
- 1.2.4.1.01.01 BÔNUS DO TESOIRO NACIONAL
- 1.2.4.1.01.02 NOTAS DO TESOIRO NACIONAL
- 1.2.4.1.01.03 LETRAS DO TESOIRO NACIONAL
- 1.2.4.1.01.04 LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO
- 1.2.4.1.01.05 QUOTAS E OBRIGAÇÕES DO FDO NAC. DE DESENVOLVIMENTO
- 1.2.4.1.01.06 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA
- 1.2.4.1.01.07 TÍTULOS DO BNDES
- 1.2.4.1.01.08 CERTIFICADOS DE PRIVATIZAÇÃO
- 1.2.4.1.01.09 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO BANCO CENTRAL
- 1.2.4.1.01.10 CRÉDITOS SECURITIZADOS TESOIRO NACIONAL
- 1.2.4.1.01.11 TÍTULOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
- 1.2.4.1.01.99 OUTROS TÍTULOS
- 1.2.4.1.02.00 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DOS GOVERNOS ESTADUAIS
- 1.2.4.1.03.00 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DOS GOVERNOS MUNICIPAIS
- 1.2.4.1.04.00 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
- 1.2.4.1.04.01 CADERNETAS DE POUPANÇA
- 1.2.4.1.04.02 CÉDULAS HIPOTECÁRIAS
- 1.2.4.1.04.03 CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO
- 1.2.4.1.04.04 RECIBO DE DEPÓSITO BANCÁRIO
- 1.2.4.1.04.05 LETRAS DE CÂMBIO
- 1.2.4.1.04.06 LETRAS HIPOTECÁRIAS
- 1.2.4.1.04.07 LETRAS IMOBILIÁRIAS
- 1.2.4.1.04.08 QUOTAS DE FDO INVEST. FINANC. RENDA-FIXA
- 1.2.4.1.04.09 FDO APLIC. QTA FDO INV. FIN. RENDA-FIXA
- 1.2.4.1.04.10 QUOTAS DE FDO INVESTIMENTO NO EXTERIOR
- 1.2.4.1.04.11 DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS
- 1.2.4.1.04.12 DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS
- 1.2.4.1.04.13 CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS
- 1.2.4.1.04.99 OUTROS TÍTULOS
- 1.2.4.1.05.00 TÍTULOS DE EMPRESAS
- 1.2.4.1.05.01 OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS
- 1.2.4.1.05.02 DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS
- 1.2.4.1.05.03 DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS
- 1.2.4.1.05.04 NOTAS PROMISSÓRIAS DE DISTRIB. PÚBLICA
- 1.2.4.1.05.05 CERT. COMPRA/VENDA TERMO ENERGIA ELÉTRICA
- 1.2.4.1.05.06 CÉDULAS PIGNORATÍCIAS DE DEBÊNTURES
- 1.2.4.1.05.99 OUTROS TÍTULOS
- 1.2.4.1.06.00 INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS
- 1.2.4.1.06.01 CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL
- 1.2.4.1.06.02 NOTAS PROMISSÓRIAS RURAIS
- 1.2.4.1.06.03 CÉDULAS DE PRODUTO RURAL
- 1.2.4.1.06.04 CERTIFICADOS DE MERCADORIAS

1.2.4.1.06.99 OUTROS TÍTULOS E CONTRATOS AGRÍCOLAS
 1.2.4.1.99.00 OUTROS TÍTULOS DE RENDA FIXA
 1.2.4.2.00.00 RENDA VARIÁVEL
 1.2.4.2.01.00 MERCADO DE AÇÕES
 1.2.4.2.01.01 A VISTA
 1.2.4.2.01.02 A TERMO
 1.2.4.2.01.03 FUTURO
 1.2.4.2.01.04 MERCADO DE OPÇÕES
 1.2.4.2.01.05 RESGATÁVEIS
 1.2.4.2.01.06 BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES
 1.2.4.2.01.07 EMPRÉSTIMOS DE AÇÕES
 1.2.4.2.01.08 CERTIFICADO DE DEPÓSITO DE AÇÕES
 1.2.4.2.01.09 RECIBO DE CARTEIRA DE AÇÕES
 1.2.4.2.01.10 RECIBO DE CARTEIRA SELECIONADA DE AÇÕES TELEBRÁS
 1.2.4.2.02.00 BOLSA DE MERCADORIAS E DE FUTUROS
 1.2.4.2.02.01 MERCADORIAS
 1.2.4.2.02.02 FUTUROS
 1.2.4.2.03.00 MERCADO DE OURO
 1.2.4.2.03.01 OURO-CONTRATOS A TERMO
 1.2.4.2.03.02 OURO FÍSICO
 1.2.4.2.04.00 FUNDOS DE INVESTIMENTOS
 1.2.4.2.04.01 QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES
 1.2.4.2.04.02 FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO
 1.2.4.2.04.03 QUOTAS FDO INV FINANCEIRO RENDA VARIÁVEL
 1.2.4.2.04.04 FDO APL. QUOTAS FDO INV. FINANC. RENDA VARIÁVEL
 1.2.4.2.04.05 QUOTAS FDO INVEST. EMPRESAS EMERGENTES
 1.2.4.2.05.00 TÍTULOS DE EMPRESAS
 1.2.4.2.05.01 DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS - COM PARTIC. NOS LUCROS
 1.2.4.2.05.02 DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS - COM PARTIC. NOS LUCROS
 1.2.4.2.99.00 OUTROS TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL
 1.2.4.3.00.00 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
 1.2.4.3.01.00 TERRENOS
 1.2.4.3.02.00 IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO
 1.2.4.3.03.00 EDIFICAÇÕES PARA USO PRÓPRIO
 1.2.4.3.04.00 EDIFICAÇÕES LOCADA(S) A(S) PATROCINADORA(S)
 1.2.4.3.05.00 EDIFICAÇÕES PARA RENDA
 1.2.4.3.06.00 INVESTIMENTOS EM SHOPPING CENTER
 1.2.4.3.07.00 INVESTIMENTOS EM COMPLEXO HOTELEIRO
 1.2.4.3.08.00 INVESTIMENTOS EM COMPLEXO DE ENTRETENIMENTO
 1.2.4.3.09.00 INVESTIMENTOS EM COMPLEXO HOSPITALAR
 1.2.4.3.10.00 ALIENAÇÕES DE IMÓVEIS
 1.2.4.3.99.00 OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
 1.2.4.4.00.00 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES
 1.2.4.4.01.00 EMPRÉSTIMOS
 1.2.4.4.02.00 FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS
 1.2.4.5.00.00 OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS COM PATROCINADORA(S)
 1.2.4.9.00.00 OUTROS INVESTIMENTOS
 1.3.0.0.00.00 PERMANENTE
 1.3.1.0.00.00 IMOBILIZADO
 1.3.2.0.00.00 DIFERIDO
 2.0.0.0.00.00 PASSIVO
 2.1.0.0.00.00 OPERACIONAL
 2.1.1.0.0.000 PROGRAMA PREVIDENCIAL
 2.1.1.1.00.00 DESPESAS A PAGAR
 2.1.1.2.00.00 RECEITAS FUTURAS

2.1.1.3.00.00 OUTRAS EXIGIBILIDADES
 2.1.2.0.00.00 PROGRAMA ASSISTENCIAL
 2.1.2.1.00.00 DESPESAS A PAGAR
 2.1.2.2.00.00 RECEITAS FUTURAS
 2.1.2.3.00.00 OUTRAS EXIGIBILIDADES
 2.1.3.0.00.00 PROGRAMA ADMINISTRATIVO
 2.1.3.1.00.00 DESPESAS A PAGAR
 2.1.3.2.00.00 RECEITAS FUTURAS
 2.1.3.3.00.00 OUTRAS EXIGIBILIDADES
 2.1.4.0.00.00 PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
 2.1.4.1.00.00 RENDA FIXA
 2.1.4.1.01.00 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL
 2.1.4.1.01.01 BÔNUS DO TESOIRO NACIONAL
 2.1.4.1.01.02 NOTAS DO TESOIRO NACIONAL
 2.1.4.1.01.03 LETRAS DO TESOIRO NACIONAL
 2.1.4.1.01.04 LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO
 2.1.4.1.01.05 QUOTAS E OBRIGAÇÕES DO FDO NAC. DE DESENVOLVIMENTO
 2.1.4.1.01.06 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA
 2.1.4.1.01.07 TÍTULOS DO BNDES
 2.1.4.1.01.08 CERTIFICADOS DE PRIVATIZAÇÃO
 2.1.4.1.01.09 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO BANCO CENTRAL
 2.1.4.1.01.10 CRÉDITOS SECURITIZADOS TESOIRO NACIONAL
 2.1.4.1.01.11 TÍTULOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
 2.1.4.1.01.99 OUTROS TÍTULOS
 2.1.4.1.02.00 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DOS GOVERNOS ESTADUAIS
 2.1.4.1.03.00 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DOS GOVERNOS MUNICIPAIS
 2.1.4.1.04.00 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
 2.1.4.1.04.01 CADERNETAS DE POUPANÇA
 2.1.4.1.04.02 CÉDULAS HIPOTECÁRIAS
 2.1.4.1.04.03 CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO
 2.1.4.1.04.04 RECIBO DE DEPÓSITO BANCÁRIO
 2.1.4.1.04.05 LETRAS DE CÂMBIO
 2.1.4.1.04.06 LETRAS HIPOTECÁRIAS
 2.1.4.1.04.07 LETRAS IMOBILIÁRIAS
 2.1.4.1.04.08 QUOTAS FDO INVEST. FINANCEIRO-RENTA FIXA
 2.1.4.1.04.09 FDO APLIC QUOTAS FDO INV. FIN-RENTA FIXA
 2.1.4.1.04.10 QUOTAS DE FDO DE INVEST. NO EXTERIOR
 2.1.4.1.04.11 DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS
 2.1.4.1.04.12 DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS
 2.1.4.1.04.13 CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS
 2.1.4.1.04.99 OUTROS TÍTULOS
 2.1.4.1.05.00 TÍTULOS DE EMPRESAS
 2.1.4.1.05.01 OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS
 2.1.4.1.05.02 DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS
 2.1.4.1.05.03 DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS
 2.1.4.1.05.04 NOTAS PROMISSÓRIAS DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
 2.1.4.1.05.05 CERT COMPRA/VENDA TERMO ENERGIA ELÉTRICA
 2.1.4.1.05.06 CÉDULAS PIGNORATÍCIAS DE DEBÊNTURES
 2.1.4.1.05.99 OUTROS TÍTULOS
 2.1.4.1.06.00 INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS
 2.1.4.1.06.01 CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL
 2.1.4.1.06.02 NOTAS PROMISSÓRIAS RURAIS
 2.1.4.1.06.03 CÉDULAS DE PRODUTO RURAL
 2.1.4.1.06.04 CERTIFICADO DE MERCADORIAS
 2.1.4.1.06.99 OUTROS TÍTULOS E CONTRATOS AGRÍCOLAS

2.1.4.1.99.00 OUTROS TÍTULOS DE RENDA FIXA
 2.1.4.2.00.00 RENDA VARIÁVEL
 2.1.4.2.01.00 MERCADO DE AÇÕES
 2.1.4.2.01.01 A VISTA
 2.1.4.2.01.02 A TERMO
 2.1.4.2.01.03 FUTURO
 2.1.4.2.01.04 MERCADO DE OPÇÕES
 2.1.4.2.01.05 RESGATÁVEIS
 2.1.4.2.01.06 BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES
 2.1.4.2.01.07 EMPRÉSTIMOS DE AÇÕES
 2.1.4.2.01.08 CERTIFICADO DE DEPÓSITO DE AÇÕES
 2.1.4.2.01.09 RECIBO DE CARTEIRA DE AÇÕES
 2.1.4.2.01.10 RECIBO DE CARTEIRA SELECIONADA DE AÇÕES TELEBRÁS
 2.1.4.2.02.00 BOLSA DE MERCADORIAS E DE FUTUROS
 2.1.4.2.02.01 MERCADORIAS
 2.1.4.2.02.02 FUTUROS
 2.1.4.2.03.00 MERCADO DE OURO
 2.1.4.2.03.01 OURO-CONTRATOS A TERMO
 2.1.4.2.03.02 OURO FÍSICO
 2.1.4.2.04.00 FUNDOS DE INVESTIMENTOS
 2.1.4.2.04.01 QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES
 2.1.4.2.04.02 FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO
 2.1.4.2.04.03 QUOTAS FDO INVEST. FINAN.-RENDA VARIÁVEL
 2.1.4.2.04.04 FDO APLIC. QTAS FDO INV. FINANC. RENDA VARIÁVEL
 2.1.4.2.04.05 QUOTAS FDO INVEST. EMPRESAS EMERGENTES
 2.1.4.2.05.00 TÍTULOS DE EMPRESAS
 2.1.4.2.05.01 DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS - COM PARTIC. NOS LUCROS
 2.1.4.2.05.02 DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS - COM PART. NOS LUCROS
 2.1.4.2.99.00 OUTROS TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL
 2.1.4.3.00.00 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
 2.1.4.3.01.00 TERRENOS
 2.1.4.3.02.00 IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO
 2.1.4.3.03.00 EDIFICAÇÕES PARA USO PRÓPRIO
 2.1.4.3.04.00 EDIFICAÇÕES LOCADA(S) A(S) PATROCINADORA(S)
 2.1.4.3.05.00 EDIFICAÇÕES PARA RENDA
 2.1.4.3.06.00 INVESTIMENTOS EM SHOPPING CENTER
 2.1.4.3.07.00 INVESTIMENTOS EM COMPLEXO HOTELEIRO
 2.1.4.3.08.00 INVESTIMENTOS EM COMPLEXO DE ENTRETENIMENTO
 2.1.4.3.09.00 INVESTIMENTOS EM COMPLEXO HOSPITALAR
 2.1.4.3.10.00 OBRIGAÇÕES DE ALIENAÇÕES DE IMÓVEIS
 2.1.4.3.99.00 OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
 2.1.4.4.00.00 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES
 2.1.4.4.01.00 EMPRÉSTIMOS
 2.1.4.4.02.00 FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS
 2.1.4.5.00.00 OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS COM PATROCINADORA(S)
 2.1.4.6.00.00 RELACIONADAS COM O DISPONÍVEL
 2.1.4.7.00.00 OUTRAS OBRIGAÇÕES
 2.1.4.9.00.00 OUTROS INVESTIMENTOS
 2.2.0.0.00.00 CONTINGENCIAL
 2.2.1.0.00.00 PROGRAMA PREVIDENCIAL
 2.2.2.0.00.00 PROGRAMA ASSISTENCIAL
 2.2.3.0.00.00 PROGRAMA ADMINISTRATIVO
 2.2.4.0.00.00 PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
 2.3.0.0.00.00 RESERVAS TÉCNICAS
 2.3.1.0.00.00 RESERVAS MATEMÁTICAS

2.3.1.1.00.00 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS
 2.3.1.1.01.00 BENEFÍCIOS DO PLANO
 2.3.1.1.02.00 (-) CONT. DA PATROCINADORA S/ BENEFÍCIOS
 2.3.1.1.03.00 (-) OUTRAS CONTRIB. DA GERAÇÃO ATUAL
 2.3.1.1.04.00 (-) OUTRAS CONTRIB. DAS GERAÇÕES FUTURAS
 2.3.1.2.00.00 BENEFÍCIOS A CONCEDER
 2.3.1.2.01.00 BENEFÍCIOS DO PLANO COM A GERAÇÃO ATUAL
 2.3.1.2.02.00 (-) CONT. PATROC. S/ BENF. GERAÇÃO ATUAL
 2.3.1.2.03.00 (-) OUTRAS CONTRIB. DA GERAÇÃO ATUAL
 2.3.1.2.04.00 BENEF. DO PLANO COM AS GERAÇÕES FUTURAS
 2.3.1.2.05.00 (-) CONT. DA PAT. S/ BENEF. GERAÇÃO FUT.
 2.3.1.2.06.00 (-) OUTRAS CONT. DAS GERAÇÕES FUTURAS
 2.3.1.3.00.00 (-) RESERVAS A AMORTIZAR
 2.3.1.3.01.00 (-) PELAS CONTRIB. ESPECIAIS VIGENTES
 2.3.1.3.02.00 (-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES ESPECIAS VIGENTES
 2.3.2.0.00.00 RESULTADO ACUMULADO
 2.3.2.1.00.00 ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR
 2.3.2.1.01.00 SUPERÁVIT TÉCNICO
 2.3.2.1.01.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
 2.3.2.1.01.02 RESERVA PARA AJUSTE DO PLANO
 2.3.2.1.01.03 FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS DEC. 606/92
 2.3.2.1.02.00 (-) DÉFICIT TÉCNICO
 2.3.2.2.00.00 NO EXERCÍCIO ATUAL
 2.3.2.2.01.00 SUPERÁVIT TÉCNICO
 2.3.2.2.01.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
 2.3.2.2.01.02 RESERVA PARA AJUSTE DO PLANO
 2.3.2.2.01.03 FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS DEC. 606/92
 2.3.2.2.02.00 (-) DÉFICIT TÉCNICO
 2.4.0.0.00.00 FUNDOS
 2.4.1.0.00.00 PROGRAMA PREVIDENCIAL
 2.4.2.0.00.00 PROGRAMA ASSISTENCIAL
 2.4.3.0.00.00 PROGRAMA ADMINISTRATIVO
 2.4.4.0.00.00 PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
 3.0.0.0.00.00 PROGRAMA PREVIDENCIAL
 3.1.0.0.00.00 RECEITAS
 3.1.1.0.00.00 CORRENTES
 3.1.1.1.00.00 PATROCINADORA(S)
 3.1.1.1.01.00 CONTRIBUIÇÕES NORMAIS
 3.1.1.1.02.00 CONTRIBUIÇÕES AMORTIZANTES
 3.1.1.2.00.00 PARTICIPANTES
 3.1.1.2.01.00 CONTRIBUIÇÕES NORMAIS
 3.1.1.2.02.00 CONTRIBUIÇÕES AMORTIZANTES
 3.1.1.4.00.00 REMUNERAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO
 3.1.1.5.00.00 REMUNERAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS
 3.1.1.9.00.00 OUTRAS
 3.1.4.0.00.00 EVENTUAIS
 3.2.0.0.00.00 DESPESAS
 3.2.1.0.00.00 BENEFÍCIOS DE RENDA CONTINUADA
 3.2.1.1.00.00 APOSENTADORIAS
 3.2.1.1.01.00 ESPECIAL
 3.2.1.1.02.00 INVALIDEZ
 3.2.1.1.03.00 TEMPO DE SERVIÇO
 3.2.1.1.04.00 IDADE
 3.2.1.1.05.00 ANTECIPADA
 3.2.1.1.06.00 POSTERGADA

3.2.1.2.00.00 PENSÕES
 3.2.1.3.00.00 AUXÍLIOS
 3.2.1.3.01.00 DOENÇA
 3.2.1.3.02.00 RECLUSÃO
 3.2.1.3.99.00 OUTROS
 3.2.1.4.00.00 PROVISÕES
 3.2.1.9.00.00 OUTROS
 3.2.2.0.00.00 BENEFÍCIOS DE PAGAMENTO ÚNICO
 3.2.2.1.00.00 APOSENTADORIA
 3.2.2.1.01.00 ESPECIAL
 3.2.2.1.02.00 INVALIDEZ
 3.2.2.1.03.00 TEMPO DE SERVIÇO
 3.2.2.1.04.00 IDADE
 3.2.2.2.00.00 PENSÕES
 3.2.2.3.00.00 PECÚLIOS
 3.2.2.3.01.00 INVALIDEZ
 3.2.2.3.02.00 MORTE
 3.2.2.3.99.00 OUTROS
 3.2.2.4.00.00 RESTITUIÇÕES
 3.2.2.5.00.00 AUXÍLIOS
 3.2.2.5.01.00 NATALIDADE
 3.2.2.5.02.00 EDUCAÇÃO
 3.2.2.5.03.00 NUPCIAL
 3.2.2.5.04.00 FUNERAL
 3.2.2.5.99.00 OUTROS
 3.2.2.6.00.00 PROVISÕES
 3.2.2.9.00.00 OUTROS
 3.2.3.0.00.00 OUTRAS
 3.3.0.0.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS
 3.3.1.0.00.00 CRÉDITOS
 3.3.1.2.00.00 PROGRAMA ASSISTENCIAL
 3.3.1.3.00.00 PROGRAMA ADMINISTRATIVO
 3.3.1.4.00.00 PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
 3.3.2.0.00.00 DÉBITOS
 3.3.2.2.00.00 PROGRAMA ASSISTENCIAL
 3.3.2.3.00.00 PROGRAMA ADMINISTRATIVO
 3.3.2.4.00.00 PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
 3.4.0.0.00.00 CONSTITUIÇÕES LÍQUIDAS
 3.4.1.0.00.00 RESERVAS MATEMÁTICAS
 3.4.2.0.00.00 FUNDOS
 3.4.3.0.00.00 CONTINGÊNCIAS
 3.5.0.0.00.00 ATUALIZAÇÃO/REVERSÃO RESULT. EXERCÍCIOS ANTERIORES
 3.6.0.0.00.00 DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 3.7.0.0.00.00 OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS
 3.7.1.0.00.00 INCORPORAÇÃO-DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE
 3.7.2.0.00.00 INCORPORAÇÃO-ABSORÇÃO DA ENTIDADE
 3.7.3.0.00.00 FUSÃO-DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE
 3.7.4.0.00.00 FUSÃO-ABSORÇÃO DA ENTIDADE
 3.7.5.0.00.00 CISÃO-DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE
 3.7.6.0.00.00 CISÃO-ABSORÇÃO DA ENTIDADE
 4.0.0.0.00.00 PROGRAMA ASSISTENCIAL
 4.1.0.0.00.00 RECEITAS
 4.1.1.0.00.00 CORRENTES
 4.1.1.1.00.00 PATROCINADORA(S)
 4.1.1.2.00.00 PARTICIPANTES

4.1.1.3.00.00 PROVISÕES
 4.1.1.4.00.00 REMUNERAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO
 4.1.1.5.00.00 REMUNERAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS
 4.1.1.9.00.00 OUTRAS
 4.1.4.0.00.00 EVENTUAIS
 4.2.0.0.00.00 DESPESAS
 4.2.1.0.00.00 CORRENTES
 4.2.1.1.00.00 BENEFÍCIOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
 4.2.1.2.00.00 BENEFÍCIOS DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA
 4.2.1.3.00.00 BENEFÍCIOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 4.2.1.9.00.00 OUTRAS
 4.2.4.0.00.00 EVENTUAIS
 4.3.0.0.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS
 4.3.1.0.00.00 CRÉDITOS
 4.3.1.1.00.00 PROGRAMA PREVIDENCIAL
 4.3.1.3.00.00 PROGRAMA ADMINISTRATIVO
 4.3.1.4.00.00 PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
 4.3.2.0.00.00 DÉBITOS
 4.3.2.1.00.00 PROGRAMA PREVIDENCIAL
 4.3.2.3.00.00 PROGRAMA ADMINISTRATIVO
 4.3.2.4.00.00 PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
 4.4.0.0.00.00 CONSTITUIÇÕES LÍQUIDAS
 4.4.2.0.00.00 FUNDOS
 4.4.3.0.00.00 CONTINGÊNCIAS
 4.7.0.0.00.00 OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS
 4.7.1.0.00.00 INCORPORAÇÃO-DISSOLUÇÃO DE FUNDOS ASSISTENCIAIS
 4.7.2.0.00.00 INCORPORAÇÃO-ABSORÇÃO DE FUNDOS ASSISTENCIAIS
 4.7.3.0.00.00 FUSÃO-DISSOLUÇÃO DE FUNDOS ASSISTENCIAIS
 4.7.4.0.00.00 FUSÃO-ABSORÇÃO DE FUNDOS ASSISTENCIAIS
 4.7.5.0.00.00 CISÃO-DISSOLUÇÃO DE FUNDOS ASSISTENCIAS
 4.7.6.0.00.00 CISÃO-ABSORÇÃO DE FUNDOS ASSISTENCIAIS
 5.0.0.0.00.00 PROGRAMA ADMINISTRATIVO
 5.1.0.0.00.00 RECEITAS
 5.1.1.0.00.00 ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL
 5.1.2.0.00.00 ADMINISTRAÇÃO ASSISTENCIAL
 5.1.3.0.00.00 ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS
 5.1.9.0.00.00 OUTRAS
 5.2.0.0.00.00 DESPESAS
 5.2.1.0.00.00 ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL
 5.2.1.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS
 5.2.1.2.00.00 SERVIÇOS DE TERCEIROS
 5.2.1.3.00.00 DEPRECIAÇÕES/AMORTIZAÇÕES
 5.2.1.4.00.00 DESPESAS GERAIS
 5.2.1.9.00.00 OUTRAS DESPESAS
 5.2.2.0.00.00 ADMINISTRAÇÃO ASSISTENCIAL
 5.2.2.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS
 5.2.2.2.00.00 SERVIÇOS DE TERCEIROS
 5.2.2.3.00.00 DEPRECIAÇÕES/AMORTIZAÇÕES
 5.2.2.4.00.00 DESPESAS GERAIS
 5.2.2.9.00.00 OUTRAS DESPESAS
 5.2.3.0.00.00 ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS
 5.2.3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS
 5.2.3.2.00.00 SERVIÇOS DE TERCEIROS
 5.2.3.3.00.00 DEPRECIAÇÕES/AMORTIZAÇÕES
 5.2.3.4.00.00 DESPESAS GERAIS

5.2.3.9.00.00 OUTRAS DESPESAS
 5.2.9.0.00.00 OUTRAS
 5.3.0.0.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS
 5.3.1.0.00.00 CRÉDITOS
 5.3.1.1.00.00 PROGRAMA PREVIDENCIAL
 5.3.1.2.00.00 PROGRAMA ASSISTENCIAL
 5.3.1.4.00.00 PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
 5.3.2.0.00.00 DÉBITOS
 5.3.2.1.00.00 PROGRAMA PREVIDENCIAL
 5.3.2.2.00.00 PROGRAMA ASSISTENCIAL
 5.3.2.4.00.00 PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
 5.4.0.0.00.00 CONSTITUIÇÕES LÍQUIDAS
 5.4.2.0.00.00 FUNDOS
 5.4.3.0.00.00 CONTINGÊNCIAS
 5.4.3.1.00.00 ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL
 5.4.3.2.00.00 ADMINISTRAÇÃO ASSISTENCIAL
 5.4.3.3.00.00 ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS
 5.7.0.0.00.00 OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS
 5.7.1.0.00.00 INCORPORAÇÃO-DISSOLUÇÃO DE FUNDOS ADMINISTRATIVOS
 5.7.2.0.00.00 INCORPORAÇÃO-ABSORÇÃO DE FUNDOS ADMINISTRATIVOS
 5.7.3.0.00.00 FUSÃO-DISSOLUÇÃO DE FUNDOS ADMINISTRATIVOS
 5.7.4.0.00.00 FUSÃO-ABSORÇÃO DE FUNDOS ADMINISTRATIVOS
 5.7.5.0.00.00 CISÃO-DISSOLUÇÃO DE FUNDOS ADMINISTRATIVOS
 5.7.6.0.00.00 CISÃO-ABSORÇÃO DE FUNDOS ADMINISTRATIVOS
 6.0.0.0.00.00 PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
 6.1.0.0.00.00 RECEITAS
 6.1.1.0.00.00 DIRETAS
 6.1.1.1.00.00 RENDA FIXA
 6.1.1.1.01.00 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL
 6.1.1.1.01.01 BÔNUS DO TESOIRO NACIONAL
 6.1.1.1.01.02 NOTAS DO TESOIRO NACIONAL
 6.1.1.1.01.03 LETRAS DO TESOIRO NACIONAL
 6.1.1.1.01.04 LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO
 6.1.1.1.01.05 QUOTAS E OBRIGAÇÕES DO FDO NAC. DE DESENVOLVIMENTO
 6.1.1.1.01.06 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA
 6.1.1.1.01.07 TÍTULOS DO BNDES
 6.1.1.1.01.08 CERTIFICADOS DE PRIVATIZAÇÃO
 6.1.1.1.01.09 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO BANCO CENTRAL
 6.1.1.1.01.10 CRÉDITOS SECURITIZADOS DO TESOIRO NACIONAL
 6.1.1.1.01.11 TÍTULOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
 6.1.1.1.01.99 OUTROS TÍTULOS
 6.1.1.1.02.00 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DOS GOVERNOS ESTADUAIS
 6.1.1.1.03.00 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DOS GOVERNOS MUNICIPAIS
 6.1.1.1.04.00 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
 6.1.1.1.04.01 CADERNETAS DE POUPANÇA
 6.1.1.1.04.02 CÉDULAS HIPOTECÁRIAS
 6.1.1.1.04.03 CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO
 6.1.1.1.04.04 RECIBO DE DEPÓSITO BANCÁRIO
 6.1.1.1.04.05 LETRAS DE CÂMBIO
 6.1.1.1.04.06 LETRAS HIPOTECÁRIAS
 6.1.1.1.04.07 LETRAS IMOBILIÁRIAS
 6.1.1.1.04.08 QUOTAS FDO INVEST. FINANCEIRO-REND. FIXA
 6.1.1.1.04.09 FDO APLIC. QNTAS FDO INV. FIN.-REND. FIXA
 6.1.1.1.04.10 QUOTAS FDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR
 6.1.1.1.04.11 DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS

6.1.1.1.04.12 DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS
 6.1.1.1.04.13 CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS
 6.1.1.1.04.99 OUTROS TÍTULOS
 6.1.1.1.05.00 TÍTULOS DE EMPRESAS
 6.1.1.1.05.01 OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS
 6.1.1.1.05.02 DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS
 6.1.1.1.05.03 DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS
 6.1.1.1.05.04 NOTAS PROMISSÓRIAS DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
 6.1.1.1.05.05 CERTIF. COMPRA/VENDA TERMO ENERGIA ELET.
 6.1.1.1.05.06 CÊDULAS PIGNORATÍCIAS DE DEBÊNTURES
 6.1.1.1.05.99 OUTROS TÍTULOS
 6.1.1.1.06.00 INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS
 6.1.1.1.06.01 CÊDULAS DE CRÉDITO RURAL
 6.1.1.1.06.02 NOTAS PROMISSÓRIAS RURAIS
 6.1.1.1.06.03 CÊDULAS DE PRODUTO RURAL
 6.1.1.1.06.04 CERTIFICADOS DE MERCADORIAS
 6.1.1.1.06.99 OUTROS TÍTULOS E CONTRATOS AGRÍCOLAS
 6.1.1.1.99.00 OUTROS TÍTULOS DE RENDA FIXA
 6.1.1.2.00.00 RENDA VARIÁVEL
 6.1.1.2.01.00 MERCADO DE AÇÕES
 6.1.1.2.01.01 A VISTA
 6.1.1.2.01.02 A TERMO
 6.1.1.2.01.03 FUTURO
 6.1.1.2.01.04 MERCADO DE OPÇÕES
 6.1.1.2.01.05 RESGATÁVEIS
 6.1.1.2.01.06 BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES
 6.1.1.2.01.07 EMPRÉSTIMOS DE AÇÕES
 6.1.1.2.01.08 CERTIFICADO DE DEPÓSITO DE AÇÕES
 6.1.1.2.01.09 RECIBO DE CARTEIRA DE AÇÕES
 6.1.1.2.01.10 RECIBO DE CARTEIRA SELECIONADA DE AÇÕES TELEBRÁS
 6.1.1.2.02.00 BOLSA DE MERCADORIAS E DE FUTUROS
 6.1.1.2.02.01 MERCADORIAS
 6.1.1.2.02.02 FUTUROS
 6.1.1.2.03.00 MERCADO DE OURO
 6.1.1.2.03.01 OURO-CONTRATOS A TERMO
 6.1.1.2.03.02 OURO FÍSICO
 6.1.1.2.04.00 FUNDOS DE INVESTIMENTOS
 6.1.1.2.04.01 QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES
 6.1.1.2.04.02 FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO
 6.1.1.2.04.03 QTAS FDO INVEST. FINANC.-RENDA VARIÁVEL
 6.1.1.2.04.04 FDO APLIC. QTAS FDO INV. FINANC. RENDA VARIÁVEL
 6.1.1.2.04.05 QUOTAS FDO INV. EM EMPRESAS EMERGENTES
 6.1.1.2.05.00 TÍTULOS DE EMPRESAS
 6.1.1.2.05.01 DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS - COM PARTIC. NOS LUCROS
 6.1.1.2.05.02 DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS - COM PARTIC. NOS LUCROS
 6.1.1.2.99.00 OUTROS TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL
 6.1.1.3.00.00 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
 6.1.1.3.01.00 TERRENOS
 6.1.1.3.02.00 IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO
 6.1.1.3.03.00 EDIFICAÇÕES PARA USO PRÓPRIO
 6.1.1.3.04.00 EDIFICAÇÕES LOCADA(S) A(S) PATROCINADORA(S)
 6.1.1.3.05.00 EDIFICAÇÕES PARA RENDA
 6.1.1.3.06.00 INVESTIMENTOS EM SHOPPING CENTER
 6.1.1.3.07.00 INVESTIMENTOS EM COMPLEXO HOTELEIRO
 6.1.1.3.08.00 INVESTIMENTOS EM COMPLEXO DE ENTRETENIMENTO

6.1.1.3.09.00 INVESTIMENTOS EM COMPLEXO HOSPITALAR
6.1.1.3.10.00 ALIENAÇÕES DE IMÓVEIS
6.1.1.3.99.00 OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
6.1.1.4.00.00 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES
6.1.1.4.01.00 EMPRÉSTIMOS
6.1.1.4.02.00 FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS
6.1.1.5.00.00 OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS COM PATROCINADORA(S)
6.1.1.9.00.00 OUTROS INVESTIMENTOS
6.1.2.0.00.00 INDIRETAS
6.1.2.1.00.00 RELACIONADAS COM O DISPONÍVEL
6.1.2.9.00.00 OUTRAS
6.2.0.0.00.00 DESPESAS
6.2.1.0.00.00 DIRETAS
6.2.1.1.00.00 RENDA FIXA
6.2.1.1.01.00 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL
6.2.1.1.01.01 BÔNUS DO TESOIRO NACIONAL
6.2.1.1.01.02 NOTAS DO TESOIRO NACIONAL
6.2.1.1.01.03 LETRAS DO TESOIRO NACIONAL
6.2.1.1.01.04 LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO
6.2.1.1.01.05 QUOTAS E OBRIGAÇÕES DO FDO NAC. DE DESENVOLVIMENTO
6.2.1.1.01.06 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA
6.2.1.1.01.07 TÍTULOS DO BNDES
6.2.1.1.01.08 CERTIFICADOS DE PRIVATIZAÇÃO
6.2.1.1.01.09 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO BANCO CENTRAL
6.2.1.1.01.10 CRÉDITOS SECURITIZADOS DO TESOIRO NACIONAL
6.2.1.1.01.11 TÍTULOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
6.2.1.1.01.99 OUTROS TÍTULOS
6.2.1.1.02.00 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DOS GOVERNOS ESTADUAIS
6.2.1.1.03.00 TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DOS GOVERNOS MUNICIPAIS
6.2.1.1.04.00 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
6.2.1.1.04.01 CADERNETAS DE POUPANÇA
6.2.1.1.04.02 CÉDULAS HIPOTECÁRIAS
6.2.1.1.04.03 CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO
6.2.1.1.04.04 RECIBO DE DEPÓSITO BANCÁRIO
6.2.1.1.04.05 LETRAS DE CÂMBIO
6.2.1.1.04.06 LETRAS HIPOTECÁRIAS
6.2.1.1.04.07 LETRAS IMOBILIÁRIAS
6.2.1.1.04.08 QUOTAS FDO INVEST. FINANCEIRO-RENTA FIXA
6.2.1.1.04.09 FDO APLIC. QNTAS FDO INV. FIN.-RENTA FIXA
6.2.1.1.04.10 QUOTAS FDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR
6.2.1.1.04.11 DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS
6.2.1.1.04.12 DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS
6.2.1.1.04.13 CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS
6.2.1.1.04.99 OUTROS TÍTULOS
6.2.1.1.05.00 TÍTULOS DE EMPRESAS
6.2.1.1.05.01 OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS
6.2.1.1.05.02 DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS
6.2.1.1.05.03 DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS
6.2.1.1.05.04 NOTAS PROMISSÓRIAS DISTRIB. PÚBLICAS
6.2.1.1.05.05 CERT COMPRA/VENDA TERMO ENERGIA ELÉTRICA
6.2.1.1.05.06 CÉDULAS PIGNORATÍCIAS DE DEBÊNTURES
6.2.1.1.05.99 OUTROS TÍTULOS
6.2.1.1.06.00 INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS
6.2.1.1.06.01 CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL
6.2.1.1.06.02 NOTAS PROMISSÓRIAS RURAIS

6.2.1.1.06.03 CÉDULAS DE PRODUTO RURAL
 6.2.1.1.06.04 CERTIFICADOS DE MERCADORIAS
 6.2.1.1.06.99 OUTROS TÍTULOS E CONTRATOS AGRÍCOLAS
 6.2.1.1.99.00 OUTROS TÍTULOS DE RENDA FIXA
 6.2.1.2.00.00 RENDA VARIÁVEL
 6.2.1.2.01.00 MERCADO DE AÇÕES
 6.2.1.2.01.01 A VISTA
 6.2.1.2.01.02 A TERMO
 6.2.1.2.01.03 FUTURO
 6.2.1.2.01.04 MERCADO DE OPÇÕES
 6.2.1.2.01.05 RESGATÁVEIS
 6.2.1.2.01.06 BÔNUS SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES
 6.2.1.2.01.07 EMPRÉSTIMOS DE AÇÕES
 6.2.1.2.01.08 CERTIFICADO DE DEPÓSITO DE AÇÕES
 6.2.1.2.01.09 RECIBO DE CARTEIRA DE AÇÕES
 6.2.1.2.01.10 RECIBO DE CARTEIRA SELECIONADA DE AÇÕES TELEBRÁS
 6.2.1.2.02.00 BOLSA DE MERCADORIAS E DE FUTUROS
 6.2.1.2.02.01 MERCADORIAS
 6.2.1.2.02.02 FUTUROS
 6.2.1.2.03.00 MERCADO DE OURO
 6.2.1.2.03.01 OURO-CONTRATOS A TERMO
 6.2.1.2.03.02 OURO FÍSICO
 6.2.1.2.04.00 FUNDOS DE INVESTIMENTOS
 6.2.1.2.04.01 QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES
 6.2.1.2.04.02 FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO
 6.2.1.2.04.03 QUOTAS FDO INVEST. FINAN.-RENDA VARIÁVEL
 6.2.1.2.04.04 FDO APLIC. QTAS FDO INV. FINANC. RENDA VARIÁVEL
 6.2.1.2.04.05 QUOTAS DE FDO INV. EM EMPRESA EMERGENTES
 6.2.1.2.05.00 TÍTULOS DE EMPRESAS
 6.2.1.2.05.01 DEBÊNTURES CONVERTÍVEIS - COM PARTIC. NOS LUCROS
 6.2.1.2.05.02 DEBÊNTURES NÃO CONVERTÍVEIS - COM PARTIC. NOS LUCROS
 6.2.1.2.99.00 OUTROS TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL
 6.2.1.3.00.00 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
 6.2.1.3.01.00 TERRENOS
 6.2.1.3.02.00 IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO
 6.2.1.3.03.00 EDIFICAÇÕES PARA USO PRÓPRIO
 6.2.1.3.04.00 EDIFICAÇÕES LOCADA (S) A PATROCINADORA (S)
 6.2.1.3.05.00 EDIFICAÇÕES PARA RENDA
 6.2.1.3.06.00 INVESTIMENTOS EM SHOPPING CENTER
 6.2.1.3.07.00 INVESTIMENTOS EM COMPLEXO HOTELEIRO
 6.2.1.3.08.00 INVESTIMENTOS EM COMPLEXO DE ENTRETENIMENTO
 6.2.1.3.09.00 INVESTIMENTOS EM COMPLEXO HOSPITALAR
 6.2.1.3.10.00 ALIENAÇÕES DE IMÓVEIS
 6.2.1.3.99.00 OUTROS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
 6.2.1.4.00.00 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES
 6.2.1.4.01.00 EMPRÉSTIMOS
 6.2.1.4.02.00 FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS
 6.2.1.5.00.00 OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS COM PATROCINADORA(S)
 6.2.1.9.00.00 OUTROS INVESTIMENTOS
 6.2.2.0.00.00 INDIRETAS
 6.2.2.1.00.00 RELACIONADAS COM O DISPONÍVEL
 6.2.2.9.00.00 OUTRAS
 6.3.0.0.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS
 6.3.1.0.00.00 CRÉDITOS
 6.3.1.1.00.00 PROGRAMA PREVIDENCIAL

6.3.1.2.00.00 PROGRAMA ASSISTENCIAL
 6.3.1.3.00.00 PROGRAMA ADMINISTRATIVO
 6.3.2.0.00.00 DÉBITOS
 6.3.2.1.00.00 PROGRAMA PREVIDENCIAL
 6.3.2.2.00.00 PROGRAMA ASSISTENCIAL
 6.3.2.3.00.00 PROGRAMA ADMINISTRATIVO
 6.4.0.0.00.00 CONSTITUIÇÕES LÍQUIDAS
 6.4.2.0.00.00 FUNDOS
 6.4.3.0.00.00 CONTINGÊNCIAS
 6.7.0.0.00.00 OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS
 6.7.1.0.00.00 INCORPORAÇÃO-DISSOLUÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS
 6.7.2.0.00.00 INCORPORAÇÃO-ABSORÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS
 6.7.3.0.00.00 FUSÃO-DISSOLUÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS
 6.7.4.0.00.00 FUSÃO-ABSORÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS
 6.7.5.0.00.00 CISÃO-DISSOLUÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS
 6.7.6.0.00.00 CISÃO-ABSORÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS
 7.0.0.0.00.00 ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

ANEXO B

FUNÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS CONTAS DA PLANIFICAÇÃO CONTÁBIL PADRÃO:

Código: 1.1.1

Conta: Imediato

Função: Registrar as disponibilidades existentes em caixa e bancos.

Funcionamento:

Debitada:

Pela entrada de numerário em espécie, depósitos, documentos de compensação, cheques recebidos de terceiros e avisos de crédito bancário.

Creditada:

Pela saída de valores em espécie, cheques emitidos e avisos de débito bancário.

Código: 1.1.2

Conta : Vinculado

Função: Registrar a existência de cheques emitidos em poder da tesouraria e de remessa de numerário para outras praças.

Funcionamento:

Debitada:

Pela emissão de cheques.

Pela remessa de numerário.

Creditada:

Pela entrega de cheques.

Pela comprovação do recebimento da remessa.

Código: 1.2.1.1.01.01

Conta : Patrocinadora(s)

Função: Registrar as receitas a receber referentes às contribuições do mês em curso, previstas no plano de custeio anual.

Funcionamento:

Debitada:

Pela apropriação da receita, atendendo o princípio da competência de exercícios.

Creditada:

Pela realização do direito (recebimento) ou pela transferência para a conta 1.2.1.1.02.01

Código: 1.2.1.1.01.02

Conta : Participantes

Função: Registrar as receitas a receber referentes às contribuições do mês em curso, previstas na avaliação atuarial anual.

Funcionamento:

Debitada:

Pela apropriação da receita, atendendo o princípio da competência de exercícios.

Creditada:

Pela realização do direito (recebimento) ou pela transferência para a conta 1.2.1.1.02.02

Código: 1.2.1.1.02.01

Conta : Patrocinadora(s)

Função: Registrar as receitas a receber referentes às contribuições dos meses anteriores.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência da Conta 1.2.1.1.01.01

Pelo encargo devido no atraso do repasse das contribuições.

Pela apropriação de diferenças de contribuições de meses anteriores.

Creditada:

Pelo recebimento.

Pela transferência da parcela negociada para a conta 1.2.1.1.04 (somente após formalização obrigatória de contrato).

Código: 1.2.1.1.02.02

Conta: Participantes

Função: Registrar as receitas a receber referentes às contribuições dos meses anteriores.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência da Conta 1.2.1.1.01.02

Pelos encargos devidos no atraso do repasse das contribuições.

Pela apropriação de diferenças de contribuições de meses anteriores.

Creditada:

Pelo recebimento.

Pela transferência da parcela negociada para a conta 1.2.1.1.04 (somente após formalização obrigatória de contrato).

Código: 1.2.1.1.03.01

Conta : Patrocinadora(s)

Função: Registrar os duodécimos mensais referentes à contribuição previdencial sobre o abono anual/13º salário, previsto no plano de custeio previdencial.

Funcionamento:

Debitada:

Pela apropriação dos duodécimos mensais, referentes à contribuição sobre o abono anual/13º salário.

Creditada:

Pela transferência para a conta 1.2.1.1.01, em observância ao princípio de competência, para a realização do direito.

Código: 1.2.1.1.03.02

Conta : Participantes

Função: Registrar os duodécimos mensais referentes à contribuição previdencial sobre o abono anual/13º salário, previsto no plano de custeio previdencial.

Funcionamento:

Debitada:

Pela apropriação dos duodécimos mensais, referentes à contribuição sobre o abono anual.

Creditada:

Pela transferência, para a conta 1.2.1.1.01, em observância ao princípio de competência, para a realização do direito.

Código: 1.2.1.1.04

Conta : Contribuições Contratadas

Função: Registrar operações com a(s) patrocinadora(s) suportadas por contrato.

Funcionamento:

Debitada:

Pelo valor contratado transferido da Conta 1.2.1.1.0.2.

Pela apropriação de encargos.

Creditada:

Pelo recebimento total ou parcial.

Código: 1.2.1.1.99

Conta : Outras

Função: Registrar outras provisões e direitos a receber não previstos anteriormente.

Funcionamento:

Debitada:

Pelo reconhecimento da receita.

Creditada:

Pela realização do direito (recebimento).

Código: 1.2.1.2

Conta : Despesas Futuras

Função: Registrar a realização de despesas do Programa Previdencial que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes.

Funcionamento:

Debitada:

Pela despesa realizada.

Creditada:

Pela apropriação mensal da despesa.

Código: 1.2.1.3

Conta : Outros Realizáveis

Função: Registrar os demais direitos relativos ao Programa Previdencial.

Funcionamento:

Debitada:

Pelo direito adquirido.

Creditada:

Pela realização do direito.

Código: 1.2.2.1.01.01

Conta : Patrocinadora(s)

Função: Registrar as receitas a receber referentes às contribuições do mês em curso.

Funcionamento:

Debitada:

Pela apropriação da receita.

Creditada:

Pela realização do direito (recebimento) ou pela transferência para a conta 1.2.2.1.02.01.

Código: 1.2.2.1.01.02

Conta : Participantes

Função: Registrar as receitas a receber referentes às contribuições do mês em curso.

Funcionamento:

Debitada:

Pela apropriação da receita.

Creditada:

Pela realização do direito (recebimento) ou pela transferência para a conta 1.2.2.1.02.02

Código: 1.2.2.1.02.01

Conta : Patrocinadora(s)

Função: Registrar as receitas a receber referentes às contribuições dos meses anteriores.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência da Conta 1.2.2.1.01.01

Pelo encargo devido no atraso do repasse de contribuição.

Pela apropriação de diferenças de contribuições de meses anteriores.

Creditada:

Pela realização do direito (recebimento).

Pela transferência da parcela negociada para a conta 1.2.2.1.04 (somente após formalização obrigatória de contrato).

Código: 1.2.2.1.02.02

Conta : Participantes

Função: Registrar as receitas a receber referentes às contribuições dos meses anteriores.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência da Conta 1.2.2.1.01.02

Pelo encargo devido no atraso do repasse de contribuição.

Pela apropriação de diferenças de contribuições de meses anteriores.

Creditada:

Pela realização do direito (recebimento).

Pela transferência da parcela negociada para a conta 1.2.2.1.04 (somente após formalização obrigatória de contrato).

Código: 1.2.2.1.03.01

Conta : Patrocinadora(s)

Função: Registrar os duodécimos mensais referentes à contribuição previdencial sobre o abono anual/13º salário, previsto no plano de custeio.

Funcionamento:

Debitada:

Pela apropriação dos duodécimos mensais referentes à contribuição sobre o abono anual/13º salário.

Creditada:

Pela transferência para a conta 1.2.2.1.01, em observância ao princípio de competência, para a realização do direito.

Código: 1.2.2.1.03.02

Conta : Participantes

Função: Registrar os duodécimos mensais referentes à contribuição previdencial sobre o abono anual/13º salário, previsto no plano de custeio.

Funcionamento:

Debitada:

Pela apropriação dos duodécimos mensais referentes à contribuição sobre o abono anual/13º salário.

Creditada:

Pela transferência para a conta 1.2.2.1.01, em observância ao princípio de competência, para a realização do direito.

Código: 1.2.2.1.04

Conta: Contribuições Contratadas

Função: Registrar operações com a(s) patrocinadora(s) suportadas por contrato.

Funcionamento:

Debitada:

Pelo valor contratado transferido da Conta 1.2.2.1.0.2.

Pela apropriação de encargos.

Creditada:

Pelo recebimento total ou parcial.

Código: 1.2.2.1.99

Conta : Outras

Função: Registrar outras receitas a receber do Programa Assistencial.

Funcionamento:

Debitada:

Pelo reconhecimento da receita.

Creditada:

Pela realização do direito (recebimento).

Código: 1.2.2.2

Conta : Despesas Futuras

Função: Registrar a realização de despesas do Programa Assistencial que contribuirão para a formação de resultados de meses subseqüentes.

Funcionamento:

Debitada:

Pela despesa realizada.

Creditada:

Pela apropriação da despesa.

Código: 1.2.2.3

Conta : Outros Realizáveis

Função: Registrar os demais direitos relativos ao Programa Assistencial.

Funcionamento:

Debitada:

Pelo direito adquirido.

Creditada:

Pela realização do direito.

Código: 1.2.3.1

Conta: Receitas a Receber

Função: Registrar as receitas a receber relativas ao Programa Administrativo.

Funcionamento:

Debitada:

Pelo reconhecimento do direito adquirido.

Creditada:

Pela realização do direito (recebimento).

Código: 1.2.3.2

Conta: Despesas Futuras

Função: Registrar a realização de despesas do Programa Administrativo, que contribuirão para a formação de resultados de meses subseqüentes.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização da despesa.

Creditada:

Pela apropriação mensal da despesa.

Código: 1.2.3.3

Conta: Outros Realizáveis

Função: Registrar os demais direitos relativos ao Programa Administrativo.

Funcionamento:

Debitada:

Pelo direito adquirido.

Creditada:

Pela realização do direito (recebimento).

Código: 1.2.4.1.01

Conta : Títulos de Responsabilidade do Governo Federal

Função: Registrar os valores aplicados pela entidade em títulos do governo federal.

Funcionamento:

Debitada:

Pela aquisição do título.

Pela apropriação da atualização monetária e de rendimentos.

Pelo registro do ágio.

Pela atualização monetária do ágio.

Pela amortização do deságio ou pela sua baixa total.

Pela reversão/baixa da provisão para tributos.

Pela reversão/baixa da provisão para perdas.

Creditada:

Pela venda ou resgate do título.

Pelo registro do deságio.

Pela atualização monetária do deságio.
 Pela amortização do ágio ou pela sua baixa total.
 Pelo provisionamento de perdas.
 Pelo provisionamento de tributos.
 Pelo recebimento de rendimentos.

Código: 1.2.4.1.02

Conta : Títulos de Responsabilidade dos Governos Estaduais

Função: Registrar os valores aplicados pela entidade em títulos dos governos estaduais.

Funcionamento:

Debitada:

Pela aquisição do título.
 Pela apropriação da atualização monetária e de rendimentos.
 Pelo registro do ágio.
 Pela atualização monetária do ágio.
 Pela amortização do deságio ou pela sua baixa total.
 Pela reversão/baixa da provisão para tributos.
 Pela reversão/baixa da provisão para perdas.

Creditada:

Pela venda ou resgate do título.
 Pelo registro do deságio.
 Pela atualização monetária do deságio.
 Pela amortização do ágio ou pela sua baixa total.
 Pelo provisionamento dos tributos.
 Pelo provisionamento de perdas.
 Pelo recebimento de rendimentos.

Código: 1.2.4.1.03

Conta : Títulos de Responsabilidade dos Governos Municipais

Função: Registrar os valores aplicados pela entidade em títulos dos governos municipais.

Funcionamento:

Debitada:

Pela aquisição do título.
 Pela apropriação da atualização monetária e de rendimentos.
 Pelo registro do ágio.
 Pela atualização monetária do ágio.
 Pela amortização do deságio ou pela sua baixa total.
 Pela reversão/baixa da provisão para tributos.
 Pela reversão/baixa da provisão para perdas.

Creditada:

Pela venda ou resgate do título.
 Pelo registro do deságio.
 Pela atualização monetária do deságio.
 Pela amortização do ágio ou pela sua baixa total.
 Pelo provisionamento dos tributos.
 Pelo provisionamento de perdas.
 Pelo recebimento de rendimentos.

Código: 1.2.4.1.04

Conta : Aplicações em Instituições Financeiras

Função: Registrar os valores aplicados pela entidade em títulos de instituições financeiras.

Funcionamento:

Debitada:

Pela aquisição do título.
 Pela apropriação da atualização monetária e de rendimentos.
 Pelo registro do ágio.
 Pela atualização monetária do ágio.
 Pela amortização do deságio ou pela sua baixa total.

Pela reversão/baixa da provisão para tributos.

Pela reversão/baixa da provisão de perdas.

Creditada:

Pela venda ou resgate do título.

Pelo registro do deságio.

Pela atualização monetária do deságio.

Pela amortização do ágio ou pela sua baixa total.

Pelo provisionamento dos tributos.

Pelo provisionamento de perdas.

Pelo recebimento de rendimentos.

Código: 1.2.4.1.05

Conta : Títulos de Empresas

Função: Registrar os valores aplicados pela entidade em títulos de empresas.

Funcionamento:

Debitada:

Pela aquisição do título.

Pela apropriação da atualização monetária e de rendimentos.

Pelo registro do ágio.

Pela atualização monetária do ágio.

Pela amortização do deságio ou pela sua baixa total.

Pela reversão/baixa da provisão para tributos.

Pela reversão/baixa da provisão para perdas.

Creditada:

Pela venda ou resgate do título.

Pelo registro do deságio.

Pela atualização monetária do deságio.

Pela amortização do ágio ou pela sua baixa total.

Pelo provisionamento de perdas.

Pelo recebimento de rendimentos.

Código: 1.2.4.1.06

Conta : Investimentos Agrícolas

Função: Registrar os valores aplicados pela entidade em títulos de Investimentos Agrícolas.

Funcionamento:

Debitada:

Pela aquisição do título.

Pela apropriação da atualização monetária e de rendimentos.

Pelo registro do ágio.

Pela atualização monetária do ágio.

Pela amortização do deságio ou pela sua baixa total.

Pela reversão/baixa da provisão para tributos.

Pela reversão/baixa da provisão para perdas.

Creditada:

Pela venda ou resgate do título.

Pelo registro do deságio.

Pela atualização monetária do deságio.

Pela amortização do ágio ou pela sua baixa total.

Pelo provisionamento de perdas.

Pelo recebimento de rendimentos.

Código: 1.2.4.1.99

Conta : Outros Títulos de renda Fixa

Função: Registrar os valores aplicados pela entidade em outros títulos de Renda Fixa.

Funcionamento:

Debitada:

Pela aquisição do título.

Pela apropriação da atualização monetária e de rendimentos.

Pelo registro do ágio.

Pela atualização monetária do ágio.

Pela amortização do deságio ou pela sua baixa total.

Pela reversão/baixa da provisão para tributos.

Pela reversão/baixa da provisão para perdas.

Creditada:

Pela venda ou resgate do título.

Pelo registro do deságio.

Pela atualização monetária do deságio.

Pela amortização do ágio ou pela sua baixa total.

Pelo provisionamento de perdas.

Pelo recebimento de rendimentos.

Código: 1.2.4.2.01

Conta : Mercado de Ações

Função: Registrar os valores dos investimentos e respectivos direitos nesse mercado.

Funcionamento:

Debitada:

Pela aquisição do título.

Pela apropriação da atualização monetária e de rendimentos.

Pela variação positiva da carteira.

Pela reversão/baixa da provisão para perdas.

Pela reversão/baixa da provisão para tributos.

Creditada:

Pela venda ou resgate dos títulos.

Pela variação negativa de carteira.

Pelo provisionamento de perdas.

Pelo recebimento de rendimentos.

Pelo provisionamento dos tributos.

Código: 1.2.4.2.02

Conta : Bolsa de Mercadorias e de Futuros

Função: Registrar os valores dos investimentos e respectivos direitos nesse mercado.

Funcionamento:

Debitada:

Pela aquisição do título.

Pela apropriação da atualização monetária, dos rendimentos e direitos a receber.

Pela variação positiva da carteira.

Pela reversão/baixa da provisão para perdas.

Pela reversão/baixa da provisão para tributos.

Creditada:

Pela venda ou resgate do título.

Pela variação negativa de carteira.

Pelo provisionamento de perdas.

Pelo recebimento de rendimentos.

Pelo provisionamento dos tributos.

Código: 1.2.4.2.03

Conta : Mercado de Ouro

Função: Registrar os valores dos investimentos e respectivos direitos nesse mercado.

Funcionamento:

Debitada:

Pela aquisição do bem e/ou direito.

Pela variação positiva em relação ao valor do mercado.

Pela reversão/baixa da provisão para perdas.

Pela reversão/baixa da provisão para tributos.

Creditada:

Pela venda do bem e/ou direito.

Pela variação negativa em relação ao valor do mercado.

Pelo provisionamento de perdas.

Pelo provisionamento dos tributos.

Código: 1.2.4.2.04

Conta : Fundos de Investimentos

Função: Registrar as operações realizadas pela entidade em fundos de investimentos.

Funcionamento:

Debitada:

Pela aquisição de cotas.

Pela variação positiva.

Pela reversão/baixa da provisão para tributos.

Pela reversão/baixa da provisão para perdas.

Creditada:

Pela venda ou resgate de cotas.

Pela variação negativa.

Pelo provisionamento dos tributos.

Pelo provisionamento das perdas.

Código: 1.2.4.2.05

Conta : Títulos de Empresas

Função: Registrar as operações realizadas pela entidade em Títulos de Empresas.

Funcionamento:

Debitada

Pela aquisição do título.

Pela apropriação da atualização monetária e de rendimentos.

Pelo registro do ágio.

Pela atualização monetária do ágio.

Pela amortização do deságio ou pela sua baixa total.

Pela reversão/baixa da provisão para tributos.

Pela reversão/baixa da provisão para perdas.

Creditada:

Pela venda ou resgate do título.

Pelo registro do deságio.

Pela atualização monetária do deságio.

Pela amortização do ágio ou pela sua baixa total.

Pelo provisionamento de perdas.

Pelo recebimento de rendimentos.

Código: 1.2.4.2.99

Conta : Outros Títulos de Renda Variável

Função: Registrar as operações realizadas pela entidade em outros títulos de renda variável.

Funcionamento:

Debitada:

Pela aquisição do título.

Pela apropriação da atualização monetária e de rendimentos.

Pela reversão/baixa da provisão para tributos.

Pela reversão/baixa da provisão para perdas.

Creditada:

Pela venda ou resgate do título.

Pelo provisionamento dos tributos.

Pelo provisionamento das perdas.

Código: 1.2.4.3

Conta : Investimentos Imobiliários

Função: Registrar os valores dos investimentos e respectivos direitos nesse mercado.

Funcionamento:

Debitada:

Pela aquisição de bem, direito ou título.

Pela apropriação da atualização monetária, dos rendimentos e direitos a receber.

Pela variação positiva decorrente de reavaliação.

Pelo valor correspondente a uma rentabilidade prevista no contrato (não pode ser inferior à taxa mínima atuarial) sobre o valor dos imóveis em construção.

Pelo rendimento de bens ou títulos.

Pela baixa da depreciação e amortização nas alienações ou qualquer outro tipo de baixa.

Pelos aluguéis a receber.

Pelos direitos a receber nas alienações.

Pela atualização dos direitos a receber nas alienações.

Creditada:

Pela alienação do bem.

Pela variação negativa decorrente de reavaliação.

Pelo recebimento de rendimentos.

Pelo recebimento de aluguéis.

Pela atualização monetária da depreciação ou amortização.

Pelo recebimento de parcelas de direitos nas alienações.

Pela depreciação ou amortização.

Código: 1.2.4.3.99

Conta : Outros Investimentos Imobiliários

Função: Registrar as operações realizadas pela entidade em outros Investimentos Imobiliários.

Funcionamento:

Debitada:

Pela aquisição de bem, direito ou título.

Pela apropriação da atualização monetária, dos rendimentos e direitos a receber.

Pela variação positiva decorrente de reavaliação.

Pelo valor correspondente a uma rentabilidade prevista no contrato (não pode ser inferior à taxa mínima atuarial)

sobre o valor dos imóveis em construção.

Pelo rendimento de bens ou títulos.

Pela baixa da depreciação e amortização nas alienações ou qualquer outro tipo de baixa.

Pelos aluguéis a receber.

Pelos direitos a receber nas alienações.

Pela atualização dos direitos a receber nas alienações.

Creditada:

Pela alienação do bem.

Pela variação negativa decorrente de reavaliação.

Pelo recebimento de rendimentos.

Pelo recebimento de aluguéis.

Pela atualização monetária da depreciação ou amortização.

Pelo recebimento de parcelas de direitos nas alienações.

Pela depreciação ou amortização.

Código: 1.2.4.4

Conta : Operações com Participantes

Função: Registrar os empréstimos e financiamentos aos participantes.

Funcionamento:

Debitada:

Pela entrega do numerário (dinheiro, cheque ou crédito em Conta) ao participante.

Pela apropriação de encargo cobrado do participante.

Pela baixa da provisão ou reversão por perdas.

Creditada:

Pelo recebimento de prestação.

Pela liquidação antecipada da dívida.

Pela baixa por morte ou inadimplência.

Pelo provisionamento para perdas.

Código: 1.2.4.5

Conta : Operações de Empréstimos com Patrocinadora(s)

Função: Registrar as operações de empréstimos, suportadas por contrato, com a(s) patrocinadora(s).

Funcionamento:

Debitada:

Pelo valor contratado.

Pela apropriação de encargos.

Creditada:

Pelo recebimento total ou parcial.

Código: 1.2.4.9

Conta : Outros Investimentos

Função: Registrar as aplicações em outras modalidades de investimentos.

Funcionamento:

Debitada:

Pelo valor aplicado.

Pela apropriação de acréscimos.

Creditada:

Pela venda, resgate ou recebimento.

Código: 1.3.1.0

Conta : Imobilizado

Função: Registrar a aquisição de bens e direitos necessários à operação da entidade.

Funcionamento:

Debitada:

Pelo valor da aquisição.

Pela apropriação dos acréscimos.

Pela baixa da depreciação e amortização nas alienações ou qualquer outro tipo de baixa.

Creditada:

Pela baixa ou alienação.

Pela apropriação de depreciação ou amortização.

Pela atualização monetária da depreciação ou amortização.

Código: 1.3.2.0

Conta : Diferido

Função: Registrar as aplicações de recursos oriundos do Fundo Administrativo, em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização da despesa.

Pela apropriação de acréscimos.

Creditada:

Pela amortização.

Código: 2.1.1.1

Conta : Despesas a Pagar

Função: Registrar as despesas a pagar relativas ao Programa Previdencial, inclusive as provisões do abono anual.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo compromisso assumido.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.1.2

Conta : Receitas Futuras

Função: Registrar as receitas do Programa Previdencial que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo recebimento ou provisionamento.

Debitada:

Pela apropriação da receita.

Código: 2.1.1.3

Conta : Outras Exigibilidades

Função: Registrar os demais compromissos assumidos pela entidade relativos ao Programa Previdencial.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo compromisso assumido.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.2.1

Conta : Despesas a Pagar

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade relativos ao Programa Assistencial, inclusive as provisões do abono anual.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo compromisso assumido.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.2.2

Conta : Receitas Futuras

Função: Registrar as receitas do Programa Assistencial que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo recebimento ou provisionamento.

Debitada:

Pela apropriação da receita.

Código: 2.1.2.3

Conta : Outras Exigibilidades

Função: Registrar os demais compromissos assumidos pela entidade relativos ao Programa Assistencial.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo compromisso assumido.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.3.1

Conta: Despesas a Pagar

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade relativos ao Programa Administrativo.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo compromisso assumido.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.3.2

Conta: Receitas Futuras

Função: Registrar as receitas do Programa Administrativo, que contribuirão para a formação de resultado de meses subsequentes.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo recebimento ou provisionamento.

Debitada:

Pela apropriação da receita.

Código: 2.1.3.3

Conta: Outras Exigibilidades

Função: Registrar os demais compromissos assumidos pela entidade relativos ao Programa Administrativo.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo compromisso assumido.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.1.01

Conta : Títulos de Responsabilidade do Governo Federal

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade em operações com títulos do governo federal.

Funcionamento:

Creditada:

Pela aquisição do título a prazo.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.1.02

Conta : Títulos de Responsabilidade dos Governos Estaduais

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade em operações com títulos dos governos estaduais.

Funcionamento:

Creditada:

Pela aquisição do título a prazo.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.1.03

Conta : Títulos de Responsabilidade dos Governos Municipais

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade em operações com títulos dos governos municipais.

Funcionamento:

Creditada:

Pela aquisição do título a prazo.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.1.04

Conta : Aplicações em Instituições Financeiras

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade em operações com aplicações em instituições financeiras.

Funcionamento:

Creditada:

Pela aplicação a prazo.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.1.05

Conta : Títulos de Empresas

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade em operações com títulos emitidos por empresas.

Funcionamento:

Creditada:

Pela aquisição do título a prazo.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.1.06

Conta : Investimentos Agrícolas

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade em operações com títulos de Investimentos Agrícolas.

Funcionamento:

Creditada:

Pela aquisição do título a prazo.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.1.99

Conta : Outros Títulos de Renda Fixa

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade em operações com outros títulos de Renda Fixa.

Funcionamento:

Creditada:

Pela aquisição do título a prazo.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.2.01

Conta : Mercado de Ações

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade referentes a aquisição de ações.

Funcionamento:

Creditada:

Pela aquisição da ação a prazo.

Debitada:

Pelo pagamento da ação adquirida a prazo.

Código: 2.1.4.2.02

Conta : Bolsa de Mercadorias e de Futuros

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade em operações na bolsa de mercadorias e de futuros.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo compromisso assumido.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.2.03

Conta : Mercado de Ouro

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade em operações no mercado de ouro.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo compromisso assumido.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.2.04

Conta : Fundos de Investimentos

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade em operações em fundos de investimentos.

Funcionamento:

Creditada:

Pela aplicação a prazo.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.2.05

Conta : Títulos de Empresas

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade em operações com Títulos de Empresas.

Funcionamento:

Creditada:

Pela aplicação a prazo.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.2.99

Conta : Outros Títulos de Renda Variável

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade em operações com outros títulos de renda variável.

Funcionamento:

Creditada:

Pela aplicação a prazo.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.3

Conta : Investimentos Imobiliários

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade em operações de investimentos imobiliários.

Funcionamento:

Creditada:

Pela aquisição a prazo.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.3.99

Conta : Outros Investimentos Imobiliários

Função: Registrar os compromissos assumidos pela entidade em operações com outros Investimentos Imobiliários.

Funcionamento:

Creditada:

Pela aquisição a prazo.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.4

Conta : Operações com Participantes

Função: Registrar o compromisso assumido pela entidade com a concessão de empréstimos e financiamentos a participantes.

Funcionamento:

Creditada:

Pela autorização da concessão.

Debitada:

Pela efetivação financeira de concessão.

Código: 2.1.4.5

Conta : Operações de Empréstimos com Patrocinadora(s)

Função: Registrar o compromisso assumido pela entidade com a concessão de empréstimos à(s) patrocinadora(s).

Funcionamento:

Creditada:

Pela assinatura do contrato de empréstimo.

Pelo recebimento do numerário.

Debitada:

Pela liquidação parcial ou total do empréstimo.

Código: 2.1.4.6

Conta : Relacionadas com o Disponível

Função: Registrar o saldo negativo das contas correntes bancárias, até sua regularização.

Funcionamento:

Creditada:

Pela transferência do saldo negativo de Conta corrente bancária e encargos atinentes.

Debitada:

Pela regularização do saldo negativo de Conta Corrente Bancária.

Código: 2.1.4.7

Conta : Outras Obrigações

Função: Registrar o compromisso assumido pela entidade decorrente de julgamentos judicial ou de processos administrativos desfavoráveis, que resultaram em parcelamento de débitos.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo compromisso assumido.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.1.4.9

Conta : Outros Investimentos

Função: Registrar o compromisso assumido pela entidade em operações com outras modalidades de investimentos.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo compromisso assumido.

Debitada:

Pelo pagamento.

Código: 2.2.1

Conta : Programa Previdencial

Função: Registrar a ocorrência de fatos nas áreas administrativas, trabalhistas e fiscais, oriundos de interpretações divergentes, que merecerão decisões futuras e que poderão ou não gerar desembolso pela Entidade.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo reconhecimento da contingência.

Debitada:

Pelo pagamento ou pela reversão da contingência.

Código: 2.2.2

Conta : Programa Assistencial

Função: Registrar a ocorrência de fatos nas áreas administrativas, trabalhistas e fiscais, oriundos de interpretações divergentes, que merecerão decisões futuras e que poderão ou não gerar desembolso pela Entidade.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo reconhecimento da contingência.

Debitada:

Pelo pagamento ou pela reversão da contingência.

Código: 2.2.3.0

Conta: Programa Administrativo

Função: Registrar a ocorrência de fatos nas áreas administrativas, trabalhistas e fiscais, oriundos de interpretações divergentes, que merecerão decisões futuras e que poderão ou não gerar desembolso pela entidade.

Funcionamento:

Creditada:

Pelo reconhecimento da contingência

Debitada:

Pelo pagamento ou pela reversão da contingência.

Código: 2.2.4

Conta : Programa de Investimentos

Função: Registrar a ocorrência de fatos nas áreas administrativas, trabalhistas e fiscais, oriundos de

interpretações divergentes, que merecerão decisões futuras e que poderão ou não gerar desembolso pela Entidade.

Funcionamento:

Creditada:

Pela reconhecimento da contingência.

Debitada:

Pelo pagamento ou pela reversão da contingência.

Código: 2.3.1.1.01

Conta : Benefícios do Plano

Função: Registrar, de acordo com a Nota Técnica Atuarial, o valor atual dos benefícios a serem pagos pela Entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada (valor líquido, ou seja, avaliado excluindo-se as contribuições desses participantes e beneficiários).

Funcionamento:

Creditada:

Pela constituição.

Debitada:

Pela reversão.

Código: 2.3.1.1.02

Conta : (-) Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios

Função: Registrar, de acordo com a Nota Técnica Atuarial, o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a receber das patrocinadoras, incidentes sobre os benefícios a serem pagos pela Entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada. O valor desta conta será nulo sempre que o plano de custeio vigente não prever contribuições da patrocinadora para financiar os benefícios já em fase de pagamento pelo plano.

Funcionamento:

Debitada:

Pela constituição.

Creditada:

Pela reversão.

Código: 2.3.1.1.03

Conta : (-) Outras Contribuições da Geração Atual

Função: Registrar, de acordo com a Nota Técnica Atuarial, o valor atual das contribuições futuras com prazo de vigência indeterminado, a receber das patrocinadoras e dos integrantes da Geração Atual ainda não em gozo de benefício de prestação continuada, destinado a financiar benefícios já em fase de pagamento, excluídas tanto as contribuições já consideradas nas sub-Contas 2.3.1.1.01 - Benefício do Plano e 2.3.1.1.02 - Contribuições das Patrocinadoras sobre Benefícios da Geração Atual, quanto as contribuições cujos recebimentos dependam do ingresso de novos participantes nos Planos (ou de novos empregados nas Patrocinadoras). O valor desta conta será nulo sempre que a constituição do valor atual dos benefícios, já em fase de pagamento pelo Plano, dependa tão somente de contribuições dos participantes e da patrocinadora incidentes sobre o valor dos benefícios ou não dependa mais de qualquer contribuição futura.

Funcionamento:

Debitada:

Pela constituição.

Creditada:

Pela reversão.

Código: 2.3.1.1.04

Conta : (-) Outras Contribuições das Gerações Futuras

Função: Registrar, de acordo com a Nota Técnica Atuarial, o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a receber das patrocinadoras e dos integrantes das Gerações Futuras, destinado a financiar benefícios já em fase de pagamento, incluídas tão somente as contribuições cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nos Planos (ou de novos empregados nas patrocinadoras). O valor desta conta será nulo sempre que a constituição do valor dos benefícios, já em fase de pagamento pelo Plano, dependa tão somente de contribuições dos participantes

e das patrocinadoras incidentes sobre o valor dos benefícios ou não dependa mais de qualquer contribuição futura.

Funcionamento:

Debitada:

Pela constituição.

Creditada:

Pela reversão.

Código: 2.3.1.2.01

Conta : Benefícios do Plano com a Geração Atual

Função: Registrar, de acordo com a Nota Técnica Atuarial e com o tipo de Plano (Contribuição Definida ou Benefício Definido), o seguinte:

Contribuição Definida: a totalidade dos saldos efetivamente acumulados nas contas previdenciárias de participantes, que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.

Benefício Definido: o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da Geração Atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, avaliado de acordo com a Nota Técnica Atuarial, líquido do valor atual das contribuições futuras por eles devidas quando do recebimento dos referidos benefícios.

Compete ao atuário responsável, dentro da Avaliação Atuarial das Reservas Matemáticas, enquadrar os Benefícios do Plano como sendo do tipo Benefício Definido ou do tipo Contribuição Definida, podendo, considerando as características do Plano, enquadrar parte dos Benefícios como do tipo Benefício Definido ou parte como Contribuição Definida.

Funcionamento:

Creditada:

Pela constituição

Debitada:

Pela reversão.

Código: 2.3.1.2.02

Conta : (-) Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios da Geração Atual

Função: Registrar de acordo com a Nota Técnica Atuarial, exclusivamente para os Planos de Benefício Definido, o valor atual das contribuições futuras, a receber das patrocinadoras, incidentes sobre os benefícios a serem pagos aos integrantes da Geração Atual quando estiverem em gozo de benefício de prestação continuada.

Funcionamento:

Debitada:

Pela constituição.

Creditada:

Pela reversão.

Código: 2.3.1.2.03

Conta: (-) Outras Contribuições da Geração Atual

Função: Registrar de acordo com a Nota Técnica Atuarial, exclusivamente para os Planos de Benefício Definido, o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras e pelos integrantes da Geração Atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesses Planos (ou de novos empregados nas patrocinadoras), bem como, as contribuições a serem recolhidas tanto pelos integrantes da Geração Atual durante o período de percepção do benefício, quanto pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos a esses integrantes.

Funcionamento:

Debitada:

Pela constituição.

Creditada:

Pela reversão.

Código: 2.3.1.2.04

Conta: Benefícios do Plano com as Gerações Futuras

Função: Registrar de acordo com a Nota Técnica Atuarial, exclusivamente para os Planos de Benefício Definido, o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes das Gerações Futuras, líquido do valor atual das contribuições futuras por eles devidas quando do recebimento do benefício.

Funcionamento:

Creditada:

Pela constituição.

Debitada:

Pela reversão.

Código: 2.3.1.2.05

Conta : (-) Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios das Gerações Futuras

Função: Registrar de acordo com a Nota Técnica Atuarial, exclusivamente para os Planos de Benefício Definido, o valor das contribuições futuras a receber das patrocinadoras, incidentes sobre os benefícios a serem pagos aos integrantes das Gerações Futuras quando estiverem em gozo de benefício de prestação continuada.

Funcionamento:

Debitada:

Pela constituição.

Creditada:

Pela reversão.

Código: 2.3.1.2.06

Conta : (-) Outras Contribuições das Gerações Futuras

Função: Registrar de acordo com a Nota Técnica Atuarial, exclusivamente para os Planos de Benefício Definido, o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras e pelos integrantes das Gerações Futuras, incluindo-se tão somente as contribuições cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesses Planos (ou de novos empregados nas patrocinadoras) e que não se refiram tanto a contribuições a serem recolhidas pelos integrantes das Gerações Futuras, durante o período de percepção do benefício, quanto pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos a esses integrantes.

Funcionamento:

Debitada:

Pela constituição.

Creditada:

Pela reversão.

Código: 2.3.1.3.01

Conta : (-) Pelas Contribuições Especiais Vigentes

Função: Registrar de acordo com a Nota Técnica Atuarial, o valor atual das contribuições especiais futuras já vigentes no mês a que se referirem os valores Contabilizados como Reserva a Amortizar.

Funcionamento:

Debitada:

Pela constituição.

Creditada:

Pela reversão.

Código: 2.3.1.3.02

Conta : Por Ajustes das Contribuições Especiais Vigentes

Função: Registrar de acordo com a Nota Técnica Atuarial, a diferença entre o valor atual das novas contribuições especiais futuras, aprovadas de acordo com o Estatuto da Entidade e com a legislação vigentes para vigorarem imediatamente, subsequentes aos que se referirem os valores Contabilizados como Reserva a Amortizar e o valor atual das contribuições especiais futuras já vigentes na data da avaliação atuarial.

Funcionamento:

Creditada:

Pela constituição.

Debitada:

Pela reversão.

Código: 2.3.2.1.01.01

Conta : Reserva de Contingência

Função: Registrar o excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, até o limite de 25% do total das Reservas Matemáticas.

Funcionamento:

Creditada:

Pela transferência da Reserva de Contingência do Exercício Atual e/ou reclassificação da Reserva de Ajuste do Plano - Exercício Anterior.

Debitada:

Pela reversão da reserva e/ou pela reclassificação para a Reserva de Ajuste do Plano - Exercício Anterior.

Código: 2.3.2.1.01.02

Conta : Reserva para Ajuste do Plano

Função: Registrar o excedente patrimonial em relação aos compromissos totais no que superar os 25% do total das Reservas Matemáticas.

Funcionamento:

Creditada:

Pela transferência da Reserva de Contingência de Exercício Atual e/ou reclassificação da Reserva de Contingência - Exercício Anterior.

Debitada:

Pela reversão da reserva e/ou pela reclassificação para a Reserva de Contingência - Exercício Anterior.

Código: 2.3.2.1.01.03

Conta : Fundo de Oscilação de Riscos Dec. 606/92

Função: Registrar o excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, no que superar os 25% do total das Reservas Matemáticas.

Funcionamento:

Creditada:

Pela Transferência de Reserva de Contingência do Exercício Atual e/ou reclassificação para a conta Reserva de

Contingência – Exercício Anterior.

Debitada:

Pela reversão da reserva e/ou reclassificação para a conta Reserva de Contingência – Exercício Anterior.

Código: 2.3.2.1.02

Conta : (-) Déficit Técnico

Função: Registrar a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência do Déficit Técnico do exercício atual e/ou pela atualização monetária do saldo remanescente.

Creditada:

Pela reversão.

Código: 2.3.2.2.01.01

Conta : Reserva de Contingência

Função: Registrar o excedente patrimonial aos compromissos totais até o limite de 25% do total das Reservas

Matemáticas, deduzindo o saldo já constituído até o exercício anterior, conforme conta contábil 2.3.2.1.01.01.

Funcionamento:

Creditada:

Pela constituição.

Debitada:

Pela reversão e/ou transferência para Reserva de Contingência do Exercício Anterior.

Código: 2.3.2.2.01.02

Conta : Reserva para Ajuste do Plano

Função: Registrar o excedente patrimonial em relação aos compromissos totais que superar 25% do total das

Reservas Matemáticas, deduzindo os valores já Contabilizados em Reserva de Contingência - Exercício Anterior,

Reservas para Ajuste do Plano - Exercício Anterior e Reserva de Contingência - Exercício Atual.

Funcionamento:

Creditada:

Pela constituição.

Debitada:

Pela reversão e/ou transferência para Reserva de Ajuste do Plano - Exercício Anterior.

Código: 2.3.2.2.01.03

Conta: Fundo de Oscilação de Riscos Decreto 606/92

Função: Registrar o excedente patrimonial em relação aos compromissos totais que superar 25% do total das

Reservas Matemáticas, deduzindo os valores já contabilizados em Reserva de contingência Exercício Anterior.

Funcionamento:

Creditada:

Pela Constituição.

Debitada:

Pela reversão e/ou transferência para Fundo de Oscilação de Riscos – Dec. 606/92 – Exercício Anterior.

Código: 2.3.2.2.02

Conta : (-) Déficit Técnico

Função: Registrar a insuficiência patrimonial no exercício atual em relação aos compromissos totais.

Funcionamento:

Debitada:

Pela constituição.

Creditada:

Pela reversão e/ou transferência para Déficit Técnico do Exercício Anterior.

Código: 2.4.1

Conta : Programa Previdencial

Função: Registrar os fundos constituídos para atender ao Programa Previdencial.

Funcionamento:

Creditada:

Pela constituição.

Debitada:

Pela reversão.

Código: 2.4.2

Conta : Programa Assistencial

Função: Registrar os fundos constituídos com sobras do Programa Assistencial.

Funcionamento:

Creditada:

Pela constituição.

Debitada:

Pela reversão.

Código: 2.4.3

Conta: Programa Administrativo

Função: Registrar os fundos constituídos com sobras do Programa Administrativo.

Funcionamento:

Creditada:

Pela Constituição.

Debitada:

Pela reversão.

Código: 2.4.4

Conta : Programa de Investimentos

Função: Registrar os fundos constituídos para atender ao Programa de Investimentos.

Funcionamento:

Creditada:

Pela constituição.

Debitada:

Pela reversão.

Código: 3.1.1.1.01

Conta : Contribuições Normais

Função: Registrar as receitas oriundas da(s) patrocinadora(s), referentes ao custeio normal do plano de benefícios previstas na avaliação atuarial anual.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.1.1.1.02

Conta : Contribuições Amortizantes

Função: Registrar as receitas amortizantes oriundas da(s) patrocinadora(s), referentes a Serviço Passado e/ou Déficits Técnicos previstas na avaliação atuarial anual

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.1.1.2.01

Conta : Contribuições Normais

Função: Registrar as receitas oriundas dos participantes, referentes ao custeio normal do plano de benefícios previstas na Avaliação Atuarial.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.1.1.2.02

Conta : Contribuições Amortizantes

Função: Registrar as receitas amortizantes oriundas dos participantes, referentes a Serviço Passado e/ou Déficits Técnicos previstos na avaliação atuarial anual.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.1.1.3

Conta : Provisões

Função: Registrar o provisionamento de Receitas do Programa Previdencial, em observância ao regime de competência.

Funcionamento:

Creditada:

Pela apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.1.1.4

Conta : Remuneração das Contribuições em Atraso

Função: Registrar os encargos devidos pela(s) Patrocinadora(s) no atraso de repasse das contribuições mensais.

Funcionamento:

Creditada:

Pela apropriação mensal do encargo debitado ao Realizável com à(s) patrocinadora(s).

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.1.1.5

Conta : Remuneração das Contribuições Contratadas

Função: Registrar os encargos e os acréscimos legais devidos pela(s) Patrocinadora(s), definidos em contrato de dívida, referentes ao inadimplemento das contribuições previdenciais.

Funcionamento:

Creditada:

Pela apropriação dos encargos e dos acréscimos legais, definidos na contratação da dívida da(s) patrocinadora(s).

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.1.1.9

Conta : Outras

Função: Registrar as outras receitas correntes do Programa Previdencial.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada :

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.1.4

Conta : Eventuais

Função: Registrar as receitas de ocorrência não sistemática do Programa Previdencial.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada :

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.2.1

Conta : Benefícios de Renda Continuada

Função: Registrar as despesas com benefícios de pagamento continuado do Programa Previdencial.

Funcionamento:

Debitada

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.2.2

Conta : Benefícios de Pagamento Único

Função: Registrar as despesas com benefícios de pagamento único do Programa Previdencial.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.2.3

Conta : Outras

Função: Registrar outras despesas do Programa Previdencial não contempladas anteriormente.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.3.1.2

Conta: Programa Assistencial

Função: Registrar a transferência de recursos oriundos do Programa Assistencial.

Funcionamento:

Creditada:

Pela transferência de recursos oriundos do Programa Assistencial

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.3.1.3

Conta: Programa Administrativo

Função: Registrar a transferência de recursos oriundos do Programa Administrativo.

Funcionamento:

Creditada:

Pela transferência de recursos oriundos do Programa Administrativo.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.3.1.4

Conta: Programa de Investimentos.

Função: Registrar a transferência de recursos oriundos do Programa de Investimentos, decorrentes do resultado positivo dos Investimentos, observada a participação do Programa Previdencial no montante aplicado.

Funcionamento:

Creditada:

Pela transferência de recursos oriundos do Programa de Investimentos.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.3.2.2

Conta: Programa Assistencial

Função: Registrar a transferência de recursos do Programa Previdencial para o Programa Assistencial, com base na Resolução nº 10, de 22/09/95, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência de recursos do Programa Previdencial para o Programa Assistencial.

Creditada:

Pela transferência para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.3.2.3

Conta: Programa Administrativo

Função: Registrar a transferência de recursos do Programa Previdencial para o custeio administrativo com base no plano de custeio anual ou o reembolso das despesas administrativas incorridas coberta(s) pela(s) patrocinadora(s).

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência de recursos do Programa Previdencial para o Programa Administrativo.

Creditada:

Pela transferência para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.3.2.4

Conta: Programa de Investimentos

Função: Registrar a transferência de recursos ao Programa de Investimentos referentes a participação do

Programa Previdencial no resultado negativo daquele Programa.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência de recursos do Programa Previdencial para o Programa de Investimentos.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 3.4.1

Conta: Reservas Matemáticas

Função: Registrar as variações das Reservas Matemáticas de acordo com os cálculos atuariais.

Funcionamento:

Debitada:

Pela constituição ou acréscimo das Reservas Matemáticas e pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo credor.

Creditada:

Pela reversão das Reservas Matemáticas e/ou pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo devedor.

Código: 3.4.2

Conta : Fundos

Função: Registrar a constituição e as variações dos fundos do programa.

Funcionamento:

Debitada:

Pela constituição ou acréscimo.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo credor.

Creditada:

Pela reversão.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo devedor.

Código: 3.4.3

Conta : Contingências

Função: Registrar as provisões contingências, bem como as variações quanto a atualização monetária e encargos legais das contingências relacionadas a fatos nas áreas previdencial e fiscal, oriundos de interpretações divergentes, que merecerão decisões futuras e que poderão ou não gerar desembolso pela Entidade.

Funcionamento:

Debitada:

Pelo registro das provisões contingências.

Pelos acréscimos legais.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo credor.

Creditada:

Pela reversão.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo devedor.

Código: 3.5

Conta : Atualização/ Reversão dos Resultados de Exercícios Anteriores

Função: Registrar a atualização monetária do resultado obtido até o exercício anterior, a reversão do Superávit ou Déficit de exercícios anteriores com a finalidade de abater Déficits ou Superávits do exercício atual no encerramento do exercício, bem como, de transferir o recurso para o Programa Assistencial conforme a Resolução nº 10 de, 22/09/95, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, após autorização da SPC.

Funcionamento:

Debitada:

Pela atualização monetária do Superávit dos Exercícios Anteriores.

Pela reversão. do Déficit Técnico dos Exercícios Anteriores.

Pela transferência para a conta “ Encerramento do Exercício“, quando apresentar saldo credor.

Creditada:

Pela atualização monetária do Déficit Técnico - Exercício Anterior.

Pela reversão. do superávit do exercício anterior e/ou Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo devedor.

Código: 3.6

Conta : Destinação do Resultado do Exercício

Função: Registrar a constituição de resultados obtidos no exercício atual.

Funcionamento:

Debitada:

Pela formação do Superávit Técnico.

Pela reversão do Déficit Técnico e/ou pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo credor.

Creditada:

Pela reversão do Superávit Técnico.

Pela formação do Déficit Técnico e/ou pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo devedor.

Código: 3.7.1

Conta: Incorporação - Dissolução da Entidade

Função: Registrar a dissolução da entidade, transferindo os saldos dos elementos patrimoniais para a entidade incorporadora, com exceção das Reservas Técnicas e dos Fundos (2.4.1 – Programa Previdencial) que deverão ser revertidos nas respectivas contas que originaram suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência do ativo do patrimônio previdencial para a entidade incorporadora, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio.

Creditada:

Pela transferência do passivo do patrimônio previdencial para a entidade incorporadora, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Código: 3.7.2

Conta: Incorporação - Absorção da Entidade

Função: Registrar a absorção da entidade, fazendo os registros em separado quando houver necessidade de segregação dos elementos do Ativo e/ou do Passivo. As Reservas Técnicas e os Fundos (2.4.1. – Programa Previdencial) deverão ser constituídos utilizando-se as contas destinadas às suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela absorção do passivo do patrimônio previdencial que se transferiu da entidade incorporada, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Creditada:

Pela absorção do ativo do patrimônio previdencial que se transferiu da entidade incorporada, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio, alocando-os em contas de mesma natureza.

Código: 3.7.3

Conta: Fusão - Dissolução da Entidade

Função: Registrar a dissolução da entidade, transferindo os saldos dos elementos patrimoniais para a nova entidade, com exceção das Reservas Técnicas e dos Fundos (2.4.1 – Programa Previdencial), que deverão ser revertidos nas respectivas contas que originaram suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência do ativo do patrimônio previdencial para a nova entidade, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio.

Creditada:

Pela transferência do passivo do patrimônio previdencial para a nova entidade, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Código: 3.7.4

Conta: Fusão - Absorção da Entidade

Função: Registrar a absorção da entidade, fazendo os registros em separado quando houver necessidade de segregação dos elementos do Ativo e/ou Passivo. As Reservas Técnicas e os Fundos (2.4.1 – Programa Previdencial), que deverão ser constituídos utilizando-se as contas destinadas às suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela absorção do passivo do patrimônio previdencial que se transferiu da entidade fusionada, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Creditada:

Pela absorção do ativo do patrimônio previdencial que se transferiu da entidade fusionada, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio, alocando-os em contas de mesma natureza.

Código: 3.7.5

Conta: Cisão - Dissolução da Entidade

Função: Registrar a dissolução total ou parcial da entidade, transferindo os saldos dos elementos patrimoniais para a entidade sucessora, com exceção das Reservas Técnicas e dos Fundos (2.4.1 – Programa Previdencial), que deverão ser revertidos nas respectivas contas que originaram suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência do ativo do patrimônio previdencial para a entidade sucessora, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio.

Creditada:

Pela transferência do passivo do patrimônio previdencial para a entidade sucessora, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Código: 3.7.6

Conta: Cisão - Absorção da Entidade

Função: Registrar a absorção total ou parcial da entidade, fazendo os registros em separado quando houver necessidade de segregação dos elementos do Ativo e/ou do Passivo. As Reservas Técnicas e o Fundos (2.4.1 – Programa Previdencial), que deverão ser constituídos utilizando-se as contas destinadas às suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela absorção do passivo do patrimônio previdencial que se transferiu da entidade cindida, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Creditada:

Pela absorção do ativo do patrimônio previdencial que se transferiu da entidade cindida, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio, alocando-os em contas de mesma natureza.

Código: 4.1.1.1

Conta : Patrocinadora(s)

Função: Registrar as receitas correntes oriundas das contribuições da(s) patrocinadora(s) para Programa

Assistencial.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.1.1.2

Conta : Participante(s)

Função: Registrar as receitas de ocorrência sistemática referentes às contribuições oriundas dos participantes para o Programa Assistencial.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.1.1.3

Conta: Provisões

Função: Registrar o provisionamento de Receitas do Programa Assistencial, em observância do regime de competência.

Funcionamento:

Creditada:

Pela apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.1.1.4

Conta : Remuneração das Contribuições em Atraso

Função: Registrar os encargos devido pela(s) Patrocinadora(s) no atraso do repasse das contribuições mensais.

Funcionamento:

Creditada:

Pela apropriação de encargo mensal debitado à(s) Patrocinadora(s).

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.1.1.5

Conta : Remuneração das Contribuições Contratadas

Função: Registrar os encargos e acréscimo legais devidos pela(s) Patrocinadora(s), definidos em contrato de dívida, referentes ao inadimplemento das contribuições para o Programa Assistencial.

Funcionamento:

Creditada:

Pela apropriação dos encargos e acréscimos legais, definidos na contratação da dívida da(s) Patrocinadora(s).

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.1.1.9

Conta: Outras

Função: Registrar outras receitas do Programa Assistencial.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.1.4

Conta: Eventuais

Função: Registrar eventuais receitas do Programa Assistencial.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.2.1.1

Conta: Benefícios de Assistência à Saúde

Função: Registrar as despesas sistemáticas com benefícios de assistência médica, hospitalar, odontológica, apoio psicológico, medicamentos, etc.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.2.1.2

Conta: Benefícios de Assistência Financeira

Função: Registrar as despesas com benefícios de assistência financeira de caráter exclusivamente assistencial.

Funcionamento:

Debitada:

Pela apropriação ou realização das despesas.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.2.1.3

Conta: Benefícios de Assistência Social

Função: Registrar as despesas com benefícios de caráter social, tais como: programa de creche, alimentação, bolsa de estudos e outros.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.2.1.9

Conta: Outras

Função: Registrar outras despesas do Programa Assistencial.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.2.4

Conta: Eventuais

Função: Registrar eventuais despesas do Programa Assistencial.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.3.1.1

Conta: Programa Previdencial

Função: Registrar a transferência de recursos advindos do Programa Previdencial, com base na Resolução nº 10 de 22/09/95, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

Funcionamento:

Creditada:

Pela transferência do recurso do Programa Previdencial para o Programa Assistencial.

Debitada:

Pela transferência para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.3.1.3

Conta: Programa Administrativo

Função: Registrar a transferência de recursos oriundos do Programa Administrativo para o Programa Assistencial, referente a reversão do Fundo Administrativo Assistencial

Funcionamento:

Creditada:

Pela transferência de recursos do Programa Administrativo para o Programa Assistencial.

Debitada:

Pela transferência para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.3.1.4

Conta: Programa de Investimentos

Função: Registrar a transferência de recursos oriundos do Programa de Investimentos referentes a participação do

Programa Assistencial no resultado positivo do daquele Programa.

Funcionamento:

Creditada:

Pela transferência de recursos do Programa de Investimentos para o Programa Assistencial.

Debitada:

Pela transferência para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.3.2.1

Conta: Programa Previdencial.

Função: Registrar a transferência de recursos oriundos do Programa Assistencial para o Programa Previdencial.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência de recursos do Programa Assistencial para o Programa Previdencial.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.3.2.3

Conta: Programa Administrativo.

Função: Registrar a transferência de recursos oriundos do Programa Assistencial para o Programa Administrativo com a finalidade de custeio administrativo.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência de recursos do Programa Assistencial para o Programa Administrativo

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.3.2.4

Conta: Programa de Investimentos.

Função: Registrar a transferência de recursos ao Programa de Investimentos referentes à participação do

Programa Assistencial no resultado negativo daquele Programa.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência de recursos do Programa Assistencial para o Programa de Investimentos.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 4.4.2

Conta : Fundos

Função: Registrar a constituição e as variações dos fundos do programa.

Funcionamento:

Debitada:

Pela constituição ou acréscimo.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar o saldo credor.

Creditada:

Pela reversão.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo devedor.

Código: 4.4.3

Conta : Contingências

Função: Registrar as provisões contingências, bem como as variações quanto a atualização monetária e encargos legais das contingências relacionadas a fatos nas áreas do assistencial e fiscal, oriundos de interpretações divergentes, que merecerão decisões futuras e que poderão ou não gerar desembolso pela Entidade.

Funcionamento:

Debitada:

Pelo registro das provisões contingências.

Pelos acréscimos legais.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo credor.

Creditada:

Pela reversão.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo devedor.

Código: 4.7.1.

Conta: Incorporação - Dissolução de Fundos Assistenciais

Função: Registrar a dissolução de Fundos Assistenciais, transferindo os saldos dos elementos patrimoniais para a entidade incorporadora, com exceção dos Fundos (2.4.2 – Programa Assistencial), que deverão ser revertidos nas respectivas contas que originaram suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência do ativo do patrimônio assistencial para a entidade incorporadora, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio.

Creditada:

Pela transferência do passivo do patrimônio assistencial para a entidade incorporadora, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Código: 4.7.2.

Conta: Incorporação - Absorção de Fundos Assistenciais

Função: Registrar a absorção de Fundos Assistenciais, fazendo os registros em separado quando houver necessidade de segregação dos elementos do Ativo e/ou do Passivo. Os Fundos (2.4.2. - Programa Assistencial) deverão ser constituídos utilizando-se as contas destinadas às suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela absorção do passivo do patrimônio assistencial que se transferiu da entidade incorporada, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Creditada:

Pela absorção do ativo do patrimônio assistencial que se transferiu da entidade incorporada, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio, alocando-os em contas de mesma natureza.

Código: 4.7.3.

Conta: Fusão - Dissolução de Fundos Assistenciais

Função: Registrar a dissolução de Fundos Assistenciais, transferindo os saldos dos elementos patrimoniais para a nova entidade, com exceção dos Fundos (2.4.2 – Programa Assistencial), que deverão ser revertidos nas respectivas contas que originaram suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência do ativo do patrimônio assistencial para a nova entidade, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio.

Creditada:

Pela transferência do passivo do patrimônio assistencial para a nova entidade, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Código: 4.7.4.

Conta: Fusão - Absorção de Fundos Assistenciais

Função: Registrar a absorção de Fundos Assistenciais, fazendo os registros em separado quando houver necessidade de segregação dos elementos do Ativo e/ou do Passivo. Os Fundos (2.4.2. - Programa Assistencial) deverão ser constituídos utilizando-se as contas destinadas às suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela absorção do passivo do patrimônio assistencial que se transferiu da entidade fusionada, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Creditada:

Pela absorção do ativo do patrimônio assistencial que se transferiu da entidade fusionada, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio, alocando-os em contas de mesma natureza.

Código: 4.7.5.

Conta: Cisão - Dissolução de Fundos Assistenciais

Função: Registrar a dissolução total ou parcial de Fundos Assistenciais, transferindo os saldos dos elementos patrimoniais para a entidade sucessora, com exceção dos Fundos (2.4.2 – Programa Assistencial), que deverão ser revertidas nas respectivas contas que originaram suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência do ativo do patrimônio assistencial para a entidade sucessora, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio.

Creditada:

Pela transferência do passivo do patrimônio assistencial para a entidade sucessora, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Código: 4.7.6

Conta: Cisão - Absorção de Fundos Assistenciais

Função: Registrar a absorção total ou parcial de Fundos Assistenciais, fazendo os registros em separado quando houver necessidade de segregação dos elementos do Ativo e/ou do Passivo. Os Fundos (2.4.2 – Programa Assistencial), deverão ser constituídos utilizando-se as contas destinadas às suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela absorção do passivo do patrimônio assistencial que se transferiu da entidade cindida, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Creditada:

Pela absorção do ativo do patrimônio assistencial que se transferiu da entidade cindida, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio, alocando-os em contas de mesma natureza.

Código: 5.1.1

Conta: Administração Previdencial

Função: Registrar as receitas da Administração Previdencial da Entidade.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação das receitas da Administração Previdencial.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.1.2

Conta: Administração Assistencial

Função: Registrar as receitas da Administração Assistencial da Entidade.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação das receitas da Administração Assistencial.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.1.3

Conta: Administração dos Investimentos.

Função: Registrar as receitas da Administração dos Investimentos da Entidade.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação das receitas da Administração dos Investimentos.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.1.9

Conta: Outras

Função: Registrar outras receitas não contempladas anteriormente.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação das receitas.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.2.1.1

Conta: Pessoal e Encargos – Administração Previdencial

Função: Registrar as despesas referentes à remuneração e encargos sociais da Administração Previdencial da

Entidade, tais como: remuneração de diretoria e de empregados, Previdência Social, Previdência Privada, outros encargos sociais, provisões dos encargos sociais, pessoal cedido com ônus e sem ônus, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, viagens e estadias de pessoal e outras despesas relacionadas com pessoal e encargos.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.2.1.2

Conta: Serviços de Terceiros – Administração Previdencial

Função: Registrar as despesas referentes à prestação de serviços de terceiros exclusivos à Administração

Previdencial, tais como: consultorias, auditorias providenciais, administração externa, assessoria jurídica, informática e outros serviços.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.2.1.3

Conta: Depreciações/Amortizações - Administração Previdencial

Função: Registrar as despesas com depreciações e amortizações dos itens do Ativo Permanente.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Pela atualização monetária das depreciações e amortizações.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.2.1.4

Conta: Despesas Gerais – Administração Previdencial

Função: Registrar todas as outras despesas que não estejam contempladas nas rubricas anteriores exclusivos à

Administração Previdencial, tais como: material de consumo, anúncios, publicações, aluguéis, condomínios, locação, arrendamento e leasing, imóvel cedido pela patrocinadora com e sem ônus, associação, entidades de classe, água, luz, telefone, correios, seguros, impostos, multas, taxas, emolumentos e outras despesas gerais.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.2.1.9

Conta: Outras Despesas – Administração Previdencial

Função: Registrar outras despesas não contempladas anteriormente.

Funcionamento

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo da Conta “Encerramento do Exercício”

Código: 5.2.2.1

Conta: Pessoal e Encargos – Administração Assistencial

Função: Registrar as despesas referentes à remuneração e encargos sociais da Administração Assistencial da

Entidade, tais como: remuneração de diretoria e de empregados, Previdência Social, Previdência Privada, outros encargos sociais, provisões dos encargos sociais, pessoal cedido com ônus e sem ônus, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, viagens e estadias de pessoal e outras despesas relacionadas com pessoal e encargos.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.2.2.2

Conta: Serviços de Terceiros – Administração Assistencial

Função: Registrar as despesas referentes à prestação de serviços de terceiros exclusivos à Administração

Assistencial, tais como: consultorias, auditoria assistencial, administração externa, assessoria jurídica, informática, vigilância e segurança, conservação e manutenção e outros serviços de terceiros.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.2.2.3

Conta: Depreciações/Amortizações – Administração Assistencial

Função: Registrar as despesas com depreciações e amortizações dos itens do Ativo Permanente.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Pela atualização monetária das depreciações e amortizações.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.2.2.4

Conta: Despesas Gerais – Administração Assistencial

Função: Registrar todas as outras despesas que não estejam contempladas nas rubricas anteriores exclusivas à Administração Assistencial, tais como: material de consumo, anúncios, publicações, aluguéis, condomínios, locação, arrendamento e leasing, imóvel cedido pela patrocinadora sem e com ônus, associação, entidades de classe, água, luz, telefone, correios, seguros, impostos, multas, taxas, emolumentos e outras despesas gerais.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.2.2.9

Conta: Outras Despesas - Administração Assistencial

Função: Registrar despesas não contempladas anteriormente exclusivas da Administração Assistencial.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.2.3.1

Conta: Pessoal e Encargos – Administração dos Investimentos

Função: Registrar as despesas referentes à remuneração e encargos sociais da Administração dos Investimentos

da Entidade, tais como: remuneração de diretoria e de empregados, previdência social, previdência privada, outros

encargos sociais, provisões dos encargos sociais, pessoal cedido com ônus e sem ônus, treinamento e desenvolvimento de pessoal, viagens e estadias de pessoal e outras despesas.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.2.3.2

Conta: Serviços de Terceiros – Administração dos Investimentos

Função: Registrar as despesas referentes à prestação de serviços de terceiros exclusivos à Administração dos

Investimentos, tais como: consultorias, auditorias de investimentos, administração externa de investimentos (gestão/performance), reavaliações de imóveis, custódia, estudos de viabilidade e outros serviços de terceiros.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.2.3.3

Conta: Depreciações/Amortizações – Administração dos Investimentos

Função: Registrar as despesas com depreciações e amortizações dos itens do Ativo Permanente.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Pela atualização monetária das depreciações e amortizações.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.2.3.4

Conta: Despesas Gerais – Administração dos Investimentos

Função: Registrar todas as outras despesas que não estejam contempladas nas rubricas anteriores exclusivos à

Administração dos Investimentos, tais como: material de consumo, anúncios, publicações, aluguéis, condomínios,

locação, arrendamento e leasing, imóvel cedido pela patrocinadora com e sem ônus, associação, entidades de

classe, água, luz, telefone, correios, seguros, impostos, multas, taxas, emolumentos e outras despesas gerais.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.2.3.9

Conta: Outras Despesas - Administração dos Investimentos.

Função: Registrar despesas não contempladas anteriormente exclusivas da Administração dos Investimentos.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.2.9

Conta: Outras

Função: Registrar outras despesas não contempladas anteriormente.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.3.1.1

Conta: Programa Previdencial

Função: Registrar a transferência dos recursos do Programa Previdencial para o Programa Administrativo para a

cobertura do custeio administrativo da Administração Previdencial.

Funcionamento:

Creditada:

Pela transferência de recursos do Programa Previdencial para o Programa Administrativo.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”

Código: 5.3.1.2

Conta: Programa Assistencial

Função: Registrar os recursos transferidos do Programa Assistencial para o Programa Administrativo para a

cobertura do custeio administrativo do Programa Assistencial.

Funcionamento:

Creditada:

Pela transferência de recursos do Programa Assistencial para o Programa Administrativo.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”

Código: 5.3.1.4

Conta: Programa de Investimentos

Função: Registrar os recursos transferidos do Programa de Investimentos para o Programa Administrativo para a

cobertura do custeio administrativo dos investimentos e também o resultado positivo dos investimentos, quando

houver Fundo Administrativo Previdencial ou Assistencial Disponíveis.

Funcionamento:

Creditada:

Pela transferência de recursos do Programa de Investimentos para o Programa Administrativo.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.3.2.1

Conta: Programa Previdencial

Função: Registrar a transferência de recursos do Programa Administrativo para o Programa Previdencial.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência de recursos do Programa Administrativo para o Programa Previdencial.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.3.2.2

Conta: Programa Assistencial

Função: Registrar a transferência de recursos do Programa Administrativo para o Programa Assistencial.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência de recursos do Programa Administrativo para o Programa Assistencial.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 5.3.2.4

Conta: Programa de Investimentos

Função: Registrar a transferência de recursos do Programa Administrativo para o Programa de Investimentos.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência de recursos do Programa Administrativo para o Programa de Investimentos

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”

Código: 5.4.2

Conta: Fundos

Função: Registrar a constituição e as variações dos Fundos do programa.

Funcionamento:

Debitada:

Pela constituição ou acréscimo do Fundo Administrativo.

Creditada:

Pela reversão do Fundo Administrativo e pela transferência do saldo para a conta de “Encerramento do Exercício se saldo devedor”.

Código: 5.4.3.1

Conta : Contingências - Administração Previdencial

Função: Registrar as provisões contingências, bem como as variações quanto a atualização monetária e encargos legais, das contingências relacionadas a fatos nas áreas administrativa e fiscal, da Administração Previdencial, oriundos de interpretações divergentes, que merecerão decisões futuras e que poderão ou não gerar desembolso pela Entidade.

Funcionamento:

Debitada:

Pelo registro das Provisões contingências.

Pelos acréscimos legais.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo credor.

Creditada:

Pela reversão.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo devedor.

Código: 5.4.3.2

Conta: Contingências – Administração Assistencial

Função: Registrar as provisões contingências, bem como as variações quanto a atualização monetária e encargos legais, das contingências relacionadas a fatos nas áreas administrativa e fiscal, da Administração Assistencial, oriundos de interpretações divergentes, que merecerão decisões futuras e que poderão ou não gerar desembolso pela Entidade.

Funcionamento:

Debitada:

Pelo registro das Provisões contingências.

Pelos acréscimos legais.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo credor.

Creditada:

Pela reversão.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo devedor.

Código: 5.4.3.3

Conta: Contingências – Administração dos Investimentos

Função: Registrar as provisões contingências, bem as variações quanto a atualização monetária e encargos legais, das contingências relacionadas a fatos nas áreas administrativa e fiscal, da Administração dos Investimentos, oriundos de interpretações divergentes, que merecerão decisões futuras e que poderão ou não gerar desembolso pela Entidade.

Funcionamento:

Debitada:

Pelo registro das provisões contingências.

Pelos acréscimos legais

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo credor.

Creditada:

Pela reversão.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo devedor.

Código: 5.7.1

Conta: Incorporação - Dissolução de Fundos Administrativos

Função: Registrar a dissolução de Fundos Administrativos, transferindo os saldos dos elementos patrimoniais para a entidade incorporadora, com exceção dos Fundos (2.4.3 – Programa Administrativo), que deverão ser revertidos nas respectivas contas que originaram suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência do ativo do patrimônio administrativo para a entidade incorporadora, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio.

Creditada:

Pela transferência do passivo do patrimônio administrativo para a entidade incorporadora, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Código: 5.7.2.

Conta: Incorporação - Absorção de Fundos Administrativos

Função: Registrar a absorção de Fundos Administrativos, fazendo os registros em separado quando houver necessidade de segregação dos elementos do Ativo e/ou do Passivo. Os Fundos (2.4.3. – Programa Administrativo) deverão ser constituídos utilizando-se as contas destinadas às suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela absorção do passivo do patrimônio administrativo que se transferiu da entidade incorporada, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Creditada:

Pela absorção do ativo do patrimônio administrativo que se transferiu da entidade incorporada, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio, alocando-os em contas de mesma natureza.

Código: 5.7.3.

Conta: Fusão - Dissolução de Fundos Administrativos

Função: Registrar a dissolução de Fundos Administrativos, transferindo os saldos dos elementos patrimoniais para a nova entidade, com exceção dos Fundos (2.4.3 – Programa Administrativo), que deverão ser revertidos nas respectivas contas que originaram suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência do ativo do patrimônio administrativo para a nova entidade, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio.

Creditada:

Pela transferência do passivo do patrimônio administrativo para a nova entidade, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Código: 5.7.4.

Conta: Fusão - Absorção de Fundos Assistenciais

Função: Registrar a absorção de Fundos Administrativos, fazendo os registros em separado quando houver necessidade de segregação dos elementos do Ativo e/ou do Passivo. Os Fundos (2.4.3. –

Programa Administrativo) deverão ser constituídos utilizando-se as contas destinadas às suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela absorção do passivo do patrimônio administrativo que se transferiu da entidade fusionada, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Creditada:

Pela absorção do ativo do patrimônio administrativo que se transferiu da entidade fusionada, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio, alocando-os em contas de mesma natureza.

Código: 5.7.5.

Conta: Cisão - Dissolução de Fundos Administrativos

Função: Registrar a dissolução total ou parcial de Fundos Administrativos, transferindo os saldos dos elementos patrimoniais para a entidade sucessora, com exceção dos Fundos (2.4.3 – Programa Administrativo), que deverão ser revertidos nas respectivas contas que originaram suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência do ativo do patrimônio administrativo para a entidade sucessora, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio.

Creditada:

Pela transferência do passivo do patrimônio administrativo para a entidade sucessora, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Código: 5.7.6

Conta: Cisão - Absorção de Fundos Administrativos

Função: Registrar a absorção total ou parcial de Fundos Administrativos, fazendo os registros em separado quando houver necessidade de segregação dos elementos do Ativo e/ou do Passivo. Os Fundos (2.4.3 – Programa Administrativo), deverão ser constituídos utilizando-se as contas destinadas às suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela absorção do passivo do patrimônio administrativo que se transferiu da entidade cindida, inclusive o dos investimentos, observados os aspectos do tratamento tributário.

Creditada:

Pela absorção do ativo do patrimônio administrativo que se transferiu da entidade cindida, inclusive os investimentos que façam parte deste patrimônio, alocando-os em contas de mesma natureza.

Código: 6.1.1.1.01

Conta: Títulos de Responsabilidade do Governo Federal

Função: Registrar as receitas diretamente relacionadas com os títulos de responsabilidade do governo federal.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.1.1.1.02

Conta: Títulos de Responsabilidade dos Governos Estaduais

Função: Registrar as receitas diretamente relacionadas com os títulos dos governos estaduais.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.1.1.1.03

Conta: Títulos de Responsabilidade dos Governos Municipais

Função: Registrar as receitas diretamente relacionadas com títulos dos governos municipais.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.1.1.1.04

Conta : Aplicações em Instituições Financeiras

Função: Registrar as receitas diretamente relacionadas com as aplicações em instituições financeiras.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.1.1.1.05

Conta : Títulos de Empresas

Função: Registrar as receitas diretamente relacionadas com os títulos de empresas com característica de Renda

Fixa.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.1.1.1.06

Conta : Investimentos Agrícolas

Função: Registrar as receitas diretamente relacionadas com investimentos agrícolas.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.1.1.1.99

Conta : Outros Títulos de Renda Fixa

Função: Registrar as receitas diretamente relacionadas com Outros Títulos de Renda Fixa.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.1.1.2.01

Conta : Mercado de Ações

Função: Registrar as receitas diretamente relacionadas com o mercado de ações.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.1.1.2.02

Conta : Bolsa de Mercadorias e de Futuros

Função: Registrar as receitas diretamente relacionadas com a bolsa de mercadorias e de futuros.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.1.1.2.03

Conta : Mercado de Ouro

Função: Registrar as receitas diretamente relacionadas com o mercado de ouro.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta "Encerramento do Exercício".

Código: 6.1.1.2.04

Conta : Fundos de Investimentos

Função: Registrar as receitas decorrentes das operações realizadas pela entidade em quotas de fundos de investimentos.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta "Encerramento do Exercício".

Código: 6.1.1.2.05

Conta : Títulos de Empresas

Função: Registrar as receitas diretamente relacionadas com títulos de empresas com características de Renda

Variável.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta "Encerramento do Exercício".

Código: 6.1.1.2.99

Conta : Outros Títulos de Renda Variável

Função: Registrar as receitas diretamente relacionadas com os outros títulos de renda variável.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta "Encerramento do Exercício".

Código: 6.1.1.3

Conta : Investimentos Imobiliários

Função: Registrar as receitas relacionadas com investimentos imobiliários.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta "Encerramento do Exercício".

Código: 6.1.1.3.99

Conta : Outros Investimentos Imobiliários

Função: Registrar as receitas relacionadas com outros investimentos imobiliários.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta "Encerramento do Exercício".

Código: 6.1.1.4

Conta : Operações com Participantes

Função: Registrar as receitas relacionadas às operações de empréstimos ou financiamentos aos participantes.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.1.1.5

Conta : Operações de Empréstimos com Patrocinadora(s)

Função: Registrar as receitas relacionadas às operações com patrocinadoras relativas a empréstimos, devidamente contratadas.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.1.1.9

Conta : Outros Investimentos

Função: Registrar as receitas relacionadas com as demais modalidades de investimentos.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.1.2.1

Conta : Relacionadas com o Disponível

Função: Registrar as receitas relacionadas com o Disponível.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.1.2.9

Conta : Outras

Função: Registrar outras receitas indiretas do programa de investimentos.

Funcionamento:

Creditada:

Pela realização ou apropriação da receita.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.2.1.1.01

Conta : Títulos de Responsabilidade do Governo Federal

Função: Registrar as despesas diretamente relacionadas com títulos do governo federal.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.2.1.1.02

Conta : Títulos de Responsabilidade dos Governos Estaduais

Função: Registrar as despesas diretamente relacionadas com as aplicações em títulos dos governos estaduais.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.2.1.1.03

Conta : Títulos de Responsabilidade dos Governos Municipais

Função: Registrar as despesas diretamente relacionadas com títulos dos governos municipais.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta "Encerramento do Exercício".

Código: 6.2.1.1.04

Conta : Aplicações em Instituições Financeiras

Função: Registrar as despesas diretamente relacionadas com as aplicações em instituições financeiras.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta "Encerramento do Exercício".

Código: 6.2.1.1.05

Conta : Títulos de Empresas

Função: Registrar as despesas relacionadas com as aplicações em títulos de empresas.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta "Encerramento do Exercício".

Código: 6.2.1.1.06

Conta : Investimentos Agrícolas

Função: Registrar as despesas relacionadas com as aplicações em títulos de investimentos agrícolas.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta "Encerramento do Exercício".

Código: 6.2.1.1.99

Conta : Outros Títulos de Renda Fixa

Função: Registrar as despesas realizadas com outros títulos de Renda Fixa

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta "Encerramento do Exercício".

Código: 6.2.1.2.01

Conta : Mercado de Ações

Função: Registrar as despesas relacionadas com mercado de ações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta "Encerramento do Exercício".

Código: 6.2.1.2.02

Conta : Bolsa de Mercadorias e de Futuros

Função: Registrar as despesas relacionadas com a bolsa de mercadorias e de futuros.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta "Encerramento do Exercício".

Código: 6.2.1.2.03

Conta : Mercado de Ouro

Função: Registrar as despesas diretamente relacionadas com o mercado de ouro.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.2.1.2.04

Conta : Fundos de Investimentos

Função: Registrar as despesas relacionadas com quotas de fundos de investimentos.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.2.1.2.05

Conta : Títulos de Empresas

Função: Registrar as despesas relacionadas com títulos de empresas com características de Renda Variável.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.2.1.2.99

Conta : Outros Títulos de Renda Variável

Função: Registrar as despesas relacionadas com as aplicações em outros títulos de renda variável.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.2.1.3

Conta : Investimentos Imobiliários

Função: Registrar as despesas relacionadas com investimentos imobiliários.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.2.1.3.99

Conta : Outros Investimentos Imobiliários

Função: Registrar as despesas relacionadas com outros investimentos imobiliários.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.2.1.4

Conta : Operações com Participantes

Função: Registrar as despesas relacionadas às operações de empréstimos ou financiamentos aos participantes.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.2.1.5

Conta : Operações de Empréstimos com Patrocinadora(s)

Função: Registrar as despesas relacionadas às operações com patrocinadoras relativas a empréstimos, devidamente contratadas.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.2.1.9

Conta : Outros Investimentos

Função: Registrar as despesas relacionadas com outras modalidades de investimentos.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.2.2.1

Conta : Relacionadas com o Disponível

Função: Registrar as despesas relacionadas com o Disponível.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.2.2.9

Conta : Outras

Função: Registrar outras despesas indiretas do programa de investimentos.

Funcionamento:

Debitada:

Pela realização ou apropriação da despesa.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.3.1.1

Conta: Programa Previdencial.

Função: Registrar a transferência de recursos oriundos do Programa Previdencial referentes a participação proporcional daquele programa no resultado negativo do Programa de Investimentos.

Funcionamento:

Creditada:

Pela transferência de recursos oriundos do Programa Previdencial para o Programa de Investimentos.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.3.1.2

Conta: Programa Assistencial

Função: Registrar a transferência de recursos oriundos do Programa Assistencial referente a participação proporcional daquele programa no resultado negativo do Programa de Investimentos.

Funcionamento:

Creditada:

Pela transferência de recursos oriundos do Programa Assistencial para o Programa de Investimentos.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.3.1.3

Conta: Programa Administrativo.

Função: Registrar a transferência de recursos oriundos do Programa Administrativo referentes a sua participação no resultado negativo do Programa de Investimentos, na existência de fundos administrativos Previdencial e Assistencial.

Funcionamento:

Creditada:

Pela transferência de recursos do Programa Administrativo para o Programa de Investimentos.

Debitada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.3.2.1

Conta: Programa Previdencial

Função: Registrar a transferência de recursos do Programa de Investimentos referentes a participação proporcional do Programa Previdencial no resultado positivo dos Investimentos.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência de recursos do Programa de Investimentos para o Programa Previdencial.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.3.2.2

Conta: Programa Assistencial

Função: Registrar a transferência de recursos para o Programa Assistencial referentes a participação daquele programa no resultado positivo dos Investimentos.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência de recursos do Programa de Investimentos para o Programa Assistencial.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.3.2.3

Conta: Programa Administrativo

Função: Registrar a transferência de recursos do Programa de Investimentos para o Programa Administrativo para

o custeio administrativo ou referente a participação proporcional do Programa Administrativo no resultado positivo dos investimentos na existência de fundos Administrativos Previdencial Assistencial disponível.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência de recursos do Programa de Investimentos para o Programa Administrativo.

Creditada:

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”.

Código: 6.4.2

Conta : Fundos

Função: Registrar a constituição e as variações dos fundos do programa.

Funcionamento:

Debitada:

Pela constituição e acréscimos.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo credor.

Creditada:

Pela reversão.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo devedor.

Código: 6.4.3

Conta: Contingências

Função: Registrar as variações quanto a atualização monetária e encargos legais das contingências relacionadas a fatos das áreas administrativa e fiscal, do programa de investimento, oriundos de

interpretações divergentes, que merecerão decisões futuras e que poderão ou não gerar desembolso pela Entidade.

Funcionamento:

Debitada:

Pelos acréscimos legais

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo credor.

Creditada:

Pela reversão.

Pela transferência do saldo para a conta “Encerramento do Exercício”, quando apresentar saldo devedor.

Código: 6.7.1

Conta: Incorporação - Dissolução de Fundos de Investimentos

Função: Registrar a dissolução de Fundos de Investimentos, transferindo os saldos dos elementos patrimoniais para a entidade incorporadora, com exceção dos Fundos (2.4.4 – Programa de Investimentos), que deverão ser revertidos nas respectivas contas que originaram suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência do ativo do patrimônio de investimentos para a entidade incorporadora.

Creditada:

Pela transferência do passivo do patrimônio de investimentos para a entidade incorporadores, observados os aspectos do tratamento tributário.

Código: 6.7.2.

Conta: Incorporação - Absorção de Fundos de Investimentos

Função: Registrar a absorção de Fundos de Investimentos, fazendo os registros em separado quando houver necessidade de segregação dos elementos do Ativo e/ou do Passivo. Os Fundos (2.4.4. – Programa de Investimentos) deverão ser constituídos utilizando-se as contas destinadas às suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela absorção do passivo do patrimônio de investimentos que se transferiu da entidade incorporados, observados os aspectos do tratamento tributário.

Creditada:

Pela absorção do ativo do patrimônio de investimentos que se transferiu da entidade incorporada, alocando-os em contas de mesma natureza.

Código: 6.7.3.

Conta: Fusão - Dissolução de Fundos de Investimentos

Função: Registrar a dissolução de Fundos de Investimentos, transferindo os saldos dos elementos patrimoniais para a nova entidade, com exceção dos Fundos (2.4.4 – Programa de Investimentos), que deverão ser revertidos nas respectivas contas que originaram suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência do ativo do patrimônio de Investimentos para a nova entidade.

Creditada:

Pela transferência do passivo do patrimônio de Investimentos para a nova entidade, observados os aspectos do tratamento tributário.

Código: 6.7.4.

Conta: Fusão - Absorção de Fundos de Investimentos

Função: Registrar a absorção de Fundos de Investimentos, fazendo os registros em separado quando houver necessidade de segregação dos elementos do Ativo e/ou do Passivo. Os Fundos (2.4.4. – Programa de Investimentos) deverão ser constituídos utilizando-se as contas destinadas às suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela absorção do passivo do patrimônio de Investimentos que se transferiu da entidade fusionada, observados os aspectos do tratamento tributário.

Creditada:

Pela absorção do ativo do patrimônio de Investimentos que se transferiu da entidade fusionada, alocando-os em contas de mesma natureza.

Código: 6.7.5.

Conta: Cisão - Dissolução de Fundos de Investimentos

Função: Registrar a dissolução total ou parcial de Fundos de Investimentos, transferindo os saldos dos elementos patrimoniais para a entidade sucessora, com exceção dos Fundos (2.4.4 – Programa de Investimentos), que deverão ser revertidos nas respectivas contas que originaram suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência do ativo do patrimônio de investimentos para a entidade sucessora.

Creditada:

Pela transferência do passivo do patrimônio de Investimentos para a entidade sucessora, observados os aspectos do tratamento tributário.

Código: 6.7.6

Conta: Cisão - Absorção de Fundos de Investimentos

Função: Registrar a absorção total ou parcial de Fundos de Investimentos, fazendo os registros em separado quando houver necessidade de segregação dos elementos do Ativo e/ou do Passivo. Os Fundos (2.4.4 – Programa de Investimentos), deverão ser constituídos utilizando-se as contas destinadas às suas formações.

Funcionamento:

Debitada:

Pela absorção do passivo do patrimônio de Investimentos que se transferiu da entidade cindida, observada os aspectos do tratamento tributário.

Creditada:

Pela absorção do ativo do patrimônio de Investimentos que se transferiu da entidade cindida, alocando-os em contas de mesma natureza.

Código: 7

Conta : Encerramento do Exercício

Função: Registrar o encerramento das contas de resultado.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência do saldo das contas devedoras.

Creditada:

Pela transferência do saldo das contas credoras.